

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.9, n.17, jul/dez 2021

nlep  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

Editores

Marcela Soares, UFF | Brasil

Pedro Cassiano, CPlI | Brasil

Tatiana Poggi, UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London |
Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Guimarães, UFF | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense
de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFTM | Brasil

Felipe Demier, UERJ | Brasil

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires |
Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa |
Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense
de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRJ | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, IFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFRJ | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX |
Brasil

Revisão de texto

Andrea Santos

Bianca Imbiriba

Eduardo Sá Barreto

Fabrcio Zanghelini

Filipe Leite

Paulo Terra

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.9, n.17, jul/dez 2021

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.9, n.17, jul/dez 2021. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.

168 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

209 Editorial

Artigos

215 Cúpula de Líderes sobre o Clima: novidades, velhas novidades e a mesma marcha para o abismo

Eduardo Sá Barreto

222 COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica

John Bellamy Foster

Intan Suwandi

246 O governo Jair Bolsonaro e os empresários da indústria farmacêutica

Elaine de Almeida Bortone

271 Todos Pela Educação e Bolsonaro: a relação entre o Estado brasileiro e o Partido da Educação (2018-2021)

Lisia Cariello

287 Caminhos para a crítica do Estado burguês: a questão da sociedade civil em Marx e Gramsci

Anderson Tavares

303 Teoria marxista da hegemonia e do Estado: um diálogo entre Gramsci e Poulantzas

Eduardo Maia

323 Revisitando a ruptura: Marx em meio ao discurso jovem hegeliano (1843-1844)

Henrique Cunha Viana

Notas críticas

- 341 Resenha
John Bellamy Foster. *The Return of Nature: Socialism and Ecology*.
Felipe Cotrim
- 352 Resenha
Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas,
de György Lukács
Vitor Bartoletti Sartori

Luta e memória

- 358 Bordiga, o fundador esquecido
David Broder entrevista Pietro Basso
Pietro Basso
- 359 Bordiga, o líder esquecido
Pietro Basso

Editorial

O ano de 2021 foi marcado pelo compasso do relógio. Tic-tac, a ansiedade pela chegada da vacina. Tic-tac, a produção e publicização de um calendário de vacinação. Tic-tac, os grupos prioritários. Tic-tac, a fila que não anda. Em meio ao crescente desemprego, filas por osso, um mar de covas, Manaus literalmente sufocando sem oxigênio, o governo federal duelando para rebaixar o auxílio emergencial a míseros 250 reais. Os últimos anos têm sido duros, mas esse ano em especial, foi de ansiedade, um tic-tac sem fim.

Fechamos 2021 com 67,2% de brasileiros com esquema vacinal completo, uma fila que demorou a andar, mas acelerou na segunda metade do ano, reduzindo significativamente o número de mortes e internações graves.

Tivemos um segundo semestre intenso, cheio de revelações trágicas trazidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19. O relatório final saiu em outubro, recheado de depoimentos estarrecedores, como o da advogada dos médicos denunciadores da *Prevent Senior*, ao relatar que a orientação da empresa era “Óbito também é alta!”. A CPI encaminhou ainda uma série de investigações sobre as estratégias do governo federal na gestão da pandemia, suas ações e omissões, bem como as articulações com empresas privadas. Foram meses de intensos trabalhos, divulgados com afinco pela imprensa liberal em seu esforço por promover a chamada “terceira via”, que de alternativa não tem quase nada, e se distanciar daquilo e daquele que ajudaram a colocar no poder. Enquanto isso, o número de mortes bate mais de seiscentos mil mortos. Ainda não choramos os mortos da pandemia, pois o tic-tac não para de bater.

As revelações da CPI foram parcialmente ofuscadas pelas Olimpíadas de Tóquio, talvez o único refresco que 2021 tenha dado ao Brasil. Rebeca Andrade e a “fadinha” Rayssa Leal roubaram a cena. Rayssa, atleta mais jovem do Brasil, conquistou com apenas 13 anos a medalha de prata no skate, esporte marginalizado e profundamente machista. Rebeca, moça negra da periferia, a “Daianinha de Guarulhos”, foi criada por uma mãe solo com sete irmãos e numa história incrível de superação trouxe para casa as duas primeiras medalhas olímpicas na ginástica, esporte extremamente elitizado.

Enquanto isso, cento e catorze pesquisadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) saíram de seus cargos e, às vésperas da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), trinta fun-

cionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pediram demissão dos postos de comando em que estavam. Esses dois episódios evidenciam a tragédia com que segue a educação no Brasil e os sinais de esgotamento, dessa vez através do abandono deliberado de funcionários e profissionais da educação de dentro dos órgãos públicos. Os que não podem abandonar o navio morrem de fome e alguns ainda insistem em pintar-se de verde e amarelo para desfilar no dia sete de setembro. A convocação de Bolsonaro para os atos em Brasília e em São Paulo, no dia da independência do Brasil, revelaram a insistente mobilização de suas bases, no virtual e nas ruas, no sentido de manter seu projeto de destruição generalizado. Felizmente, seus apoiadores se mostraram mais dispostos virtualmente do que presencialmente, no entanto, a baixa adesão das ruas não pode ser considerada uma derrota mas antes um recuo momentâneo.

E como não lembrar da corrida espacial dos bilionários! Os bilionários Jeff Bezos, Elon Musk e Richard Branson estrelam como protagonistas no espetáculo da aventura espacial privada. O turismo espacial, novo objeto do desejo dos super ricos, vai muito além do mero entretenimento. Denota um projeto de desenvolvimento tecnológico, de reprodução e sobrevivência de classe em meio à catástrofe climática em que o planeta Terra se encontra. Nesse sentido, a corrida espacial dos bilionários não pode ser pensada em separado dos acordos climáticos e dos fracassos no cumprimento das metas desde a Eco-92. Desde então foram muitas tentativas de acordo, muitos protocolos, muitos compromissos e metas não cumpridas. A Confederação das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), em novembro deste ano, firmou o Pacto de Glasgow sem conseguir garantir nem mesmo os objetivos básicos exigidos pelo Acordo de Paris. Para “o alto e avante” em direção ao espaço ou para baixo e enterrado em *bunkers* luxuosos, os bilionários do mundo, os seletos 1%, já desistiram do planeta. Para eles a catástrofe é certa, trata-se de encontrar um meio deles se salvarem. E nós que pereçamos! É sintomático e trágico que mesmo a ficção mais arguta, a exemplo do recente sucesso “Não olhe para cima” (2021) dirigido pelo diretor estadunidense Adam McKay, consiga imaginar o fim do mundo, mas não o fim do capitalismo.

A catástrofe climática expressa a crise do Capital; o fascismo e o avanço da extrema-direita também. São manifestações dos limites de uma reprodução social predatória. A acumulação exponencial é hoje uma ameaça à própria vida humana e outras milhares de vidas animais e vegetais; uma ameaça ao planeta. Essa necessidade urgente de encontrarmos uma saída para a vida dos 99%, uma saída para além do Capital, foi o tema do nosso *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021: o futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista*, realizado em agosto cem por cento no formato virtual. Durante a conferência de encerramento, o prof. Eduardo Sá Barreto, foi categórico. Alguns futuros já estão

exterminados para nós; outros, porém, ainda são possíveis se nós tivermos êxito na luta contra o Capital. Uma luta árdua, de muitos passos, em muitas frentes, mas urgente.

Em 2022 estaremos diante de um grande desafio no Brasil: derrotar Jair Messias Bolsonaro nas urnas. Sabemos que as urnas não bastam, pois Bolsonaro é fruto de um processo de fascistização muito mais profundo. O desafio da des-fascistização será muito mais longo e árduo que uma eleição, configurando-se mesmo como um desafio geracional. Porém, a tarefa de tirar o atual chefe do executivo do poder é imediata e urgente. Nunca se desmatou, incendiou e matou tantas lideranças de movimentos sociais, dos povos originários e negros quanto no governo Bolsonaro. Muita luta política, trabalho de base e, quem sabe, um pouco de inspiração na luta dos *hermanos* no Peru, Honduras e, principalmente, no Chile onde o ex-líder estudantil Gabriel Boric Font, ganhou a eleição para presidente, em dezembro deste ano, com mais de 4,6 milhões de votos, derrotando o candidato da extrema direita, José Antonio Kast que já reconheceu a sua derrota nas urnas. Ele será o presidente mais jovem da história do Chile e conduzirá o país em meio a uma assembleia nacional constituinte em andamento. Essa vitória eleitoral é emblemática e um primeiro passo para o êxito em derrotar a extrema-direita.

Foi com o tic-tac de um relógio-bomba sobre nossas cabeças que fechamos esse número da revista. Contamos, mais uma vez, com a colaboração valiosa do coletivo de pesquisadores/as, professores/as, estudantes e membros do Niep que realizam o trabalho de parecer, revisão e assessoria. Não teríamos conseguido sem a ajuda de vocês e deixamos aqui o registro do nosso agradecimento.

Abrimos este número da revista com dois artigos e uma resenha sobre a questão climática. Eduardo Sá Barreto em “Cúpula de líderes sobre o Clima: novidades, velhas novidades e a mesma marcha para o abismo” traz uma reflexão sobre o fórum internacional de 22 de abril de 2021, no qual os EUA assumiram, aparentemente, uma postura mais responsável no tocante à diminuição dos níveis de emissão de carbono. Isso porque o nível de emissão em 2005, ano base do cálculo de redução, foi maior que em 2010, configurando, portanto, uma redução insuficiente segundo as exigências preconizadas pelo IPCC para garantirmos o limite de elevação da temperatura global em 1,5°C. A discussão fundamental do efeito rebote e da reaplicação do capital poupado, com o aumento da eficiência energética e o sucesso das tecnologias verdes, são trazidos para refletirmos sobre os limites de se tentar encontrar uma solução no âmbito do Capital.

O artigo “Covid-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológicas-epidemiológica-econômica” de John Bellamy Foster e Iran Swandi, traduzido pelo professor Hugo Corrêa, foi publicado originalmente na revista *Monthly Review* em junho de 2020. Nele vemos articuladas discussões sobre problemas estruturais e conjunturais que estamos vivendo, apontando como a crise

sanitária e epidemiológica, provocada pela Covid-19, escancarou e aprofundou a precariedade econômica e as ameaças ecológicas impostas pelo capitalismo.

A contribuição de Elaine Bortone no artigo “Jair Bolsonaro e os empresários da indústria farmacêutica” traz à luz as relações entre o governo federal e as indústrias na produção de medicamentos, comprovadamente, ineficazes no tratamento da Covid-19. Descortinando as relações políticas entre os presidentes de determinados laboratórios e Bolsonaro, bem como o aumento substancial dos lucros dessas empresas, a autora demonstra como o governo federal juntamente com uma parcela do setor empresarial contribuíram para o agravamento da crise sanitária no país.

O texto de Lísia Cariello “Todos pela educação e Bolsonaro: a relação entre o Estado brasileiro e o Partido da Educação (2008-2021)” analisa, sob a perspectiva gramsciana, a relação do movimento empresarial “Todos Pela Educação” com o governo brasileiro, assim como elementos da atuação do Partido da Educação frente à pandemia de Covid-19. Cariello reconhece que o “Todos Pela Educação” vem perdendo espaço para os setores mais conservadores da sociedade, no entanto, reforça seu lugar de “especialista” em educação diante da opinião pública.

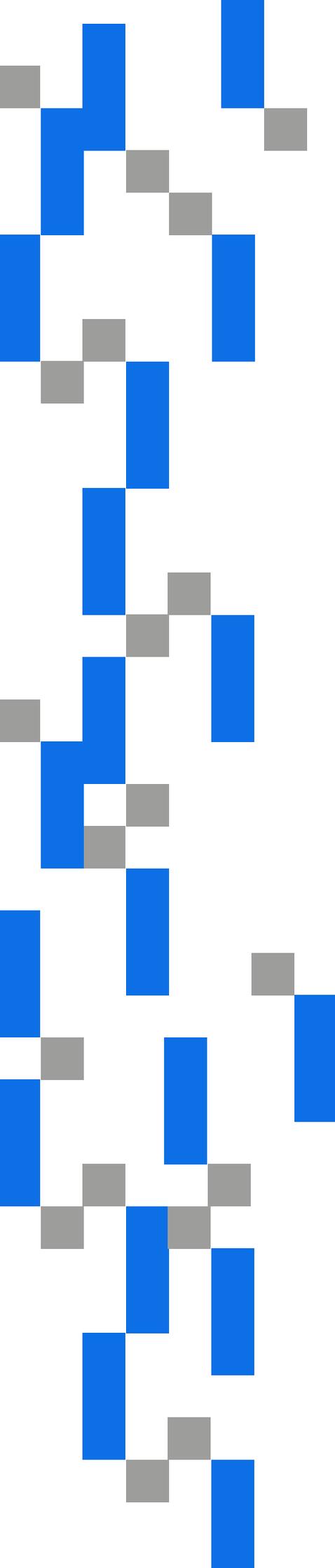
Os textos de Anderson Tavares e Eduardo Maia abordam uma discussão importante sobre a teoria do Estado no pensamento marxista. Assim, na contramão do pensamento de Norberto Bobbio – que afirmava não existir uma teoria do Estado marxista – os autores produzem reflexões valiosas através dos clássicos. Tavares em seu artigo “Caminhos para a crítica do Estado burguês: a questão da sociedade civil em Marx e Gramsci” discute a categoria sociedade civil em Marx e Engels e em Gramsci, enquanto Maia no artigo intitulado “Teoria Marxista da hegemonia e do Estado: um diálogo entre Gramsci e Poulantzas” realiza a comparação dos escritos do marxista sardo com o filósofo grego, discorrendo as aproximações e distanciamentos principalmente acerca do conceito de hegemonia.

No artigo “Revisitando a ruptura: Marx em meio ao discurso jovem hegeliano (1843-1844)”, Henrique Cunha Viana busca reconstruir o debate sobre a “ruptura” no itinerário teórico de Marx. Viana aborda as continuidades e descon continuidades de Marx em relação a Feuerbach, à obra de Hegel e aos jovens hegelianos, analisando a adesão de Marx à crítica da economia política e a conformação do materialismo histórico. O autor recupera a interpretação de Michael Löwy, que ressalta a importância do projeto revolucionário proletário para a “virada” no pensamento de Marx.

Na seção **notas críticas** apresentamos os textos de Felipe Cotrim e Bartoletti Sartori. O primeiro é uma resenha sobre o novo livro do marxista norte-americano John Bellamy Foster, que nos brindou com sua presença na mesa de abertura do nosso Colóquio neste semestre. O livro de Foster intitulado *The return of nature: socialism and ecology* é uma atualização das discussões sobre o ecossocia-

lismo, tema de pesquisa de mais de duas décadas de Foster. Sartori, por sua vez, discorre sobre a recente publicação de entrevistas do filósofo húngaro György Lukács, publicada pela editora Boitempo, cujo título é *Essenciais* são os livros não escritos: últimas entrevistas. É possível conferir valioso diagnóstico do filósofo húngaro em relação à produção marxista e não marxista feita que insiste na perspectiva de que o pensamento burguês aprofunda-se no anacronismo e faz a defesa do projeto socialista.

Para fechar o número da nossa revista deste semestre, o “**Luta e memória**” apresenta Pietro Basso no resgate da memória e importância do militante e fundador do Partido Comunista Italiano (PCI), Amadeo Bordiga, apagado da história do PCI pelo Stalinismo. Pietro Basso chama atenção, em entrevista a David Broder, que Amadeo Bordiga além de ter sido um significativo militante e intelectual, foi vanguarda no resgate da dimensão ecológica do pensamento marxiano, pois Bordiga criticou, a partir de Marx, as tendências gerais do modo de produção capitalista e dos danos crescentes que esta sociabilidade provoca na vida da humanidade e da natureza.



ARTIGOS

Cúpula de Líderes sobre o Clima: novidades, velhas novidades e a mesma marcha para o abismo

*Leaders' summit on climate: news, old news, and the same
march to the abyss*

Eduardo Sá Barreto*

Resumo

O artigo propõe uma avaliação crítica da cúpula realizada sob a liderança dos EUA em 2021. Entre as múltiplas declarações de intenções, encontram-se políticas recicladas e algumas ambições novas. Mesmo elas, contudo, são eclipsadas pela magnitude das transformações realmente necessárias para atender as metas de mitigação das emissões dos gases de efeito estufa preconizadas pela comunidade científica.

Palavras-chave: mudanças climáticas; política climática; mitigação.

Abstract

The article proposes a critical assessment of the summit held under US leadership in 2021. Among the multiple declarations of intent are recycled policies and some new ambitions. Even the latter, however, are eclipsed by the magnitude of the transformations needed to meet the greenhouse gas emissions mitigation goals put forth by the scientific community.

Keywords: climate change; climate policy; mitigation.

* Professor da UFF e pesquisador do NIEP-Marx.

Quem vive em busca de motivos para ter esperança, certamente teve um prato cheio assistindo à Cúpula de Líderes sobre o Clima, no dia 22 de abril de 2021. Os dois discursos que abriram a Cúpula, de Kamala Harris e Joe Biden, trouxeram alguns elementos de contundência incomum para o tipo de envolvimento que costumamos ver dos EUA nesse tipo de ambiente.

Harris usou o termo “crise climática” ao menos duas vezes. Enumerou uma série de impactos devastadores, não apenas como previsões para um futuro relativamente distante, mas como realidades já presentes no momento atual. Biden chegou a usar uma expressão ainda mais dura, que já vem figurando há alguns anos nos discursos do secretário geral da ONU, António Guterres: crise existencial, i.e. uma crise que nos ameaça de extinção (Guterres, 2018). E logo em seguida, enfileirou outras afirmações aparentemente compatíveis com o que vem sendo preconizado pelo IPCC (2018). Disse que estamos em uma década decisiva, que é imperativo agir agora, que uma concertação internacional é incontornável, que as maiores economias devem fazer os maiores esforços. Em linha com os discursos de abertura, várias lideranças afirmaram compromissos de alcançar a neutralidade de carbono entre 2050 e 2060.

Tudo isso, claro, é música para ouvidos em busca de esperança. No entanto, apesar de reconhecer alguns elementos novos no tom dos discursos, precisamos ir além desse mero verniz superficial se quisermos saber qual é o conteúdo real de tudo que foi dito na Cúpula. Começemos com a celebrada nova meta ambiciosa dos EUA, a redução de 50% do nível de emissões anuais até 2030, em comparação com o nível de emissões de 2005.

A nova meta estadunidense apresenta diferenças sutis com relação à trajetória de mitigação proposta pelo IPCC, compatível com o objetivo de limitar a elevação da temperatura média do planeta a 1,5°C acima da temperatura de meados do século XIX. O IPCC propõe que se obtenha uma redução de 45% das emissões *globais* até 2030, relativa ao nível de 2010. De imediato, portanto, a meta recém anunciada por Biden parece mais ambiciosa. Ela exigiria cortes maiores (50% ao invés de 45%) e tomaria uma base menor, e portanto mais exigente, para realizar os cortes (2005 ao invés de 2010). Trata-se, contudo, de mera aparência. O nível de emissões dos EUA em 2005 foi, na verdade, *maior* do que em 2010. Ao cortar 50% sobre a base de 2005, os EUA poderiam chegar em 2030 ainda emitindo 3,065 bilhões de toneladas de CO₂¹. Caso esse corte fosse realizado sobre a base de 2010, o nível de emissões de 2030 compatível com a nova meta de corte seria de “apenas” 2,85 bilhões de toneladas de CO₂. O ano-base de 2005, aparentemente mais exigente, é, na verdade, *menos* exigente.

Há outro exercício que também podemos fazer. Acabamos de ver que, al-

¹ Os dados utilizados ao longo do texto podem ser encontrados em <<https://ourworldindata.org/>>.

cançando a meta proposta, os EUA chegariam a 2030 emitindo 3,065 bilhões de toneladas de CO₂. E se eles tivessem se comprometido, ao invés disso, a realizar a mitigação tal como proposta pelo IPCC? Bem, se a proposta tivesse sido cortar as emissões em 45% até 2030, relativo ao nível de 2010, o nível estadunidense de emissões em 2030 seria de 3,135 bilhões de toneladas de CO₂. Em outras palavras, a nação com o maior volume de emissões acumuladas (segundo estimativas para o período entre 1751 e 2017) propõe fazer um esforço de mitigação apenas 2% maior do que será necessário, em média, segundo o IPCC.

Não é difícil perceber que isso está em claro descompasso com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, muito alardeado na diplomacia climática, mas nunca posto em prática. Evidentemente, não nos deve surpreender que ele não seja colocado em prática, já que sua efetivação exigiria dos principais centros de poder no mundo (as maiores potências militares e/ou econômicas) trajetórias de mitigação incompatíveis com a manutenção desse poder.

Entre essas grandes potências, líderes do Reino Unido, Alemanha, Rússia, União Europeia e Japão relataram sucessos no esforço de redução das emissões ao longo das últimas décadas. Tomando o período entre 1992 e 2019, o Reino Unido obteve uma redução acumulada de 37,6% nas emissões de CO₂. A Alemanha, de 27,3%. A Rússia, de 14,3%. A União Europeia (EU-28), de 22,9%. O Japão, finalmente, de 5,9%. Tomados isoladamente, não deixam de ser resultados expressivos. Mas apenas se tomados isoladamente.

Do ponto de vista da crise climática, a variável realmente decisiva é o nível de emissões *globais* (Sá Barreto, 2021). E nesse mesmo período, as emissões globais de CO₂ aumentaram 62,4%. O que esse dado mostra é que, por trás da pirotecnia dos números dos casos de “sucesso”, a pergunta a ser formulada é: aquelas reduções teriam sido possíveis sem a exportação massiva de atividades emissoras para a China? Em outras palavras, os sucessos localizados não estão irremediavelmente ligados ao retumbante fracasso geral? Quando vemos que as emissões chinesas cresceram impressionantes 283,7% no mesmo período, temos no mínimo uma pista muito forte de que os sucessos só foram possíveis às custas do fracasso. Uma pista adicional é que a China de Xi Jinping comprometeu-se a *começar* a reduzir suas emissões apenas *a partir* de 2030.

Para além do teatro das metas e das grandes conquistas, os discursos também trouxeram muitas velhas novidades. Muito se falou sobre eficiência energética, estímulo às fontes renováveis, precificação do carbono e tecnologias “verdes”. Analisemos rapidamente cada um desses temas. O estímulo à eficiência energética tem sido uma das grandes apostas da política climática (internacional, nacional e regional) ao menos nos últimos 20 e poucos anos (Sá Barreto, 2018). O raciocínio que o legitima é simples. Quando aumenta a eficiência energética, torna-se possível obter um mesmo resultado útil (em termos de produção ou de consumo) consumindo menos energia. Ao consumir menos energia, consome-se menos

combustíveis fósseis. E, ao consumir menos combustíveis fósseis, emite-se menos CO₂. Diante do já mencionado fracasso em conter a tendência de rápida elevação das emissões globais, um sujeito desavisado poderia vir a concluir que não fomos bem sucedidos no objetivo de aumentar o nível geral de eficiência energética.

Mas não foi isso que aconteceu. E não podemos nos dar ao luxo da ingenuidade de supor que as lideranças das mais poderosas nações do mundo simplesmente não sabem que os persistentes sucessos em ganhos de eficiência energética têm vindo acompanhados de persistentes aumentos das emissões relacionadas à energia. Existe, inclusive, uma vasta literatura *de perspectiva liberal* que discute exatamente esse “efeito rebote” (Sorrell, 2009). Do nosso ponto de vista, a explicação é fácil. O mesmo melhoramento técnico que permite poupar energia, libera capital. Em outras palavras, a energia poupada não é apenas energia. É também capital, que antes precisava ser despendido com aquele consumo que passa a poder ser evitado com a elevação da eficiência energética. Muito bem, esse capital liberado não pode simplesmente se acomodar em sua recém “conquistada” liberdade. Ele precisa encontrar outras aplicações para executar sua lógica expansiva. Em outros termos, ele precisa encontrar alternativas para seguir seu curso de acumulação via expansão de sua escala e/ou via ampliação de seu escopo. A economia relativa de energia (e emissões) necessariamente se traduz em demanda aumentada por energia e emissão aumentada de resíduos, inclusive o CO₂ e outros gases de efeito estufa (Sá Barreto, 2018).

Quanto ao estímulo às fontes renováveis, mais uma vez esbarramos em um longo histórico de “sucessos” convertidos em fracasso. Entre 1992 e 2017, a oferta primária global de energia a partir de fontes renováveis foi expandida em 67%². É um resultado expressivo. No entanto, ele não foi capaz de viabilizar uma efetiva substituição do consumo de combustíveis fósseis. Isto é, não foi capaz de disparar uma efetiva transição energética. Mais uma vez, os motivos são claros. No mesmo período, as ofertas primárias de energia a partir do gás natural, do carvão e do petróleo aumentaram, respectivamente, 80%, 78% e 38%. Em termos de acréscimos absolutos da oferta primária de energia, as fontes renováveis figuram em quarto lugar, com um acréscimo cerca de dez vezes inferior ao do terceiro lugar, o petróleo. Em primeiro e segundo lugar, respectivamente, encontramos o carvão e o gás natural.

Nada disso é por acaso. Esse modo de produção insano e febril que chamamos de capitalismo é absolutamente dependente de energia barata e abundante. Sem ela, as engrenagens da produção pela produção emperram e a dinâmica da acumulação engasga. Quando as lideranças presentes na Cúpula insistem em

² Excepcionalmente, os dados desse parágrafo são da Agência Internacional de Energia (IEA) <<https://www.iea.org>>.

colocar muitas fichas nas energias renováveis, esquecem de nos informar que toda a oferta de energia renovável *de hoje* – incluindo aquela proveniente das centenas de centrais nucleares espalhadas pelo mundo – seria suficiente para atender apenas a demanda de energia do início da década de 1950.

Ainda entre as velhas novidades, mais uma vez fomos apresentados à renovação da fé nos mecanismos de mercado. Assim como nos dois casos anteriores, trata-se de uma via que já demonstrou flagrantemente seus limites. Os mercados de carbono, que já precisaram ser resgatados do colapso financeiro algumas vezes, têm servido tão-somente como mais uma arena para a atividade especulativa e como plataforma para um imperialismo ecológico (não muito) disfarçado. Por um lado, é um mecanismo de mercado que proporciona um benefício econômico adicional para aqueles países do centro que transferem suas atividades intensivas em emissões para países periféricos. Por outro lado, é um mecanismo que premia a exploração de alternativas de mitigação nos países periféricos (Sá Barreto, 2015).

Supostamente, os países periféricos seriam beneficiados pela transferência de tecnologias de ponta que, justamente por serem as mais avançadas, os habilitariam a alcançar formas de produzir menos intensivas em energia. Essa alegação é perfeitamente compatível com a quarta das velhas novidades que mencionei acima, a aposta nas tecnologias “verdes”. Duas coisas rápidas podem ser ditas a esse respeito.

Primeiro, não se trata de uma aposta restrita a pragmáticos chefes de governo. Nosso nível de emissões globais já chegou a tal nível disruptivo, nossa interferência na química atmosférica já alcançou tal intensidade, que nem o moderado e cauteloso discurso científico (representado aqui pelos relatórios do IPCC (2018; 2019; 2020)) descarta a necessidade do emprego de tecnologias “verdes” em escala, escopo e velocidade sem precedentes – inclusive tecnologias de captura ativa e armazenamento de carbono. Claro, a expectativa de que as tecnologias “verdes”, uma vez empregadas em grande escala, seriam capazes de moderar nosso impacto destrutivo repousa sobre bases muito frágeis.

Esse é o segundo ponto a ser destacado. Até aqui, nenhum exemplo que possamos tomar de uma suposta tecnologia “verde” se demonstrou capaz de efetivamente *substituir* tecnologias “não verdes”. O que se apresenta é um empilhamento frenético de tecnologias que mais não fazem do que alimentar a perpétua necessidade de crescimento do capital. Além disso, e mais importante, é possível demonstrar que esse histórico não é casual. Como qualquer tecnologia *nesta* sociedade, as tecnologias “verdes” só são empregadas se forem viáveis economicamente. E para serem viáveis economicamente, precisam ser impulsionadoras de lucro. E quando são impulsionadoras de lucro, alimentam o crescimento. Não qualquer crescimento, mas um crescimento que avança vorazmente sobre o planeta, interferindo destrutivamente em ecossistemas e ciclos naturais (como o do

carbono e o do nitrogênio), no sistema climático e, no limite, no planeta como um todo (Sá Barreto, 2018).

Para fechar essa nota crítica, é impossível deixar de comentar o cinismo latente em todos os principais discursos das lideranças presentes. O tom geral do encontro, dado logo no início pelos anfitriões, foi de que ali se demarcava um ponto de virada. Um ponto de elevação das ambições. Um ponto em que as ambições finalmente seriam colocadas à altura dos desafios, à altura do que é preciso fazer. É claro que vimos, de fato, algumas metas mais ambiciosas. Mas elas são ambiciosas *apenas em relação às metas anteriores*, patentemente débeis. Por outro lado, pelo que discutimos aqui, fica claro que elas são insuficientemente ambiciosas. Elas não estão sequer próximas de estarem à altura dos desafios.

E mesmo assim, mesmo sendo insuficientes, são irrealizáveis *nesta* sociedade. A sociedade do capital é estruturalmente e cronicamente incapaz de moderar suas tendências destrutivas. A possibilidade real de perseguirmos as metas *realmente* ambiciosas e necessárias só se abre a partir do momento em que a humanidade tomar do capital o controle do modo como produzimos e reproduzimos nossa vida em sociedade. Isto é, o enfrentamento real da crise climática pressupõe a superação do capitalismo. As figuras nas principais posições de poder sabem disso e, por isso, precisam prometer pouco dizendo que é muito; e prometer aquilo que sabem que não podem cumprir. Já passa da hora de desafiar esse poder.

Referências

- GUTERRE, A. *Remarks on climate change*. (ONU, Ed.) Fonte: United Nations Secretary-general's speeches: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2018-09-10/remarks-climate-change>>. 10 de setembro de 2018.
- IPCC. *Global warming of 1.5°C: mitigation pathways compatible with 1.5°C in the context of sustainable development*. Genebra: IPCC, 2018.
- IPCC. *The ocean and cryosphere in a changing climate*. Genebra: IPCC, 2019.
- IPCC. *Climate change and land: An IPCC Special Report on climate change, desertification, land. Summary for policymakers*. Genebra: IPCC, 2020.
- SÁ BARRETO, E. "Marx contra a fantasia 'coaseana': uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono", *Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx*. Niterói, v. 3, n. 5, 2015, pp. 263-278.
- SÁ BARRETO, E. *O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- SÁ BARRETO, E. "Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico", *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 30, n. 1(71), 2021, pp. 211-234.

SORRELL, S. "Exploring Jevons' paradox". *In*: HERRING, H. & SORRELL, S. *Energy efficiency and sustainable consumption*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

Recebido em 25 de abril de 2021
Aprovado em 14 de outubro de 2021

COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica*

Covid-19 and Catastrophe Capitalism: Commodity Chains and Ecological-Epidemiological-Economic Crises

John Bellamy Foster**

Intan Suwandi***

Resumo

A SARS-CoV-2 está relacionada com um conjunto complexo de fatores, incluindo: (1) o desenvolvimento do agronegócio global e sua expansão das monoculturas genéticas; (2) a destruição dos habitats selvagens e a interrupção das atividades de espécies selvagens; e (3) a existência de seres humanos vivendo em proximidade. A lógica do desenvolvimento histórico contemporâneo aponta para a necessidade de um sistema de reprodução social metabólica mais baseado no comunal-comum, em que os produtores associados racionalmente regulem seu metabolismo social com a natureza, de modo a promover o desenvolvimento livre de cada um como base do desenvolvimento livre de todos, enquanto conserva a energia e o meio ambiente.

Palavras-chave: Pandemia – COVID-19 – crise econômica – capitalismo.

Abstract

SARS-CoV-2 is closely related to a complex set of factors, including (1) the development of global agribusiness with its expanding genetic monocultures; (2) the destruction of wild habitats and disruption of the activities of wild species; and (3) human beings living in closer proximity. The logic of contemporary historical development points to the need for a more communal-commons-based system of social metabolic reproduction, one in which the associated producers rationally regulate their social metabolism with nature, so as to promote free development of each as the basis of the free development of all, while conserving energy and the environment.

Keywords: *Pandemic – COVID-19 – economic crisis – capitalism.*

* Artigo originalmente publicado na Revista *Monthly Review*, v. 72, n. 02 (jun. de 2020). Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2020/06/01/covid-19-and-catastrophe-capitalism/>>. Traduzido por Hugo Corrêa (hcorrea@id.uff.br).

** John Bellamy Foster é editor da revista *Monthly Review* e professor de sociologia na Universidade de Oregon. Seus livros mais recentes são *The Robbery of Nature: Capitalism and the Ecological Rift* (com Brett Clark) e *The Return of Nature: Socialism and Ecology* – ambos publicados pela Monthly Review Press em 2020.

*** Intan Suwandi é professora de sociologia na Universidade do Estado de Illinois e autora do livro *Value Chains: The New Economic Imperialism* (Monthly Review Press, 2019). Os autores agradecem Fred Magdoff por seus inestimáveis comentários.

A COVID-19 acentuou como nunca a ligação entre as vulnerabilidades ecológica, epidemiológica e econômica impostas pelo capitalismo. Conforme o mundo entra na terceira década do século XXI, assistimos a emergência do capitalismo de catástrofe enquanto a crise estrutural do sistema alcança dimensões planetárias.

Desde o fim do século XX, a globalização capitalista adotou crescentemente a forma de cadeias interligadas de mercadorias controladas por corporações multinacionais, conectando várias zonas de produção, situadas primariamente no Sul Global, mas com o ápice do consumo, das finanças e da acumulação mundiais situados primariamente no Norte Global. Essas cadeias de mercadorias conformam os principais circuitos materiais do capital globalmente, que constituem o fenômeno do imperialismo tardio identificado com a ascensão generalizada do capital monopolista-financeiro¹. Nesse sistema, rendas imperiais exorbitantes advindas do controle da produção global são obtidas não apenas pela *arbitragem global de trabalho* – pela qual corporações multinacionais com matrizes no centro do sistema sobreexploram o trabalho industrial na periferia – mas, crescentemente, também pela *arbitragem global de terra* – na qual multinacionais do agronegócio expropriam terra barata (e trabalho) no Sul Global para produzir culturas exportáveis principalmente para o Norte Global².

Se referindo a esses complexos circuitos de capital na economia global de hoje, administradores das corporações referem-se tanto a cadeias de suprimentos quanto a cadeias de valor, com as cadeias de suprimentos representando o movimento do produto físico e as cadeias de valor se dirigindo ao “valor adicionado” em cada elo da produção, desde as matérias-primas até o produto final³. Essa dupla ênfase nas cadeias de suprimentos e nas cadeias de valor se assemelham, em certo sentido, à abordagem mais dialética desenvolvida na análise de Karl Marx das *cadeias mercantis* na produção e na troca, abrangendo valores de uso e valores de troca. No Livro I de *O capital*, Marx acentuou a dualidade dos valores de uso naturais-materiais (a “forma natural”) e dos valores de troca (a “forma valor”) presente em cada elo da “série geral de metamorfoses do mundo das mer-

¹ Ver John Bellamy Foster, “Late Imperialism,” *Monthly Review*, v. 71, n. 3, jul.-ago. 2019. pp. 1-19; Samir Amin, *Modern Imperialism, Monopoly Finance Capital, and Marx's Law of Value*. Nova York: Monthly Review Press, 2018.

² Sobre a arbitragem global de trabalho e as cadeias de mercadorias, ver Intan Suwandi, *Value Chains*. Nova York: Monthly Review Press, 2019, pp. 32-33, 53-54. Nossa análise estatística sobre os custos unitários de trabalho foi feita em colaboração com R. Jamil Jonna e publicada em “Global Commodity Chains and the New Imperialism,” *Monthly Review*. v. 70, n. 10, mar. 2019, pp. 1-24. Sobre a arbitragem global de terra, ver Eric Holt-Giménez, *A Foodie's Guide to Capitalism*. Nova York: Monthly Review Press, 2017, pp. 102-4.

³ Evan Tarver, “Value Chain vs. Supply Chain,” *Investopedia*, 24 de março, 2020.

cadorias”⁴. A abordagem de Marx foi levada adiante por Rudolf Hilferding em seu *O capital financeiro*, onde ele escreveu sobre o “elo de uma cadeia de troca de mercadorias”⁵.

Nos anos 1980, os teóricos do sistema-mundo Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein reintroduziram o conceito de cadeia mercantil baseado nessas raízes da teoria marxiana⁶. No entanto, o que em geral foi perdido nas posteriores análises marxistas (e do sistema-mundo) sobre as cadeias mercantis, que as trataram como fenômeno exclusivamente econômico/de valor, foi o aspecto material-ecológico dos valores de uso. Marx, que nunca perdeu de vista os limites materiais-naturais nos quais o circuito do capital se realiza, enfatizou “o lado negativo”, i. e. destrutivo, da valorização capitalista no que diz respeito às condições naturais da produção e ao metabolismo de seres humanos e natureza como um todo⁷. A “ruptura irremediável no metabolismo social” (a ruptura metabólica) que constituiu a relação destrutiva do capitalismo com a terra, por meio da qual “esgotou a terra” e “levou à aplicação do guano nos campos ingleses”, ficou também evidente nas “epidemias periódicas” que resultam dessas mesmas contradições orgânicas do sistema⁸.

Esse enfoque teórico, que enfatiza as cadeias mercantis em suas formas dual e contraditória, que incorporam tanto valores de uso quanto valores de troca, fornecem as bases para entender a tendência à crise ecológica, epidemiológica e econômica do imperialismo tardio. Ele nos permite perceber como o circuito do capital no imperialismo tardio está ligado à etiologia da doença pelo agronegócio e como isso gerou a pandemia de COVID-19. Essa mesma perspectiva focada nas cadeias mercantis, além do mais, permite entendermos como a interrupção dos fluxos de valores de uso, sob a forma de bens materiais, e resultando na interrupção dos fluxos de valores, gerou uma severa e duradoura crise econômica. O resultado é o empurrão de uma já estagnada economia ao limite, ameaçando desmoronar a superestrutura financeira do sistema. Finalmente, por trás de tudo isso está uma ruptura planetária ainda maior, engendrada pelo atual capitalismo de

⁴ Karl Marx, “The Value Form,” *Capital and Class*. v. 2, n. 1, 1978, p. 134; Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works*, v. 36. Nova York: International Publishers, 1996, p. 63. Ver também Karl Marx, *Capital*, L. 1. Londres: Penguin, 1976, pp. 156, 215; Marx, *Capital*, L. 2. Londres: Penguin, 1978, pp. 136-37. [NT: Marx, K. *O capital*, Livro 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 43]

⁵ Rudolf Hilferding, *Finance Capital*. Londres: Routledge, 1981, p. 60. [NT: Hilferding, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 65]

⁶ Terence Hopkins and Immanuel Wallerstein, “Commodity Chains in the World Economy Prior to 1800,” *Review*, v. 10, n. 1, 1986, p. 157-70.

⁷ Marx, *Capital*, L. 1, p. 638. [NT: Marx, K. *O capital*, Livro 1, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 133, nota 323]

⁸ Karl Marx, *Capital*, L. 3. Londres: Penguin, 1981, p. 949-50 [NT: Marx, K. *O capital*, Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017, p.873] ; Marx, *Capital*, L. 1, p. 348-49 [NT: Marx, K. *O capital*, Livro 1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 353].

catástrofe, e exibida na mudança climática e na ultrapassagem de vários limites planetários, das quais a presente crise epidemiológica é apenas outra manifestação dramática.

Circuitos do capital e as crises ecológica e epidemiológica

Notavelmente, durante a última década, uma nova e mais holística abordagem à etiologia das enfermidades apareceu, denominada *One Health-One World* [Um Mundo, Uma Saúde], principalmente em resposta ao aparecimento de doenças zoonóticas recentes (ou zoonoses) como a SARS, a MERS e a H1N1, transmitidas aos humanos por animais não humanos, selvagens ou domesticados. O modelo One Health integra a análise epidemiológica numa base ecológica, unindo cientistas da ecologia, médicos, veterinários e analistas de saúde pública numa abordagem que tem um escopo global. Contudo, a perspectiva ecológica original que motivou o One Health, representando uma nova e mais abrangente abordagem às doenças zoonóticas, foi recentemente apropriada e em parte negada por organizações influentes como o Banco Mundial, a OMS e o Centro de Controle e Prevenção de Doenças nos Estados Unidos. Assim, a abordagem multisetorial do One Health converteu-se rapidamente numa maneira de juntar interesses tão variados como saúde pública, medicina privada, saúde animal, agronegócio e grandes farmacêuticas para fortalecer as respostas ao que são consideradas epidemias episódicas, significando o aparecimento de uma ampla estratégia corporativista em que o capital, especialmente o agronegócio, é o elemento dominante. O resultado é que as conexões entre as crises epidemiológicas e a economia mundial capitalista são minimizadas no que se propunha ser um modelo holístico⁹.

Assim apareceu uma abordagem nova e revolucionária à etiologia das enfermidades, conhecida como *Structural One Health* [Uma Saúde Estrutural], partindo criticamente do One Health, mas baseada, ao invés, na ampla tradição do materialismo histórico. Para os proponentes do Structural One Health o importante é investigar como as pandemias da economia global contemporânea estão ligadas aos circuitos do capital, que têm promovido rápida alteração das condições ambientais. Um grupo de cientistas, incluindo Rodrick Wallace, Luis Fernando Chaves, Luke R. Bergmann, Constância Ayres, Lenny Hogerwerf, Richard Kock e Robert G. Wallace, escreveu junto uma série de trabalhos como *Clear-Cutting Disease Control: Capital-Led Deforestation, Public Health Austerity, and Vector-Borne*

⁹ Robert G. Wallace, Luke Bergmann, Richard Kock, Marius Gilbert, Lenny Hogerwerf, Rodrick Wallace e Mollie Holmberg, “The Dawn of Structural One Health: A New Science Tracking Disease Emergence Along Circuits of Capital”, *Social Science and Medicine*, n. 129, 2015. pp. 68-77; Rob [Robert G.] Wallace, “We Need a Structural One Health”, *Farming Pathogens*, ago. 3, 2012; J. Zinsstag, “Convergence of EcoHealth and One Health”, *Ecohealth* 9, n. 4, 2012, pp. 371-73; Victor Galaz, Melissa Leach, Ian Scoones e Christian Stein, “*The Political Economy of One Health*”, STEPS Centre, Political Economy of Knowledge and Policy Working Paper Series, 2015.

Infection e, mais recentemente, “COVID-19 e os circuitos do capital” (de Rob Wallace, Alex Liebman, Luis Fernando Chaves e Rodrick Wallace) na edição de maio de 2020 da *Monthly Review*. O Structural One Health se define como “um novo campo, [que] examina os impactos que os circuitos do capital e outras circunstâncias fundamentais, incluindo profundas histórias culturais, têm sobre uma agroeconomia regional e se associa à dinâmica de transmissão de doenças entre espécies”¹⁰.

A abordagem revolucionária materialista histórica representada pelo Structural One Health se diferencia da abordagem *mainstream* do One Health por: (1) apontar as cadeias mercantis como engrenagens das pandemias; (2) relativizar a abordagem usual da “geografia absoluta”, que se concentra em certos locais nos quais novos vírus emergem e não percebe os canais econômicos globais de transmissão; (3) não ver as pandemias como problemas episódicos ou como “Cisnes Negros”, eventos aleatórios, mas sim como reflexos da crise geral e estrutural do capital, no sentido explicado por István Mészáros em seu *Para além do capital*; (4) adotar uma abordagem da biologia dialética, associada aos biólogos de Harvard Richard Levins e Richard Lewontin em seu *The Dialectical Biologist*; e (5) insistir em uma reconstrução radical da sociedade em geral, de modo a promover um “metabolismo planetário” sustentável¹¹. Em seu *Big Farms Make Big Flu* e em outros escritos, Robert G. (Rob) Wallace parte das noções marxianas de cadeia mercantil e de ruptura metabólica, assim como da crítica à austeridade e à privatização baseada na noção do Paradoxo de Lauderdale (segundo o qual a fortuna privada é aumentada pela destruição da riqueza pública). Assim, intelectuais dessa tradição crítica se apoiam numa abordagem dialética sobre a destruição ecológica e a etiologia das enfermidades¹².

Naturalmente, a nova epidemiologia histórico-materialista não surgiu do nada, mas foi construída sobre uma longa tradição de lutas socialistas e análises críticas de epidemias, incluindo contribuições como: (1) *As condições da classe trabalhadora na Inglaterra* de Frederick Engels, em que foram exploradas as bases de classe de doenças infecciosas; (2) as próprias discussões de Marx sobre epidemias e condições gerais de saúde em *O capital*; (3) o tratamento dispensado pelo

¹⁰ Rodrick Wallace, Luis Fernando Chavez, Luke R. Bergmann, Constância Ayres, Lenny Hogerwerf, Richard Kock e Robert G. Wallace, *Clear-Cutting Disease Control: Capital-Led Deforestation, Public Health Austerity, and Vector-Borne Infection*. Cham, Suíça: Springer, 2018, p. 2.

¹¹ Wallace et al., “The Dawn of Structural One Health”, pp. 70-72; Wallace, “We Need a Structural One Health”; Rob Wallace, Alex Liebman, Luis Fernando Chaves e Rodrick Wallace, “COVID-19 and Circuits of Capital”, *Monthly Review*, v. 72, n.1, maio 2020, p. 12; István Mészáros, *Beyond Capital*. Nova York: Monthly Review Press, 1995; Richard Levins e Richard Lewontin, *The Dialectical Biologist*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

¹² Rob Wallace, *Big Farms Make Big Flu*. Nova York: Monthly Review Press, 2016, pp. 60-61, 118, 120-21, 217-19, 236, 332; Rob Wallace, “Notes on a Novel Coronavirus,” MR Online, jan. 29, 2020. Sobre o Paradoxo de Lauderdale, ver John Bellamy Foster, Brett Clark e Richard York, *The Ecological Rift*. Nova York: Monthly Review Press, 2010, p. 53-72.

zoólogo britânico E. Ray Lankester (discípulo de Charles Darwin e Thomas Huxley e amigo de Marx) às origens antropogênicas das doenças e suas bases capitalistas na agricultura, nos mercados e nas finanças, no livro *Kingdom of man*; e (4) “Is Capitalism a Disease?” [O capitalismo é uma doença?] de Levins¹³.

Nessa nova epidemiologia histórico-materialista associada ao *Structural One Health*, é especialmente importante o reconhecimento explícito do papel do agronegócio global e sua integração em pesquisas detalhadas sobre todos os aspectos da etiologia da doença, focando-se em novas zoonoses. Essas doenças, como Rob Wallace afirmou em seu *Big Farms Make Big Flu*, foram a “decantação biótica inadvertida dos esforços para dirigir a ontogenia e a ecologia animais de acordo com a lucratividade de multinacionais”, produzindo novos patógenos mortais¹⁴. A exportação da atividade agropecuária [*offshore farming*] – consistindo em monoculturas de animais domésticos geneticamente similares (eliminando proteções imunológicas), incluindo vastas fazendas suínas e aviárias, aliadas com o rápido desmatamento e com a mistura caótica de aves e outras criaturas selvagens e de produção animal industrial, inclusive nas feiras – criaram as condições para a disseminação de patógenos novos e mortais como o SARS, a MERS, o Ebola, o H1N1, o H5N1 e, agora, o SARS-CoV-2. Mais de meio milhão de pessoas ao redor do mundo morreram de H1N1 e as mortes por SARS-CoV-2 irão muito provavelmente ultrapassar essa marca em muito¹⁵. “O agronegócio”, escreve Rob Wallace, “está deslocando suas empresas para o Sul Global para tirar vantagem do trabalho barato e da terra barata” e “espalhando toda sua linha de produção pelo mundo”¹⁶. Aves, suínos e humanos interagem para produzir novas enfermidades. “Gripes”, Wallace nos diz, “agora emergem por meio de uma rede globalizada de currais industriais de produção e comércio, onde novas cepas começam a evoluir. Com rebanhos movendo-se rapidamente de região para região – tornando a distância uma conveniência *just-in-time* – múltiplas cepas de gripe são continuamente introduzidas em localidades cheias com populações de animais suscetíveis”¹⁷. Aves criadas para fins comerciais em larga-escala mostraram ter chances muito maiores de hospedar essas zoonoses virulentas. A análise das cadeias de valor foi usada para recuperar a etiologia de novas gripes como a H5N1

¹³ Ver John Bellamy Foster, *The Return of Nature*. Nova York: Monthly Review Press, 2020, pp. 61-64, 172-204; Frederick Engels, *The Condition of the Working Class in England*. Chicago: Academy Chicago, 1984; E. Ray Lankester, *The Kingdom of Man*. Nova York: Henry Holt, 1911, pp. 31-33, 159-91; Richard Levins, “Is Capitalism a Disease?,” *Monthly Review*, v. 52, n. 4, set. 2000, p. 8-33. Ver também Howard Waitzkin, *The Second Sickness*. Nova York: Free Press, 1983.

¹⁴ Wallace, *Big Farms Make Big Flu*, p. 53.

¹⁵ Wallace, *Big Farms Make Big Flu*, p. 49.

¹⁶ Wallace, *Big Farms Make Big Flu*, pp. 33-34.

¹⁷ Wallace, *Big Farms Make Big Flu*, p. 81.

na cadeia mercantil da produção aviária¹⁸. Mostrou-se que a gripe no sul da China emergiu no contexto de “um ‘presente histórico’ no qual múltiplos vírus se recombinaram a partir de uma mistura de agroecologias originadas em tempos diferentes tanto por sequências diretas quanto por contingência: nesse caso, combinando o antigo (arroz), o recém-moderno (patos semi-domesticados) e o presente (intensificação da produção aviária)”. Essa análise também foi expandida por geógrafos radicais, como Bergmann, trabalhando a “convergência da biologia e da economia para além de uma única cadeia de mercadoria até a fábrica da economia global”¹⁹.

As cadeias globais de mercadorias interconectadas do agronegócio, que provêm as bases para o surgimento de novas zoonoses, garantem que esses patógenos se movam rapidamente de um lugar a outro, explorando as cadeias de conexão humana e a globalização, com hospedeiros humanos movendo-se em dias, ou mesmo em horas, de uma parte do globo a outra. Wallace e seus colegas escrevem em “COVID-19 e o circuito do capital”: “Alguns patógenos emergem diretamente de centros de produção... Mas muitas enfermidades, como a Covid-19, originam-se nas fronteiras da produção do capital. Em verdade, pelo menos 60% dos novos patógenos humanos surgem a partir de animais selvagens e migram para comunidades humanas locais (antes dos mais bem-sucedidos se espalharem para o resto do mundo)”²⁰. Eles resumem as condições para a transmissão dessas doenças,

Nossa premissa fundamental consiste no fato de que a causa da emergência de patógenos, entre eles, a Covid-19, não se encontra apenas no objeto de qualquer agente infeccioso ou em seu curso clínico, mas também no campo das relações ecossistêmicas construídas pelo capital e outros fatores estruturais para seu próprio proveito. Hoje há uma grande variedade de patógenos com diferentes taxas, hospedeiros, modos de transmissão, cursos clínicos e resultados epidemiológicos. Por conta dos modelos tradicionais, somos obrigados a nos deter de olhos arregalados em cada uma dessas marcações ao ritmo dos novos e múltiplos surtos. Para nós, no entanto, elas são diferentes partes e

¹⁸ Mathilde Paul, Virginie Baritoux, Sirichai Wongnarkpet, Chaitep Poolkhet, Weerapong Thanapongtharm, François Roger, Pascal Bonnet e Christian Ducrot, “Practices Associated with Highly Pathogenic Avian Influenza Spread in Traditional Poultry Marketing Chains”, *Acta Tropica*, n. 126, 2013: pp. 43-53.

¹⁹ Wallace, *Big Farms Make Big Flu*, p. 306; Wallace et al., “The Dawn of Structural One Health”, pp. 69, 71, 73.

²⁰ [NT: Trecho traduzido por Beatriz Santos e Maria Carolina Sanglard (com revisão de Rhaysa Ruas), disponível em GONÇALVES, G. L. (Org.). *Covid-19, Capitalismo e Crise*: bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020, p. 59]

caminhos ao longo dos mesmos tipos de circuitos de uso da terra e acumulação de valor²¹.

A reestruturação imperial da produção no fim do século XX e início do XXI – o que conhecemos como globalização – foi primariamente o resultado da arbitragem global de trabalho e da sobreexploração (e superexploração) dos trabalhadores do Sul Global (incluindo a contaminação proposital de ambientes locais) em benefício primariamente dos centros do mundo do capital e das finanças. Mas essa reestruturação também foi em parte motivada pela arbitragem global de terra, que ocorreu simultaneamente por meio das corporações multinacionais do agronegócio. Segundo Eric Holt-Giménez, em *A Foodie's Guide to Capitalism*, “o preço da terra”, em grande parte do Sul Global, “é tão baixo em relação a sua renda (quanto ela valeria pelo que pode produzir), que a captura dessa diferença (arbitragem) entre o baixo preço e a alta renda produzirá ao investidor um belo lucro. Quaisquer ganhos advindos de um eventual cultivo são secundários... As oportunidades de arbitragem com a terra surgem pela incorporação de terras novas – com renda da terra atrativa – no mercado global de terra, onde a renda pode efetivamente ser capitalizada”²². Isso foi em grande parte alimentado pelo que é chamado de Revolução Pecuária [*Livestock Revolution*], que transformou a produção animal numa mercadoria globalizada, baseada em rebanhos gigantescos e monoculturas genéticas²³.

Essas condições foram promovidas por vários bancos de desenvolvimento num contexto eufemisticamente conhecido como “reestruturação territorial”, que envolve tanto remover fazendas de subsistência e pequenos produtores da terra em nome de corporações multinacionais, especialmente do agronegócio, quanto o rápido desmatamento e a destruição do ecossistema. Isso também ficou conhecido como a expropriação de terras [*land grabs*] do século XXI, acelerada pela alta dos preços de alimentos básicos em 2008 e, novamente, em 2011, assim como pela riqueza de fundos privados que procuravam bens tangíveis para investir em virtude das incertezas geradas depois da Grande Crise Financeira de 2007-9. O resultado foi a maior onda migratória da história humana, com pessoas sendo arrancadas da terra, num processo global de descampenização, alte-

²¹ Wallace et al., “COVID-19 and Circuits of Capital”, p. 11. [NT: Trecho traduzido por Beatriz Santos e Maria Carolina Sanglard (com revisão de Rhaysa Ruas), disponível em GONÇALVES, G. L. (Org.). *Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada*. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020, pp. 61-62].

²² Holt-Giménez, *A Foodie's Guide to Capitalism*, pp. 102-5.

²³ Philip McMichael, “Feeding the World”, in: Leo Panitch and Colin Leys (Ed.). *Socialist Register 2007: Coming to Terms with Nature*. Nova York: Monthly Review Press, 2007, p. 180.

rando a agroecologia de regiões inteiras, substituindo a agricultura tradicional por monoculturas e empurrando a população para favelas urbanas²⁴.

Rob Wallace e seus colegas observam que o historiador e crítico urbanístico Mike Davis, entre outros, “identificou como essas paisagens recém-urbanizadas agem como mercados locais e centros regionais para a passagem de mercadorias agrícolas globais... Como resultado, a dinâmica das doenças florestais (fontes primárias dos patógenos) não é mais restrita ao interior. As epidemias tornaram-se relacionais e foram aceleradas no tempo e no espaço. Por causa desses novos espaços, uma SARS pode subitamente se espalhar para os seres humanos na grande cidade apenas alguns dias depois de ter saído de sua caverna de morcegos”²⁵.

Interrupção da cadeia de mercadorias e o efeito chicote global

Os novos patógenos gerados não intencionalmente pelo agronegócio não são eles mesmos valores de uso naturais-materiais, mas sim resíduos tóxicos do sistema produtivo capitalista, associados à cadeia mercantil do agronegócio como parte de um regime alimentar global²⁶. Ainda assim, como uma “vingança” metafórica da natureza já imaginada por Engels e Lankester, o efeito cascata da combinação dos desastres ecológico e epidemiológico, introduzido pelas atuais cadeias globais de mercadorias e pelas ações do agronegócio que permitiram a pandemia do COVID-19, interromperam todo o sistema global de produção²⁷. O efeito dos *lockdowns* e do distanciamento social, fechando setores-chave da produção em todo o mundo, abalou internacionalmente as cadeias de suprimentos e de valor. Isso gerou um imenso “efeito chicote”, irradiado de ambos os polos, da oferta e da demanda, das cadeias globais de mercadorias²⁸. Ademais, a pandemia do COVID-19 ocorreu no contexto de um regime global de capital monopolista-financeiro neoliberal, que impôs políticas de austeridade em todo mundo, inclusive para a saúde pública.

²⁴ Farshad Araghi, “The Great Global Enclosure of Our Times”, in: Fred Magdoff, John Bellamy Foster e Fredrick H. Buttel (Ed.). *Hungry for Profit*. Nova York: Monthly Review Press, 2000, pp. 145-60.

²⁵ Wallace et. al., “COVID-19 and Circuits of Capital”, p. 6 [NT: Trecho traduzido por Beatriz Santos e Maria Carolina Sanglard (com revisão de Rhaysa Ruas), disponível em GONÇALVES, G. L. (Org.). *Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada*. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020. p.57]; Mike Davis, *Planet of Slums*. Londres: Verso, 2016; Mike Davis em entrevista concedida a Mada Masr, “Mike Davis on Pandemics, Super-Capitalism, and the Struggles of Tomorrow”, *Mada Masr*, 30 de março, 2020.

²⁶ Wallace, *Big Farms Make Big Flu*, p. 61. Sobre o significado dos conceitos de residual e de resíduo na dialética, ver J. D. Bernal, “Dialectical Materialism”, in: Hyman Levy et. al (Ed.) *Aspects of Dialectical Materialism*. Londres: Watts and Co., 1934, pp. 103-4; Henri Lefebvre. *Metaphilosophy*. Londres: Verso, 2016, pp. 299-300.

²⁷ Karl Marx and Frederick Engels, *Collected Works*, v. 25. Nova York: International Publishers, 1975, pp. 460-61; Lankester, *The Kingdom of Man*, p. 159.

²⁸ Matt Leonard, “What Procurement Managers Should Expect from a Bullwhip on Crack,” *Supply Chain Dive*, 26 de março, 2020.

A adoção universal da produção *just-in-time* e da concorrência baseada no tempo, como regulador das cadeias globais de mercadorias, deixaram empresas e instalações como hospitais com poucos estoques – um problema agravado pela estocagem de alguns bens por parte da população²⁹. O resultado é um distúrbio extraordinário de toda a economia global.

As cadeias globais de mercadorias – aquilo que chamamos de *cadeias de valor-trabalho* – são organizadas primariamente para explorar os custos unitários do trabalho mais baixos (considerando os custos salariais e a produtividade) nos países mais pobres do Sul Global, onde agora a produção industrial predominantemente se localiza. Os custos unitários do trabalho na Índia em 2014 eram 37% daqueles nos EUA, enquanto os custos na China e no México eram, respectivamente, 46% e 43%. Na Indonésia eram mais altos, com custos unitários do trabalho em 62% do nível dos EUA³⁰. Em grande parte isso se deve aos salários extremamente baixos nos países do Sul, que são apenas uma pequena fração do nível salarial nos países do Norte. Enquanto isso, a produção independente [arm's length production], realizada em acordo com as especificações de corporações multinacionais, juntamente com a tecnologia avançada introduzida em novas plataformas exportadoras do Sul Global, geram uma produtividade que é, em diversas áreas, comparável à produtividade do Norte Global. O resultado é um sistema global integrado de exploração no qual as diferenças salariais entre países do Norte e do Sul Global são maiores que as diferenças de produtividade, levando os custos unitários do trabalho nos países do Sul a serem muito baixos e gerando grandes margens de lucro bruto (ou excedentes econômicos) no preço de exportação de bens vindos dos países mais pobres.

Os enormes excedentes econômicos gerados no Sul Global são registrados no PIB como *valor adicionado* no Norte. Contudo, eles seriam mais bem entendidos como *valor capturado* do Sul. Esse novo sistema internacional de exploração, associado com a globalização da produção, constitui a estrutura profunda do imperialismo tardio no século XXI. Se trata de um sistema mundial de exploração/expropriação formado a partir da arbitragem global de trabalho, resultando numa grande drenagem de valor gerado nos países pobres para os países ricos.

Tudo isso foi facilitado pelas revoluções nos transportes e na comunicação. Custos de navegação despencaram quando containers navais padronizados se proliferaram. As tecnologias de comunicação, como os cabos de fibra ótica, os telefones celulares, a internet, a banda larga, a computação em nuvem e a realização de videoconferências, alteraram a conectividade global. O transporte aéreo

²⁹ Sobre a concorrência baseada no tempo e a produção *just-in-time*, ver “What Is Time-Based Competition”, Boston Consulting Group.

³⁰ Suwandi, *Value Chains*, pp. 59-61; John Smith, *Imperialism in the Twenty-First Century*. Nova York: Monthly Review Press, 2016.

barateou as viagens rápidas, crescendo anualmente numa média de 6,5% entre 2010 e 2019³¹. Mais ou menos um terço das exportações norte-americanas é composto por produtos intermediários para bens finais produzidos em outros lugares, como algodão, aço, motores e semicondutores³². Foi nesse contexto de rápidas transformações, geradoras de uma estrutura de acumulação internacional crescentemente integrada e hierárquica, que a presente cadeia global de mercadorias emergiu. O resultado foi a conexão de todas as partes do globo em um sistema mundial de opressão, uma conectividade que agora dá sinais de instabilidade, sob os impactos da guerra comercial entre Estados Unidos e China e dos efeitos econômicos globais da pandemia de COVID-19.

A pandemia de COVID-19, com seus *lockdowns* e seu distanciamento social, é “a primeira crise global da cadeia de suprimentos”³³. Isso levou a perdas de valor econômico, vastos índices de desemprego e subemprego, colapso de empresas, aumentou a exploração e espalhou a fome e a privação. É chave para entender a complexidade e o caos da presente crise o fato de que nenhum CEO de uma corporação multinacional em nenhum lugar tem um mapa completo da cadeia mercantil de sua firma³⁴. Normalmente, os financeiros e os representantes comerciais das corporações conhecem seus fornecedores de primeira camada [*first-tier*], mas não os de segunda camada (isso é, os fornecedores de seus fornecedores), muito menos os de terceira ou mesmo quarta camada. Como Elisabeth Braw escreve, na *Foreign Policy*, “Michael Essig, professor de gestão da cadeia de suprimentos na Universidade de Munique, calculou que uma companhia multinacional como a Volkswagen tem 5.000 fornecedores (os assim-chamados fornecedores de primeira camada), cada um com em média 250 fornecedores de segunda camada. Isso significa que a companhia tem efetivamente 1,25 milhão de fornecedores – a vasta maioria desconhecida”. E isso ainda desconsidera os fornecedores de terceira camada. Quando aconteceu a explosão do novo coronavírus em Wuhan na China, descobriu-se que 51 mil companhias ao redor do globo tinham ao menos um fornecedor direto em Wuhan, enquanto 5 milhões tinham ao menos um fornecedor de segunda camada. Em 27 de fevereiro de 2020, quando a interrupção da cadeia de suprimentos ainda estava, em boa medida, confinada à China, o Fórum Econômico Mundial declarou, citando um estudo de Dun e Bradstreet, que mais de 90% das corporações multinacionais da

³¹ Walden Bello, “Coronavirus and the Death of ‘Connectivity’”, *Foreign Policy in Focus*, 22 de março de 2020; “Annual Growth in Global Air Traffic Passenger Demand from 2006 to 2020”, *Statista*, acesso em 22 de abril de 2020.

³² Shannon K. O’Neil, “How to Pandemic Proof Globalization,” *Foreign Affairs*, 1º de April de 2020.

³³ Stefano Feltri, “Why Coronavirus Triggered the First Global Supply Chain Crisis,” *Pro-Market*, 5 de março de 2020.

³⁴ Elisabeth Braw, “Blindsided on the Supply Side,” *Foreign Policy*, 4 de março de 2020.

Fortune 1000 tinha um fornecedor de primeira ou segunda camada afetado pelo vírus³⁵.

Os efeitos do SARS-CoV-2 tornaram urgente para as corporações tentar mapear toda a sua cadeia de mercadorias. Mas isso é incrivelmente complexo. Quando ocorreu o desastre nuclear de Fukushima, descobriu-se que na área de Fukushima era realizada 60% da produção mundial de autopeças fundamentais, grande parte da produção de químicos para pilhas/baterias de lítio e 22% da produção de *wafers* de silício de 300 milímetros – todos itens fundamentais para produção industrial. Na época, algumas corporações monopolistas-financeiras tentaram mapear suas cadeias de suprimentos. Segundo a revista *Harvard Business Review*, “executivos de uma fabricante de semicondutores japonesa contaram que uma equipe de 100 pessoas precisou de mais de um ano para mapear a rede de suprimentos da companhia em suas camadas mais profundas [*sub-tiers*] depois do terremoto e do tsunami [e do desastre nuclear de Fukushima] de 2011”³⁶.

Diante de uma cadeia de mercadorias na qual muitos dos elos são invisíveis e que tem se rompido em diversos lugares simultaneamente, as corporações enfrentam as interrupções e incertezas naquilo que Marx chamou de “metamorfoses” na produção, distribuição e consumo dos produtos materiais, simultaneamente ao comportamento errático da demanda geral por suprimentos. Não há precedentes para a escala da pandemia do coronavírus e suas consequências sobre a acumulação mundial, com um custo econômico global ainda em ascensão. No fim de março, mais ou menos 3 bilhões de pessoas no planeta estavam em *lockdown* ou em distanciamento social³⁷. A maior parte das corporações não tem um plano de contingência para lidar com quebras múltiplas em sua cadeia de suprimentos³⁸. O tamanho do problema foi mostrado quando, nos primeiros meses de 2020, milhares de declarações de fornecedores, começando na China e se espalhando por outros lugares, indicavam a impossibilidade cumprir os contratos por motivos de força maior, em função de eventos externos extraordinários. Isso foi acompanhado por um grande número de “omissões” [*blank sailings*] em viagens agendadas de navios cargueiros, canceladas pelo atraso em bens por

³⁵ Francisco Betti e Per Kristian Hong, “Coronavirus Is Disrupting Global Value Chains. Here’s How Companies Can Respond”, Fórum Econômico Mundial, 27 de fevereiro de 2020; Braw, “Blindsided on the Supply Side”.

³⁶ Braw, “Blindsided on the Supply Side”; Thomas Y. Choi, Dale Rogers e Bindiya Vakil, “Coronavirus is a Wake-Up Call for Supply Chain Management”, *Harvard Business Review*, 27 de março de 2020.

³⁷ “Nearly 3 Billion People Around the Globe Under COVID-19 Lockdowns”, Fórum Econômico Mundial, 26 de março de 2020.

³⁸ Lizzie O’Leary, “The Modern Supply Chain Is Snapping”, *Atlantic*, 19 de março de 2020.

falta de oferta ou de demanda³⁹. No começo de abril de 2020, a *National Retail Federation* [Federação Nacional de Varejistas] dos EUA indicou que março teve o menor número em cinco anos de embarcações em unidades equivalentes a 20 pés (de containers) nos cargueiros, e com a expectativa de que as embarcações despenquem ainda mais dali por diante⁴⁰. O número de passageiros em voos aéreos, ao redor de todo o mundo, caiu por volta de 90%, levando as maiores empresas aéreas norte-americanas a alavancarem “a barriga e as cabines de passageiros das aeronaves [para redirecioná-las] para voos de carga, frequentemente removendo assentos e utilizando rotas vazias para garantir carga”⁴¹.

De acordo com as estimativas do início de abril da Organização Mundial do Comércio, o efeito colateral na economia da pandemia de COVID-19 poderia levar a uma queda no comércio mundial em 2020 de 13% no cenário mais otimista e de 32% no cenário mais pessimista. Neste caso, o colapso do comércio mundial igualaria, em um ano, aquilo que ocorreu em três anos da Grande Depressão dos anos 1930⁴².

Os terríveis efeitos da interrupção da cadeia global de suprimentos durante a pandemia foram particularmente evidentes no que diz respeito aos equipamentos médicos. A Premier, uma das principais organizações de compras para hospitais nos Estados Unidos, indicou que normalmente comprava até 24 milhões de máscaras N95 por ano para as organizações e o pessoal médico associados, enquanto, apenas em janeiro e fevereiro de 2020, seus membros usaram 56 milhões de máscaras. No fim de março, a Premier estava encomendando entre 110 e 150 milhões de máscaras, enquanto seus associados, como hospitais e asilos, indicavam que seus estoques mal seriam suficientes para pouco mais de uma semana. A demanda por máscaras de proteção disparou enquanto a oferta global ficou congelada⁴³. Os kits de teste para COVID-19 também estavam com uma

³⁹ Choi et. al., “Coronavirus is a Wake-Up Call for Supply Chain Management”; Willy Shih, “COVID-19 and Global Supply Chains: Watch Out for Bullwhip Effects”, *Forbes*, 21 de fevereiro de 2020.

⁴⁰ “Estimated March Imports Hit Five Year-Low, Declines Expected to Continue Amid Pandemic”, *National Retail Federation*, 7 de abril de 2020.

⁴¹ Emma Cosgrove, “FAA Offers Safety Guidance for Passenger Planes Ferrying Cargo”, *Supply Chain Dive*, 17 de abril de 2020.

⁴² “Trade Set to Plunge as COVID-19 Pandemic Upends Global Economy”, *Organização Mundial do Comércio*, 8 de abril de 2020; S. L. Fuller, “WTO: 2020 Trade Levels Could Rival the Great Depression”, *Supply Chain Dive*, 9 de abril de 2020.

⁴³ Deborah Abrams Kaplan, “Why Supply Chain Data is King in the Coronavirus Pandemic”, *Supply Chain Dive*, 7 de abril de 2020; O’Leary, “The Modern Supply Chain Is Snapping”; Chad P. Bown, “COVID-19: Trump’s Curbs on Exports of Medical Gear Put Americans and Others at Risk”, *Peterson Institute for International Economics*, 9 de abril de 2020; Shefali Kapadia, “From Section 301 to COVID-19”, *Supply Chain Dive*, 31 de março de 2020.

deficiência crônica e global de oferta até a China acelerar a produção no fim de março⁴⁴.

Muitos outros bens também têm oferta insuficiente, enquanto, em um caos generalizado, armazéns estão lotados com bens como roupas de grife, cuja demanda despencou. No mundo da produção *just-in-time* e da concorrência baseada no tempo, estoques são geralmente reduzidos ao mínimo para reduzir custos. Sem nenhuma folga, automóveis e muitas outras cadeias de oferta varejista nos Estados Unidos provavelmente assistirão uma falta crônica de suprimentos no início de maio. Como dito por Peter Hasenkamp, que foi responsável pela gestão de suprimentos da Tesla e atualmente comanda as compras para a Lucid Motors: “É preciso ter 2.500 partes para construir um carro, mas não ter apenas uma para não construir”. Os kits de teste para COVID-19 ainda eram escassos nos Estados Unidos em parte por causa de uma escassez de cotonetes⁴⁵. No meio de abril de 2020, 81% das firmas manufatureiras globais estava com falta de suprimentos, algo evidenciado pelo aumento de 44% das declarações de força maior em março com relação ao ano anterior à emergência do novo coronavírus e pelo aumento de 38% no fechamento de estabelecimentos de produção. O resultado não é apenas escassez de materiais, mas uma crise no fluxo de caixa e, assim, um enorme “pico nos riscos financeiros”⁴⁶.

Para as empresas multinacionais de hoje, que pouco se importam com os valores de uso que vendem desde que gerem valor de troca, o impacto econômico real da interrupção das cadeias de suprimentos é seu efeito nas cadeias de valor – isso é, nos fluxos de valor de troca. Embora o efeito total sobre o valor na interrupção da cadeia global de suprimentos só possa ser conhecido daqui a algum tempo, uma indicação da crise gerada para acumulação pode ser vista nas perdas de valor que as empresas estão experimentando. Centenas de companhias, incluindo firmas como a Boeing, a Nike, a Hershey, a Sun Microsystems e a Cisco, já conheceram rupturas críticas na cadeia de mercadorias nas últimas décadas. Estudos baseados em algo como 800 casos mostraram que, em média, o efeito sobre as firmas de tais rupturas na cadeia de abastecimento incluem: “perdas de 107% das receitas operacionais; queda de 114% do retorno sobre vendas; queda de 93% no retorno dos ativos; crescimento das vendas 7% menor; aumento dos custos de 11%; e 14% de aumento nos estoques”, com os efeitos negativos normalmente durando por dois anos. O mesmo estudo indica que

⁴⁴ Finbarr Bermingham, Sidney Leng e Echo Xie, “China Ramps Up COVID-19 Test Kit Exports Amid Global Shortage, as Domestic Demand Dries Up”, *South China Morning Post*, 30 de março de 2020.

⁴⁵ Kapadia, “From Section 301 to COVID-19”; “Companies’ Supply Chains Vulnerable to Coronavirus Shocks”, *Financial Times*, 8 de março de 2020; Bermingham, Leng e Xie, “China Ramps Up COVID-19 Test Kit Exports”.

⁴⁶ “COVID-19: Where Is Your Supply Chain Disruption?,” *Future of Sourcing*, 3 de abril de 2020.

“empresas que sofrem com a interrupção da cadeia de suprimentos experimentam retorno sobre as ações entre 33 e 40% menor em relação à referência da indústria por um período de três anos, começando um ano antes e terminando dois anos depois da data do anúncio da interrupção. Além disso, a volatilidade do preço das ações no ano após a interrupção é 13,50% maior quando comparada à volatilidade no ano anterior à interrupção⁴⁷.”

Embora ninguém saiba como as coisas vão se desenrolar, mesmo para uma firma individual, o capital tem todos os motivos para temer as consequências sobre os processos de valorização e acumulação. Por toda parte, a produção está caindo e o desemprego/subemprego está disparando conforme as firmas dispensam trabalhadores que, nos Estados Unidos, são simplesmente deixados a sua própria sorte. As corporações estão correndo para abastecer suas cadeias de mercadorias e aparentar alguma estabilidade em meio ao que parece ser uma crise generalizada. Ademais, a interrupção de toda a cadeia de metamorfoses envolvida na arbitragem global de trabalho ameaça engendrar uma crise financeira em um mundo ainda caracterizado pela estagnação, pela dívida e pela financeirização.

Não menos importante, entre as vulnerabilidades expostas, está o que é chamado de *financiamento da cadeia de suprimentos*, que permite às empresas adiar pagamentos a fornecedores, com a ajuda do financiamento bancário. Segundo o *Wall Street Journal*, algumas empresas têm obrigações para financiar suas cadeias de suprimentos que fazem sua dívida líquida reportada parecer pequena. Essas dívidas com fornecedores são vendidas por outros sob a forma de notas de curto-prazo. A Credit Suisse tem notas de dívida de grandes empresas norte-americanas como a Kellogg e a General Mills. Com uma interrupção geral das cadeias mercantis, essa intrincada cadeia financeira, que é em si alvo de especulação, entra ela mesma em crise, criando vulnerabilidades adicionais em um sistema financeiro já fragilizado⁴⁸.

Imperialismo, classe e a pandemia

A SARS-CoV-2, como outros patógenos perigosos que emergiram ou reemergiram nos últimos anos, está relacionada com um conjunto complexo de fatores, incluindo: (1) o desenvolvimento do agronegócio global e sua expansão das monoculturas genéticas que aumentam a suscetibilidade de seres humanos e animais domesticados à contração de doenças zoonóticas vindas de animais

⁴⁷ Thomas A. Foster, “Risky Business: The True Cost of Supply-Side Disruptions,” *Supply Chain Brain*, 1º de maio de 2005; Kevin Hendricks and Vinod R. Singhal, “The Effect of Supply Chain Disruptions on Long-Term Shareholder Profitability, and Share Price Volatility”, junho de 2005, disponível em <<http://supplychainmagazine.fr>>.

⁴⁸ “Supply-Chain Finance is New Risk in Crisis”, *Wall Street Journal*, 4 de abril de 2020; “CNE/CIS Trade Finance Survey 2017”, *BNE Intellinews*, 3 de abril de 2017.

selvagens; (2) a destruição dos habitats selvagens e a interrupção das atividades de espécies selvagens; e (3) a existência de seres humanos vivendo em proximidade. Há poucas dúvidas de que as cadeias globais de mercadorias, e os tipos de conectividade que elas produzem, tornaram-se vetores para a rápida transmissão da doença, pondo em questão esse padrão de exploração global. Como Stephen Roach da Yale School of Management, antigo economista chefe da Morgan Stanley e o principal responsável por cunhar o conceito de arbitragem global de trabalho, escreveu no contexto da crise do coronavírus, o que os setores financeiros das corporações queriam era “bens de baixo custo independentemente das implicações que essa eficiência de custo significasse em termos de investimento (ou falta de investimento) em saúde pública ou, também diria, em termos de investimento (ou falta de investimento) em proteção ambiental e na qualidade do clima”. Os resultados de uma abordagem tão insustentável sobre as “eficiências de custo” são as crises ecológica e epidemiológica globais contemporânea e suas consequências financeiras que desestabilizam ainda mais um sistema que já exibiu um “aumento excessivo” típico de bolhas financeiras⁴⁹.

Atualmente, os países ricos estão no epicentro da pandemia de COVID-19 e de suas consequências financeiras, mas a crise em geral, incluindo seus efeitos econômicos tanto quanto os epidemiológicos, atingirá os países mais pobres com ainda mais força. O modo como se lida com uma crise planetária desse tipo é em última instância filtrado pelo sistema de imperialismo e classe. Em março de 2020, a Equipe de Resposta ao COVID-19 do Imperial College de Londres lançou um documento indicando que num cenário global em que o SARS-CoV-2 não fosse mitigado, sem distanciamento social ou *lockdowns*, 40 milhões de pessoas no mundo morreriam, com taxas de mortalidade mais altas nos países ricos do que nos pobres, por causa da maior proporção das pessoas com mais de 65 anos quando comparada aos países pobres. Essa análise levou em consideração ostensivamente o maior acesso a cuidados médicos nos países ricos. Mas deixou de considerar fatores como a desnutrição, a pobreza e a maior suscetibilidade a doenças infecciosas nos países pobres. Ainda assim, as estimativas do Imperial College, baseadas nessas hipóteses, indicam que em cenário sem mitigação o número de mortes estaria na casa dos 15 milhões no leste da Ásia e no Pacífico, 7,6 milhões de pessoas no sul da Ásia, 3 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe, 2,5 milhões de pessoas na África subsaariana e 1,7 milhões no Oriente Médio e no Norte da África – comparado com 7,2 milhões na Europa e na Ásia Central e por volta de 3 milhões na América do Norte⁵⁰.

⁴⁹ Stephen Roach, “This Is Not the Usual Buy-on-Dips Market”, *Economic Times*, 18 de março de 2020.

⁵⁰ Equipe de Resposta ao COVID-19 do Imperial College, *Report 12: The Global Impact of COVID-19 and Strategies for Mitigation and Suppression*. Londres: Imperial College, 2020, pp. 3-4, 11.

Baseando sua análise na abordagem do Imperial College, Ahmed Mushfiq Mobarak e Zachary Barnett-Howell da Universidade de Yale escreveram um artigo para a revista *Foreign Policy* intitulado “Países pobres precisam pensar duas vezes sobre o distanciamento social”. Em seu artigo, Mobarak e Barnett-Howell foram bem explícitos, argumentando que “os modelos epidemiológicos deixam claro que o custo de não intervir, nos países ricos, seria de centenas de milhares ou de milhões de mortos, um resultado muito pior do que a mais profunda recessão econômica imaginável. Em outras palavras, as intervenções de distanciamento social e as políticas agressivas de fechamento, apesar de seus custos econômicos, são esmagadoramente justificadas nas sociedades de alta renda” – para salvar vidas. Contudo, o mesmo não é verdade, eles sugerem, para os países pobres, já que estes possuem relativamente menos indivíduos idosos em sua população, fazendo com que, segundo as estimativas do Imperial College, a taxa de mortalidade seja de apenas aproximadamente a metade da taxa daqueles. Esse modelo, os autores admitem, “não considera a maior incidência de doenças crônicas, doenças respiratórias, da poluição e da desnutrição nos países de baixa renda, coisas que aumentariam as taxas de fatalidade do surto de coronavírus”. Mas, em grande medida ignorando isso, em seu artigo (e em outro estudo relacionado no Departamento de Economia de Yale) os autores insistem que seria melhor, dados a pobreza e o grande desemprego/subemprego nesses países, que a população não praticasse o distanciamento social ou políticas agressivas de fechamento e testagem, e colocassem seus esforços na produção econômica, mantendo presumivelmente intacta a cadeia global de suprimentos que se inicia em países com baixos salários⁵¹. Sem dúvida as mortes de milhões de pessoas no Sul Global é considerada por esses autores um *tradeoff* razoável pela manutenção do crescimento do império do capital.

Como argumenta Mike Davis, o século XXI aponta para “uma triagem permanente da humanidade... condenando parte da raça humana a uma eventual extinção”. Ele indaga:

Mas o que acontecerá quando a COVID se espalhar entre populações com acesso mínimo a serviços médicos e níveis dramaticamente maiores de má nutrição, de problemas de saúde não tratados e de sistemas imunológicos prejudicados? A vantagem etária valerá muito pouco aos jovens pobres das favelas da África e do Sul da Ásia.

Também há alguma possibilidade de que a infecção em massa nas fa-

⁵¹ Ahmed Mushfiq Mobarak e Zachary Barnett-Howell, “Poor Countries Need to Think Twice About Social Distancing”, *Foreign Policy*, 10 de abril de 2020; Zachary Barnett-Howell e Ahmed Mushfiq Mobarak, “The Benefits and Costs of Social Distancing in Rich and Poor Countries”, ArXiv, 10 de abril de 2020.

velas e cidades pobres possa transformar o modo de infecção do coronavírus e remodelar a natureza da doença. Antes da emergência do SARS, em 2003, epidemias de coronavírus altamente patogênicos estavam confinadas a animais domésticos, sobretudo porcos. Pesquisadores rapidamente reconheceram duas vias distintas de infecção: a fecal-oral, que atacava os tecidos do estômago e do intestino; e a respiratória, que atacava os pulmões. No primeiro caso, havia normalmente alta mortalidade, enquanto o segundo geralmente resultava em casos leves. Uma porcentagem pequena daqueles que atualmente testam positivo, especialmente abordo de cruzeiros, apresentam diarreia e vômito e, citando um relatório, “a possibilidade de transmissão do SARS-CoV-2 via esgoto, lixo, água contaminada, sistemas de ar condicionado e aerossóis não deve ser subestimada”.

A pandemia chegou agora às favelas da África e do Sul da Ásia, onde a contaminação fecal está por toda parte, na água, nos vegetais cultivados em casa, na poeira que o vento sopra. (Sim, tempestades de merda existem.) Isso favorecerá a via entérica da enfermidade? Ela será, como no caso dos animais, uma infecção mais letal, possivelmente em todos os grupos etários⁵²?

O argumento de Davis deixa claro a imoralidade de uma posição que diz que o distanciamento social e as políticas agressivas de supressão das transmissões do vírus são respostas à pandemia que deveriam acontecer nos países ricos mas não nos pobres. Tais estratégias epidemiológicas imperialistas são ainda mais malignas ao tomar a pobreza das populações do Sul Global – o produto do imperialismo – como justificativa para uma abordagem malthusiana ou social-darwinista, na qual milhões morreriam para manter a economia global crescendo, primariamente em benefício daqueles no alto do sistema. Contraste-se isso à abordagem adotada na Venezuela socialista, o país na América Latina com menor número de mortes per capita de COVID-19, onde o distanciamento social coletivamente organizado e a provisão social foi combinada com exames sistemáticos, personalizados e de grandes proporções para determinar quem é mais vulnerável, testagem maciça e expansão dos hospitais e dos sistemas de saúde, a partir dos modelos cubano e chinês⁵³.

Economicamente, o Sul Global como um todo, independentemente dos efeitos diretos da pandemia, está destinado a pagar os maiores custos. A quebra

⁵² Davis, “Mike Davis on Pandemics, Super-Capitalism, and the Struggles of Tomorrow.”

⁵³ “President Maduro: Venezuela Faces the COVID-19 With Voluntary Quarantine Without Curfew or State of Exception”, *Orinoco Tribune*, 18 de abril de 2020; Frederico Fuentes, “Venezuela: Community Organization Key to Fighting COVID-19”, *Green Left*, 9 de abril de 2020.

das cadeias globais de suprimento, em função do cancelamento de pedidos do Norte Global (assim como das políticas de distanciamento social e dos *lockdowns* ao redor do mundo), e a remodelação da cadeia de mercadorias que se seguirá deixarão países e regiões inteiras devastadas⁵⁴.

Aqui, é crucial reconhecer também que a pandemia de COVID-19 apareceu no meio de uma guerra econômica pela hegemonia global, declarada pela administração Trump contra a China, que foi responsável por algo em torno de 37% do crescimento cumulativo da economia global desde 2008⁵⁵. Isso é visto pela administração Trump como uma guerra por outros meios. Como resultado da guerra tarifária, muitas empresas norte-americanas já retiraram a China de sua cadeia de suprimentos. A Levi's, por exemplo, reduziu suas manufaturas na China de 16%, em 2017, para 1-2%, em 2019. Graças à guerra tarifária e à pandemia de COVID-19, dois terços entre 160 executivos entrevistados de várias indústrias nos Estados Unidos indicaram recentemente que já haviam movido, pretendiam mover ou estavam considerando mover suas operações da China para o México, onde o custo unitário do trabalho é atualmente comparável e onde estariam mais próximos do mercado norte-americano⁵⁶. A guerra econômica de Washington contra a China é atualmente tão destrutiva que a administração Trump recusou-se a reduzir tarifas de equipamento de proteção individual, essenciais para os profissionais da saúde, até o fim de março⁵⁷. Trump, enquanto isso, indicou Peter Navarro, o economista encarregado de sua guerra econômica pela hegemonia com a China, como diretor do *Defense Production Act* [Lei da Produção para a Defesa] para lidar com a crise do COVID-19.

Desempenhando seus papéis de dirigir a guerra comercial norte-americana contra a China e de coordenador da política da Lei da Produção para a Defesa, Navarro acusou a China de introduzir um “choque comercial” que “acabou com 5 milhões de empregos industriais e 70 mil fábricas” e “matou dezenas de milhares de americanos” ao destruir seus empregos, suas famílias e sua saúde. Ele agora tem dito que isso foi seguido do “choque do vírus chinês”⁵⁸. Sobre essa base

⁵⁴ “Analysis: The Pandemic Is Ravaging the World's Poor Even If They Are Untouched by the Virus”, *Washington Post*, 15 de abril de 2020; Matt Leonard, “India, Bangladesh Close Factories Amid Coronavirus Lockdown”, *Supply Chain Dive*, 26 de março de 2020; Finbarr Bermingham, “Global Trade Braces for ‘Tidal Wave’ Ahead, as Shutdown Batters Supply Chains”, *South China Morning Post*, 3 de abril de 2020; I. P. Singh, “Punjab: ‘No Orders, No Raw Material,’” *Times of India*, 1º de abril de 2020.

⁵⁵ Roach, “This Is Not the Usual Buy-On-Dips Market”.

⁵⁶ Kapadia, “From Section 301 to COVID-19”

⁵⁷ Bown, “COVID-19: Trump's Curbs on Exports of Medical Gear”.

⁵⁸ David Ruccio, “The China Syndrome”, *Occasional Links and Commentary*, 14 de abril de 2020; Alan Rappeport, “Navarro Calls Medical Experts ‘Tone Deaf’ Over Coronavirus Shutdown,” *New York Times*, 13 de abril de 2020; John Bellamy Foster, *Trump in the White House*. Nova York: Monthly Review Press, 2017, pp. 84-85.

propagandística, Navarro continuou a integrar as políticas norte-americanas a respeito da pandemia com necessidade de lutar contra o chamado “vírus chinês” e de retirar as cadeias de suprimento norte-americanas da China. Ainda assim, como mais ou menos um terço de todos os bens industriais intermediários são atualmente produzidos na China, especialmente nos setores de alta tecnologia, e considerando o que continua a ser fundamental para a arbitragem global de trabalho, a tentativa de tal reestruturação será altamente perturbadora, supondo que seja realmente possível⁵⁹.

Algumas multinacionais que retiraram sua produção da China aprenderam do jeito mais difícil que essa decisão não “os livrou” de sua dependência daquele país. A Samsung, por exemplo, migrou suas fábricas de componentes eletrônicos da China para o Vietnã – um destino de várias empresas ansiosas para escapar da guerra tarifária. Mas o Vietnã também é vulnerável, pois depende fortemente da China para obter materiais e partes intermediárias⁶⁰. Casos semelhantes ocorreram em outros países vizinhos do sudeste asiático. A China é o maior parceiro comercial da Indonésia, algo entre 20% e 50% das matérias-primas industriais do país vêm da China. Em fevereiro, fábricas em Batam, na Indonésia, já tinham que lidar com a redução das matérias-primas chinesas (necessárias para 70% do que era produzido na região). As empresas que estavam lá afirmaram que consideraram adquirir os materiais de outros países, “mas isso não é exatamente fácil”. Para muitas fábricas, a única opção possível era “cessar completamente as operações”⁶¹. Capitalistas como Cao Dewang, o bilionário chinês que fundou a Fuyao Glass Industry, prevê o enfraquecimento do papel da China na cadeia de suprimentos global depois da pandemia mas conclui que, ao menos no curto-prazo, “é difícil encontrar uma economia para substituir a China na cadeia industrial global” – citando muitas dificuldades com a “deficiência na infraestrutura” do sudeste asiático, os altos custos salariais no Norte Global e os obstáculos que os “países ricos” têm de enfrentar se quiserem “reconstruir a indústria interna”⁶². A crise do COVID-19 não deve ser tratada como o resultado de forças exógenas ou como um evento imprevisível (um “cisne negro”), mas sim como algo que está dentro de uma complexa tendência à crise que é altamente previsível,

⁵⁹ Cary Huang, “Is the Coronavirus Fatal for Economic Globalisation?”, *South China Morning Post*, 15 de março de 2020; Frank Tang, “American Factory Boss Says Pandemic Will Change China’s Role in Global Supply Chain,” *South China Morning Post*, 15 de abril de 2020.

⁶⁰ John Reed e Song Jung-a, “Samsung Flies Phone Parts to Vietnam After Coronavirus Hits Supply Chains”, *Financial Times*, 16 de fevereiro 2020; Finbarr Bermingham, “Vietnam Lured Factories During Trade War, but Now Faces Big Hit as Parts from China Stop Flowing”, *South China Morning Post*, 28 de fevereiro de 2020.

⁶¹ Fadli, “Batam Factories at Risk as Coronavirus Outbreak Stops Shipments of Raw Materials from China”, *Jakarta Post*, 18 de fevereiro de 2020; “Covid-19: Indonesia Waives Income Tax for Manufacturing Workers for Six Months”, *Star*, 16 de março de 2020.

⁶² Tang, “American Factory Boss Says Pandemic Will Change China’s Role in Global Supply Chain”.

embora não em termos de sua data efetiva. Hoje, o centro do sistema capitalista confronta-se com uma estagnação secular em termos de investimento e produção dependendo para se expandir e concentrar riqueza de taxas de juros historicamente baixas, grandes níveis de endividamento, da drenagem de capitais do resto do mundo e da especulação financeira. A desigualdade de renda e riqueza está alcançando níveis sem precedentes. A ruptura ecológica mundial atingiu proporções planetárias e está criando um ambiente em que o planeta deixa de ser um lugar seguro para a humanidade. Novas pandemias se levantam sobre a base de um sistema de capital monopolista-financeiro global que se tornou o maior vetor de disseminação. Os sistemas estatais, por toda parte, regridem a níveis elevados de repressão, seja sob o manto do neoliberalismo ou do neofascismo.

A natureza extraordinariamente exploradora e destrutiva do sistema é evidente no fato de que trabalhadores de colarinho azul foram em todos os lugares declarados essenciais [*essential critical infrastructure workers*] (um conceito formalizado nos Estados Unidos pelo Departamento de Segurança Interna) e devem continuar a produzir, na maior parte das vezes sem equipamento de proteção, enquanto classes mais privilegiadas e dispensáveis praticam o distanciamento social⁶³. Um verdadeiro *lockdown* seria muito mais extenso e exigiria provisão e planejamento estatais, garantindo que toda a população fosse protegida, ao invés de se concentrar no socorro a interesses financeiros. É exatamente por causa da natureza de classe do distanciamento social, assim como do acesso a renda, moradia, recursos e atendimento médico, que a morbidade e a mortalidade por COVID-19 nos Estados Unidos estão recaindo primariamente sobre a população negra, onde as condições de injustiça econômica e ambiental são mais severas⁶⁴.

Produção social e metabolismo planetário

Para a visão materialista de Marx é fundamental o que ele chamou de “hierarquia de... necessidades”⁶⁵. Isso significava que seres humanos eram seres materiais, partes de mundo natural, ao mesmo tempo em que criavam seu próprio mundo social em seu interior. Como seres materiais precisavam satisfazer suas necessidades materiais antes de tudo – comer, beber, prover comida, abrigo, vestimentas e condições de uma existência saudável, antes de perseguir necessidades mais desenvolvidas, necessárias para a completa realização do potencial

⁶³ Christopher C. Krebs, “Advisory Memorandum on Identification of Essential Critical Infrastructure Workers”, U.S. Department of Homeland Security, 28 de março de 2020.

⁶⁴ Lauren Chambers, “Data Show that COVID-19 is Hitting Essential Workers and People of Color Hardest”, Data for Justice Project, American Civil Liberties Union, 7 de abril de 2020.

⁶⁵ Karl Marx, *Texts on Method*. Oxford: Basil Blackwell, 1975, p. 195.

humano⁶⁶. Ainda assim, o que sempre ocorreu nas sociedades de classe é que a vasta maioria, os produtores reais, foi relegada a condições nas quais era aprisionada numa batalha incessante para satisfazer suas necessidades mais básicas. Não houve mudanças significativas nisso. Apesar da enorme riqueza criada nos últimos séculos de crescimento, milhões e milhões de pessoas, mesmo na sociedade capitalista mais rica, continuam a ter condições precárias de acesso a coisas tão básicas quanto segurança alimentar, moradia, água limpa, assistência médica e transporte – num contexto em que três bilionários nos Estados Unidos são tão ricos quanto a metade mais pobre da população.

Enquanto isso, os ambientes locais e regionais estão em perigo – assim como todo os ecossistemas mundiais e a Terra em si enquanto um lugar seguro para a humanidade. Uma ênfase nas “eficiências de custo” globais (um eufemismo para terra barata e trabalho barato) levou capitais multinacionais a criar um sistema complexo de cadeias globais de mercadorias, desenhadas em cada elemento para maximizar a sobre/superexploração do trabalho numa escala mundial, enquanto também transformavam todo o mundo em um mercado imobiliário, em grande parte para se tornar campo de operação para o agronegócio. O resultado foi uma grande drenagem de excedente da periferia do sistema global e uma pilhagem dos bens comuns do planeta. Na estreiteza da contabilidade de valor empregada pelo capital, a maior parte da existência material, incluindo toda Terra e as condições sociais dos seres humanos, contanto que não entrem no mercado, é considerada como externalidades a serem roubadas e saqueadas em nome dos interesses da acumulação de capital. O que foi erroneamente caracterizado como a “tragédia dos comuns” é mais bem entendido, como Guy Standing notou em *Plunder of the Commons*, como “a tragédia da privatização”. Hoje, o famoso Paradoxo de Lauderdale, introduzido pelo Conde de Lauderdale no início do século XIX, segundo o qual a riqueza pública é destruída para expandir as riquezas privadas, tem todo o planeta como campo de atuação⁶⁷.

Os circuitos do capital do imperialismo tardio levaram essas tendências às últimas consequências, gerando em pouco tempo uma crise ecológica planetária que ameaça engolir a civilização humana como conhecemos; uma tempestade perfeita catastrófica. Isso vem a completar um sistema de acumulação já divorciado de qualquer ordenamento racional das necessidades da população independente do nexos monetário⁶⁸. A acumulação e a concentração de riqueza em

⁶⁶ Frederick Engels, “The Funeral of Karl Marx”, in: Philip S. Foner (Ed.). *Karl Marx Remembered*. São Francisco: Synthesis, 1983, p. 39.

⁶⁷ Guy Standing, *Plunder of the Commons: A Manifesto for Sharing Public Health*. Londres: Pelican, 2019, p. 49; John Bellamy Foster e Brett Clark, *The Robbery of Nature*. Nova York: Monthly Review Press, 2020, pp. 167-72.

⁶⁸ John Bellamy Foster e Robert W. McChesney, *The Endless Crisis*. Nova York: Monthly Review Press, 2012.

geral são crescentemente dependentes da proliferação de todo tipo de desperdício. Em meio ao desastre, uma Nova Guerra Fria e a crescente probabilidade de uma destruição termonuclear surgiu, com a instabilidade crescente e a agressividade norte-americana em sua vanguarda. Isso levou o *Bulletin of Atomic Scientists* a ajustar seu famoso Relógio do Apocalipse para 100 segundos para a meia-noite, o mais perto de meia-noite que o relógio já esteve desde seu início em 1947⁶⁹.

A pandemia de COVID-19 e a ameaça de mais e mais mortais pandemias é um produto desse mesmo desenvolvimento do imperialismo tardio. As cadeias de exploração e expropriação globais desestabilizaram não só a relação entre o ambiente e as espécies, mas também as relações das espécies entre si, criando um fermento tóxico para novos patógenos. Tudo isso pode ser encarado como resultado da introdução do agronegócio e de suas monoculturas genéticas; da destruição maciça do ecossistema envolvida na mistura descontrolada de espécies; e no sistema de valorização global baseado na ameaça à terra, aos corpos, às espécies e aos ecossistemas entendidos como “amostras grátis” a serem expropriadas, sem se preocupar com limites naturais ou sociais.

Nem é possível dizer que os novos vírus são os únicos novos problemas de saúde global. O abuso de antibióticos no agronegócio e a medicina moderna levaram ao crescimento nocivo de superbactérias, aumentando o número de mortes, que em meados do século superaria as mortes anuais por câncer, levando a Organização Mundial da Saúde a declarar uma “emergência de saúde global”⁷⁰. Considerando que as doenças contagiosas, devido às condições desiguais da sociedade capitalista de classes, afetam esmagadoramente a classe trabalhadora, os pobres e a população da periferia, o sistema que gera essas doenças em sua busca por riqueza quantitativa pode ser acusado, como foi por Engels e pelos Cartistas nos século XIX, de assassinato social. Como sugeriram os desenvolvimentos revolucionários na epidemiologia representados pelo *One Health* e pelo *Structural One Health*, a etiologia da nova pandemia pode ser encontrada no problema geral da destruição ecológica conduzida pelo capitalismo.

Aqui, a necessidade de “reconstituição revolucionária da sociedade em geral” vem mais uma vez à tona, como tantas vezes no passado⁷¹. A lógica do desenvolvimento histórico contemporâneo aponta para a necessidade de um sistema de reprodução social metabólica mais baseado no comunal-comum, em que os produtores associados racionalmente regulem seu metabolismo social com a natureza, de modo a promover o desenvolvimento livre de cada um como base do

⁶⁹ “It’s Now 100 Seconds to Midnight”, *Bulletin of Atomic Scientists*, 23 de janeiro de 2020.

⁷⁰ “Microbial Resistance a Global Health Emergency”, *UN News*, 12 de novembro de 2018; Ian Angus, “Superbugs in the Anthropocene”, *Monthly Review*, v. 71, n. 2, jun. 2019.

⁷¹ Karl Marx e Frederick Engels, *The Communist Manifesto*. Nova York: Monthly Review Press, 1964, p. 2.

desenvolvimento livre de todos, enquanto conserva a energia e o meio ambiente⁷². O futuro da humanidade no século XXI não está no crescimento da exploração/expropriação econômica e ecológica, no imperialismo, nem na guerra. Ao contrário, o que Marx chamou de “liberdade em geral” e a preservação de um “metabolismo planetário” viável são as necessidades mais urgentes hoje para determinar o presente, o futuro e, até mesmo, a sobrevivência da humanidade⁷³.

Recebido em 21 de setembro de 2021
Aprovado em 18 de novembro de 2021

⁷² Karl Marx, *Capital*, v. 3, p. 949.

⁷³ Karl Marx e Frederick Engels, *Collected Works*, v. 1. Nova York: International Publishers, 1975, p. 173; Wallace et al., “COVID-19 and Circuits of Capital.”

ERRATA

Correção do artigo: BORTONE, Elaine de Almeida. O governo Jair Bolsonaro e os empresários da indústria farmacêutica, revista Marx e o Marxismo v.9, n.17, jul/dez 2021.

A última frase do último parágrafo da página 262 do referido artigo foi retirado e substituído, pois não se tem notícias da morte do homem citado. Na matéria do El País de 20 de outubro de 2021 não foi divulgado informações a respeito da identidade da pessoa e nem do seu estado de saúde a longo prazo, mas o seguinte conteúdo:

“Cadeyani receitou a um homem de 28 anos com Covid doses jamais aplicadas oficialmente em um ser humano do fármaco proxalutamida, sem autorização da Anvisa e sem registro no Brasil (Magri, 2021)”.

O governo Jair Bolsonaro e os empresários da indústria farmacêutica

The Jair Bolsonaro government and the pharmaceutical industry businessme

Elaine de Almeida Bortone*

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar as relações do governo Jair Bolsonaro com indústrias farmacêuticas envolvidas com a produção de medicamentos para tratamento da Covid-19. Desobedecendo a ciência, Bolsonaro se tornou “garoto propaganda” da hidroxicloroquina e da ivermectina, os quais não têm eficácia comprovada cientificamente para o tratamento da doença. As empresas propagandeadas são Apsen, EMS, Cristália e Vitamedic, cujos presidentes dos laboratórios são seus apoiadores e viram seus lucros aumentarem de forma substancial com a pandemia. O comportamento do Bolsonaro contribuiu para piorar a crise sanitária, causou a morte de muitos brasileiros que fizeram uso dos medicamentos, além de ter gastado recursos públicos de forma errônea. Para a realização da pesquisa foram feitos levantamentos na imprensa de maior circulação no país, referentes ao período de março de 2020 a dezembro de 2021.

Palavras-chave: Bolsonaro, Covid-19, indústria farmacêutica.

Abstract

The article aims to analyze the relations of government Jair Bolsonaro with pharmaceutical companies involved in the production of drugs for the treatment of Covid-19. Disobeying science, Bolsonaro became a “propaganda boy” for hydroxychloroquine and ivermectin, which have no scientifically proven efficacy for the treatment of the disease. The companies advertised are Apsen, EMS, Cristália and Vitamedic, whose presidents of the laboratories are their supporters and have seen their profits increase substantially with the pandemic. Bolsonaro’s behavior contributed to aggravate the health crisis, caused the death of many Brazilians who used the drugs, in addition to having spent public resources wrongly. To carry out the research, surveys were carried out in the press, in the media with the largest circulation in the country, for the period from March 2020 to december 2021.

Keywords: Bolsonaro, Covid-19, pharmaceutical companies.

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora no ensino a distância da UNIRIO. E-mail: elainebortone@gmail.com

Introdução

Mesmo com o alerta da Organização Mundial de Saúde (OMS), em fevereiro de 2020, para que o mundo se preparasse para uma potencial pandemia do novo coronavírus Sars-CoV-2 e com a primeira morte no Brasil no mês seguinte, em 12 de março, o presidente da República Jair Bolsonaro, não só não criou um plano de combate à pandemia, como propagandeou medicamentos que não são eficazes e seguros para o tratamento da Covid-19, conforme pesquisas em todo o mundo¹. Um ano e nove meses depois, o Brasil vive uma situação gravíssima com mais de 616 mil mortos e mais de 22 milhões de casos confirmados². Segundo a OMS, o Brasil ocupou, em 3 de dezembro de 2021, a 2ª posição em número de mortos, ficando atrás dos Estados Unidos com mais de 778 mil óbitos e a 3ª posição em casos confirmados, estando na sua frente os Estados Unidos com mais de 48 milhões e a Índia acima de 34 milhões (World Health Organization, 2021).

A Covid-19, doença causada pelo vírus, é infecciosa, pode levar a morte e deixar sequelas graves aos que não chegam ao óbito, mas Bolsonaro a minimiza e lhe atribui a condição de apenas uma “gripezinha”. Não só não usa máscara, que é obrigatória conforme a Lei nº 14.019 de 3 de julho de 2020, como alega, sem comprovar cientificamente, que é prejudicial à saúde (Fagundes, 2021). Sempre foi contra e é crítico à medida de isolamento social, que contém a propagação do vírus, e continuamente faz aglomerações (Teixeira, 2021). Desqualifica a vacina, afirma que não vai tomá-la e recusou onze ofertas formais de fornecimento de diferentes laboratórios (Guedes, 2021).

Junto com a sua recusa de compra da vacina, as tentativas de impedir e diminuir o auxílio emergencial e o seu negacionismo, seguramente sua pior ação tem sido propagandar os medicamentos hidroxiclороquina e ivermectina. A comunidade científica de todo o mundo afirma que não existe tratamento, nem mesmo precoce, contra a Covid e que, além da vacina, o indicado é manter o distanciamento social, usar máscaras e higienizar as mãos constantemente. A hidroxiclороquina é usada no tratamento e profilaxia de malária, lúpus e artrite. O seu uso pode causar arritmia cardíaca, complicações renais e comprometimento da saúde ocular. A ivermectina é utilizada no cuidado contra piolho, sarna e lombrigas e seus efeitos colaterais são tontura, vertigem, tremor, febre, coceira e dores de cabeça (Rocha, 2021). A pneumologista e pesquisadora Margareth

¹ Uma das mais importantes delas foi feita no Reino Unido em 2020, o The Recovery Collaborative Group, intitulado Effect of Hydroxychloroquine in Hospitalized Patients with Covid-19. Numa análise de mais de 4.500 pacientes hospitalizados, o uso de hidroxiclороquina e azitromicina não trouxe benefício algum. Disponível em: <<https://www.nejm.org/doi/10.1056/NEJMoa2022926>>. Acessado em 3 de dezembro de 2021. A revista científica Nature mostra pesquisa do aumento de mortes relacionado ao uso de cloroquina e hidroxiclороquina e aponta que não há qualquer benefício no uso destes medicamentos. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41467-021-22446-z?fbclid=IwAR2f0YJQllnpy2XbpQOSCgGUDhE3D2wyl6iSsqUZAu3s2UtrOuvCIq3qOAI>>. Acessado em 3 de dezembro de 2021.

² Informações do dia 3 de dezembro de 2021.

Dalcolmo (Fiocruz) assinala não só a falta de eficácia, como o aumento de complicações e mortalidade causada pelo uso indevido dos medicamentos. O Hospital das Clínicas da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) identificou um caso de hepatite medicamentosa relacionada ao uso do kit-covid (UNICAMP..., 2021). O médico Carlos Carvalho, chefe de pneumologia do Instituto do Coração (Incor), do Hospital das Clínicas (Faculdade de Medicina da USP), confirmou a incidência de lesão em ductos na região do fígado em pacientes que fizeram uso de ivermectina. A ingestão das drogas levou cinco pacientes à fila de transplante de fígado em São Paulo e foi apontado como causa de ao menos três mortes por hepatite (Prado, 2021).

A política do governo Bolsonaro em relação à pandemia se baseia na intenção de atingir a imunidade coletiva, “é mais eficaz contrair o vírus que se vacinar”, afirma o presidente (Matoso e Gomes, 2021), estimulando, assim, a infecção generalizada. “Imunidade coletiva” ou “imunidade de rebanho” é quando um número de pessoas já está imune contra uma infecção e com isto dificulta a ampla transmissão de um vírus. A imunização pode ser alcançada pela vacina ou pela infecção geral, que é perigosa, uma vez que é uma doença cujos efeitos, em longo prazo, ainda são desconhecidos. O artigo “What Is Herd Immunity?”, publicado na JAMA Health Forum, ainda alerta que não se sabe se ter a doença confere imunidade a infecções futuras, nem por quanto tempo essa imunidade dura. Uma grande proporção de pessoas provavelmente precisaria ser infectada e se recuperar para obter a imunidade coletiva, no entanto, essa situação poderia sobrecarregar o sistema de saúde e levar a muitas mortes (Desai e Majumder, 2021).

O historiador Calil qualifica o presidente como fascista, ante suas posições e atitudes negacionistas da pandemia, que contrariam o consenso científico, e que se utiliza da pandemia para fazer avançar o processo de fascistização para consolidar um Estado fascista (Calil, 2020). O sociólogo Michael Löwy acrescenta que Bolsonaro é um neofascista, fenômeno novo que tenta limitar as liberdades democráticas com medidas autoritárias, e tem como características o obscurantismo, o desprezo pela ciência, o negacionismo, subestimando dramaticamente o perigo da pandemia. Com programa mortífero e autoritário para o enfrentamento da pandemia, o presidente tenta impor uma política cega de recusa das medidas sanitárias indispensáveis para enfrentar a crise sanitária (Löwy, 2020). O movimento fascista, segundo o marxista italiano Antonio Gramsci, é um instrumento da burguesia para exercer violência contra o movimento operário e as massas trabalhadoras. Outros autores chamam atenção para a política genocida do governo que entende a morte do idoso aposentado por Covid³ como positiva

³ Em final de janeiro de 2021, as estatísticas apontaram que 74,2% das vítimas de Covid no Brasil tinham mais de 60 anos de idade, o que mostra que é um segmento muito vulnerável diante da pandemia (Homero, 2021).

para a redução do *déficit* previdenciário, conforme pronunciou Solange Vieira em reunião fechada com equipe do Ministério da Saúde em março de 2020, quando a população assistia assombrada à chegada do coronavírus no país. Uma das articuladoras da Reforma da Previdência em 2019, colaboradora do ministro Paulo Guedes e chefe da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Vieira deseja que “é bom que as mortes se concentrem entre os idosos” e explica que “melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso *déficit* previdenciário” (Lindner e Vargas, 2020). O economista Marcio Pochmann assinala que é a “maneira macabra” para a concretização da Reforma da Previdência, congruente com a cultura de morte que o presidente carrega. Com isto, explica o professor da USP “as tábuas de previdência social sofrem regressões inimagináveis, contendo a demanda de recursos” (Teodoro, 2021).

A hipótese do artigo é que o presidente, ao estimular o consumo de remédios ineficazes para o tratamento da Covid, tem como objetivo beneficiar economicamente indústrias farmacêuticas que fabricam as referidas drogas, sobretudo as que os proprietários são seus parceiros e apoiadores políticos. Para a realização da pesquisa foram feitos levantamentos na imprensa de maior circulação no país, referente ao período de março de 2020, quando começou a pandemia no Brasil, a dezembro de 2021, e em sites institucionais, como o da OMS e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e das farmacêuticas e entidades pesquisadas.

Para entender a movimentação de uma fração da classe dominante no Estado, o estudo segue o roteiro teórico-metodológico sugerido por Antonio Gramsci, que entende o Estado de forma ampliada, formado pela sociedade política, constituída pelos aparelhos e agências governamentais, e sociedade civil, que é a base organizativa das vontades da vida social, que expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante, é, portanto, a arena da luta de classes e da afirmação de projetos em disputas. Nela se encontram os aparelhos privados de hegemonia (APH), que gozam de relativa autonomia legal e base material própria. Os APHs organizam as vontades coletivas dos grupos dominantes ou dos dominados que disputam para conquistar ou conservar hegemonia, atingindo a organização do poder do Estado, isto é, a sociedade política.

Para estabelecer as vontades e a ação coletiva dos aparelhos, Gramsci aponta a figura do intelectual orgânico que, nas suas palavras, trata-se de “preposto do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 2000, pp. 20-21). Portanto, tem a capacidade de ser o organizador do interesse de sua classe e da sociedade. Deste modo, o desenvolvimento de uma classe ou fração depende da capacidade dos aparelhos de gerarem seus intelectuais orgânicos aptos a lhes conferirem homogeneidade, e, principalmente, a organização da sociedade em geral, o que “configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração de classe específica por

eles representada” (Mendonça, 2014, p. 35). A hegemonia é a visão de mundo, pautada por valores e crenças de um determinado grupo que se impõe sobre os demais grupos da sociedade.

Um garoto propaganda na Presidência

Desde o início da pandemia, Bolsonaro vem tomando uma série de medidas perigosas, contra o que recomenda a ciência, que coloca em risco a saúde do brasileiro, mas, por outro lado, beneficia economicamente indústrias farmacêuticas.

No dia 30 de março de 2020, o Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia zerou temporariamente o Imposto de Importação de mais 65 produtos usados para o combate da pandemia do novo coronavírus, a pedido do Ministério da Saúde, na gestão de Luiz Henrique Mandetta (Máximo, 2021).

Em 20 de maio do mesmo ano, o governo incluiu a hidroxicloroquina no tratamento de casos leves da Covid (Verdêlio, 2021), mesmo estudos científicos terem mostrado, quinze dias antes, a falta de evidência robusta de eficácia no uso do medicamento⁴.

No início do ano seguinte, em 14 de janeiro, o governo federal lançou o aplicativo TrateCov, que permitia que qualquer cidadão fizesse uma simulação de diagnóstico e recebesse indicação de tratamentos com remédios como a hidroxicloroquina. Depois de investigado, foi certificado que o aplicativo estava destinado a receitar, em seu código, sempre os mesmos medicamentos (Demori, 2021), o aplicativo foi, portanto, uma ferramenta para induzir e estimular a venda dos falsos milagres do governo Bolsonaro.

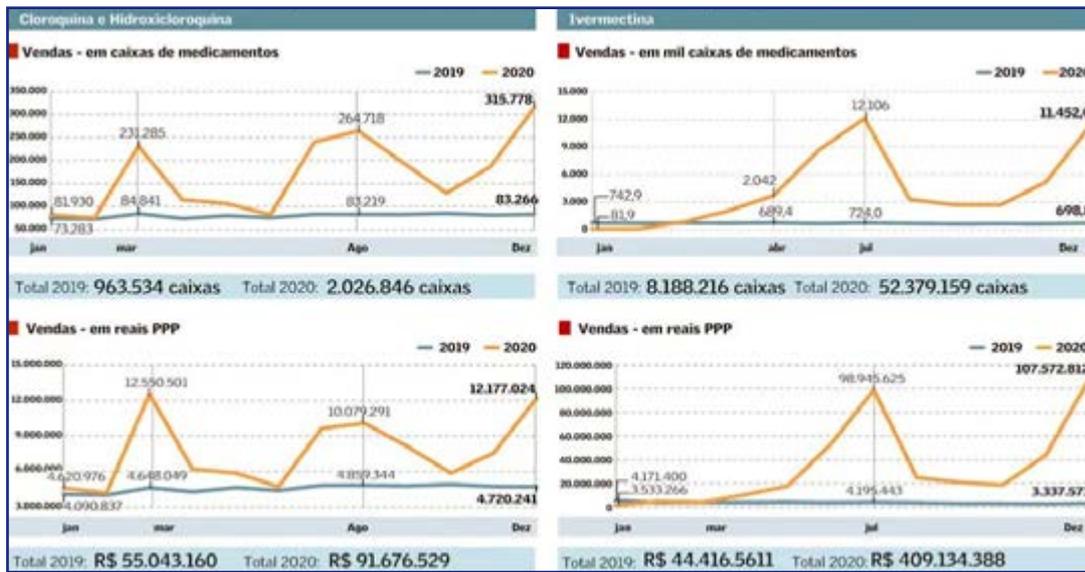
Ignorando os alertas da comunidade científica brasileira e estrangeira e privilegiando o lucro de uns poucos em detrimento da saúde e da vida de todos, Bolsonaro tornou-se o “garoto propaganda” dos medicamentos de laboratórios específicos, cujas vendas aumentaram enormemente. Apareceu em diferentes situações com as caixas do medicamento hidroxicloroquina das empresas EMS, Apsen e Vitamedic, cujos proprietários são seus aliados (Bolsonaro exhibe... 2021), tais como em suas tradicionais *lives* de quinta-feira, em videoconferências com os líderes do Grupo dos Vinte (G20), em inúmeras entrevistas, no “cercadinho” do Palácio da Alvorada onde recebe seus apoiadores e exibiu pateticamente a caixa para as emas do Palácio Alvorada. Defendeu também o uso da ivermectina (Ivermectina...2021) no tratamento da Covid, mesmo o laboratório alemão fabrican-

⁴ O periódico científico *New England Journal of Medicine* apontou que “A hidroxicloroquina tem sido amplamente administrada a pacientes com Covid-19 sem evidências robustas que apoiem seu uso” (NEW ENGLAND... 2021). Posteriormente, foi publicado no *Journal of the American Medical Association* (JAMA) outro estudo feito por pesquisadores da Universidade de Albany, Estados Unidos, com o mesmo resultado (ESTUDOS ... 2021).

te, a Merck, ter declarado que não há eficácia, “nenhuma base científica para um efeito terapêutico potencial contra Covid-19 de estudos pré-clínicos” (Reis, 2021).

As medidas contribuíram para piorar a crise sanitária no Brasil, entretanto ajudou a empurrar as vendas e alavancar os lucros de indústrias farmacêuticas que produzem os medicamentos. Segundo o jornalista investigativo inglês Gerald Posner, “as empresas farmacêuticas enxergam na Covid-19 uma oportunidade de negócios sem precedentes” e acrescenta que “quanto pior a pandemia, maior a expectativa de lucro” (Lerner, 2020).

Quadro 1 – Vendas hidroxiclороquina/cloroquina e ivermectina 2019-2020



Fonte: Farmácias venderam mais de 52 milhões de comprimidos do “kit covid” na pandemia. *Correio Braziliense*, 30 abr. 2020. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2021/04/4921395-farmacias-venderam-mais-de-52-milhoes-de-comprimidos-do-kit-covid-na-pandemia.html>>. Acessado em 25 maio 2021.

A venda do vermífugo ivermectina saltou de R\$ 44,4 milhões, em 2019, para R\$ 409 milhões no ano seguinte, alta de 821%. Os picos de venda do ivermectina, que pode ser comprado sem receita médica, se concentraram em julho de 2020, quando atingiram R\$ 98 milhões em receita, e em dezembro, totalizando R\$ 107 milhões. Em unidades, o total comercializado foi de 52,3 milhões de caixas em 2020, salto de 539% sobre 2019. No caso da cloroquina e hidroxiclороquina, a receita subiu de R\$ 55 milhões para R\$ 91,6 milhões no mesmo período, uma alta de 67%. As vendas, com retenção de receita, atingiram 2,02 milhões de caixas, alta de 110% (Scaramuzzo, 2021).

Ciente da imprudência do presidente, a Justiça Federal proibiu, no dia 29 de abril de 2021, a Secretaria de Comunicação (SECOM) do governo Federal de promover campanhas publicitárias na TV, internet, redes sociais ou em quaisquer outros meios do chamado kit Covid e do tratamento precoce contra a doença (Justiça... 2021). No ano anterior, a Justiça já havia determinado a suspensão da

campanha “O Brasil não pode parar” criada, em março de 2020, para incentivar a reabertura do comércio, que contou com a pressão do empresariado (Justiça... 2020). A campanha foi organizada pelo clã dos Bolsonaros com o apoio direto de empresários aliados como Flávio Rocha (Riachuelo), Luciano Hang (Havan), Marcelo de Carvalho (Rede TV), Junior Dursky (Madero) entre outros. Mas, mesmo impedido pela Justiça, Bolsonaro continuou propagandeando os medicamentos.

A obsessão do presidente e de pessoas do governo com os medicamentos chegou ao extremo da irresponsabilidade. Depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid⁵, que investigou supostas omissões e irregularidades nas ações do governo durante a pandemia, denunciaram que houve sugestões, em reunião no Palácio do Planalto, para que a bula da hidroxiquina fosse alterada para contemplar no tratamento da doença (Galvani, 2021).

Os aparelhos privados de hegemonia (APH) de frações da classe médica

Além das campanhas e propagandas para o uso dos medicamentos, Bolsonaro fez alianças com APHs da classe médica, que, como ele, ignoram a ciência e endossam e reforçam o uso dos medicamentos em tratamento precoce. Atravessados pela luta de classes, os APHs organizam as vontades coletivas. Caracteriza-se pela difusão de uma visão de mundo e sua principal função consiste em construir o consenso das massas, a hegemonia, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes (Gramsci, 2000).

A “Associação Médicos pela Vida”, entidade privada criada em 23 de dezembro de 2013, em Recife (PE), tem como objetivo “tratar precocemente as pessoas acometidas pela Covid-19, a fim de evitar que sejam hospitalizadas, intubadas e corram risco de morte” (Quem somos, 2021). A Associação tem como fundador e presidente o médico oftalmologista Antonio Jordão de Oliveira Neto, conhecido pelos seus informes publicitários negacionistas. A Associação é o nome jurídico de “Médicos pela Vida Covid-19” formado por médicos retrógrados que desqualificam a máscara e o isolamento social e reforçam o tratamento precoce com o kit-covid. Tem tido atuação na cena política do país e vários membros têm ostentado uma relação muito próxima com o presidente e alguns ganharam cargos públicos.

O médico otorrino Carlos Eduardo Nazareth Nigro, ex-aluno de Olavo de Carvalho (Covid-19... 2020), afirma que as máscaras têm bactérias e afiança que os vendedores de vacina necessitam da inexistência de tratamento da doença para que seus produtos sejam vendidos para governos (Derosa, 2021). Wilse Regina de Oliveira Segamarchi se refere ao Sars-CoV-2 como “vírus chinês”. Osmar

⁵ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid foi criada em 13 de abril de 2021.

Terra⁶ (ex-ministro da Cidadania do Brasil – 2019-2020) afirmou que a pandemia terminaria em junho de 2020, que o isolamento social aumentava o número de casos e defendeu o isolamento vertical (apenas o grupo de risco é colocado em quarentena). O médico militar da Marinha e empresário (Clinicanest Serviços Médicos em Anestesiologia Ltda) Luciano Dias Azevedo⁷ foi nomeado, em junho de 2020, pelo ex-ministro da Educação Abraham Weintraub (2019-2020) para o Conselho Superior de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como representante do setor empresarial (Garcia, 2020). Outros membros foram candidatos políticos em partidos que se alinham ao governo: Annelise Meneguesso (PSL-PB), Gustavo Rosas (PROS-PE) e Jandir de Oliveira Loureiro Junior (PROS-RJ), cujas últimas postagens no *Facebook* são em defesa do deputado federal bolsonarista Daniel Silveira (PSL) (Quem...2021), preso por atentar contra a democracia e ameaçar o Superior Tribunal Federal (STF).

Entre várias reuniões com Bolsonaro, Antonio Jordão e outros médicos do “Médicos pela Vida”, tiveram duas que foram significativas como ação política. No dia 24 de agosto de 2020, em um evento chamado “Brasil Vencendo a Covid”, no Palácio do Planalto, os médicos entregaram uma carta ao presidente com soluções para combater a Covid, que consistia em um tratamento precoce com combinação de medicamentos, como hidroxicloroquina e ivermectina (Alvim, 2020). No mês seguinte, dia 8 de setembro, os médicos aconselharam o presidente sobre vacinas e propôs a criação do “Gabinete Paralelo”, grupo de aconselhamento informal do presidente, que orientava como a pandemia deveria ser enfrentada, composto por médicos, políticos e empresários, defensores do tratamento precoce e da imunidade de rebanho (BRASIL, 2021).

O “Médicos pela Vida” recebeu expressivo apoio financeiro da farmacêutica Vitamedic para a realização de várias atividades com a finalidade de divulgar as medicações. A plataforma *on-line*, aiMed, no site da organização, que permite ao médico assistir aos pacientes, assinar manifestos e acessar materiais sobre o tema, foi desenvolvida e é mantida pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) que pertence ao Grupo José Alves, proprietário do laboratório Vitamedic (Empresa... 2021). A plataforma usou dados fornecidos pelo Conselho Federal de Medicina (Silva, 2021), ação proibida por expor informações dos associados.

⁶ Em 13 de novembro de 2020, Osmar Terra divulgou ter testado positivo para Covid-19, que estava sem sintomas e começando tratamento com hidroxicloroquina e ivermectina. Em 22 de novembro foi internado no hospital da PUC em Porto Alegre (RS), e no dia seguinte foi para UTI em estado de grave com inflamação nos pulmões.

⁷ É diretor de Saúde do DPL – Docentes Pela Liberdade, que tem como objetivo “promove os benefícios da liberdade, moralidade e justiça, apartidária, formada por docentes e profissionais de diversas áreas, cujo interesse é recuperar a qualidade da Educação no Brasil, romper com a hegemonia da esquerda e combater a perseguição ideológica”. Negacionista divulga publicações contra o isolamento social. Site oficial: <<https://dpl.org.br/>>. Acessado em 4 maio 2021.

Em julho de 2020, Carlos Trindade, reitor da UNIALFA, promoveu uma *live* junto com profissionais de saúde do “Médicos pela Vida” intitulada “Tratamento precoce do Covid-19 como forma para acabar com a quarentena”, divulgada pelo canal do Centro Universitário. Na ocasião, Antonio Jordão, liderança do grupo, agradeceu a ajuda na plataforma iMed. O debate tinha como objetivo pensar a disseminação do tratamento precoce e contou com a participação de médicos, lideranças de entidades empresariais, prefeitos de municípios do estado de Goiás, onde se encontra instalada a Vitamedic. Conforme vídeo, que se encontra na plataforma do *Youtube*, estavam presentes os médicos e médicas Anthony Wong, Lucy Kerr, Carina Petry, Luciana Cruz, Roberto Zeballos, Cássio Prado, Alexandra Mesquita, Nise Yamaguchi, Paulo Guimarães, Glauco Rogério, Rute Costa, Hercília Pimenta, o jornalista Alexandre Garcia, Janio Darrot (prefeito de Trindade), Gustavo Medanha (prefeito de Aparecida de Goiânia), Lucas Leite de Amorim (secretário de saúde de Anápolis), Sandro Mabel (presidente da FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás), Rubens Filetti (ACIAG – Associação Comercial e Industrial de *Aparecida de Goiânia*), Herculano Anghinette (Adial Brasil, do Grupo José Alves), Walison Moreira (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômicos de Goiânia) e o empresário José Alves Filho, que solicitou a criação de um protocolo de tratamento precoce consensual entre os municípios e pudesse iniciar o trabalho entre a população. Goiás foi o estado brasileiro que mais vendeu o kit covid em relação ao tamanho da população (Farmácia, 2021). O médico Anthony Wong faleceu, em janeiro de 2021, de Covid no hospital da Prevent Senior (Médicos, 2021), que fez um estudo fraudado com o kit Covid, no começo da pandemia.

A Vitamedic assumiu, ainda, os custos, no valor de 717 mil reais, para a divulgação de anúncio publicitário, em oito jornais de grande circulação, em 16 de fevereiro 2021, “Manifesto pela vida – médicos do tratamento precoce Brasil” para promover os medicamentos contra Covid-19 e defender o tratamento precoce (Diretor... 2021).

Esta relação íntima médicos-laboratórios, apesar de muito comum, infringe o Código de Ética Médica, no seu art. 109, que diz que a relação dos médicos com a indústria de medicamentos não é proibida, porém tem que ser declarada, e não escondida como é feita. É corriqueiro as farmacêuticas terem uma relação próxima com médicos, os financiando e/ou promovendo festas, prêmios e reuniões etc., o que sugere que podem estar orientando direta ou indiretamente o receituário médico para seus produtos (Bortone, 2018).

O Conselho Federal de Medicina (CFM), que tem como objetivo “fiscalizar e normatizar a prática médica no Brasil” (Institucional, 2021), é um APH e divulga seus ideários, valores e visão do mundo por meio de sua página eletrônica. Estão disponíveis os manifestos e abaixo assinado e promoção de *lives* e congres-

so “Congresso Mundial Médico Pela Vida – World Council for Health”, que debate as questões de interesse comum das frações burguesas.

O CFM defende os interesses corporativos, com posições e membros ligados ao bolsonarismo. O seu presidente, o médico Mauro Luiz de Britto Ribeiro, investigado por receber sem trabalhar (Presidente... 2021), afirma que há “politização criminosa em relação à pandemia entre apoiadores e críticos do presidente da República” (RIBEIRO, 2021) e embora aponte que não existem evidências robustas que possibilitem a indicação de uma terapia farmacológica específica para a Covid-19, Mauro transferiu para os médicos a responsabilidade pela prescrição, priorizou a autonomia médica (Parecer nº 4/2020), o qual serviu para embasar atos do Executivo.

Dois, dos três, vice-presidentes do CFM seguem alinhados às pautas de Bolsonaro. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, favorável a telemedicina – consulta médica à distância e filiado ao PV-PR e Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, membro do “gabinete paralelo” e filiado ao PSL-AL, participou de reuniões com Bolsonaro e membros do Ministério da Saúde para orientar a incentivar a prescrição médica dos medicamentos. Raphael Câmara Medeiros Parente, que defende a abstinência sexual, bandeira da ministra Damares, acumula cargos no CFM (conselheiro) e no Ministério da Saúde (secretário Atenção Primária à Saúde) (Martins, 2021).

A posição do CFM não representa todos os médicos associados e tem gerado reações e tensões dentro da classe médica. Atravessados pela luta de classes, os APHs têm conflitos e disputas entre os grupos que se contrapõem uns dos outros em busca de um consenso, da hegemonia (Mendonça, 2014), que é a capacidade de convencimento que dá suporte ao consenso que universaliza uma dada visão do mundo.

A Associação Médica Brasileira (AMB) pediu para que remédios sem eficácia fossem banidos do tratamento. A Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD) chama a posição do CFM de “uma postura escandalosa” e explica que “a autonomia do médico é extremamente importante, mas não pode ficar acima da ciência”. O infectologista Marcos Boulos, ex-diretor da Faculdade de Medicina da USP, explica que a autonomia não significa que o médico pode fazer o que bem entende, mas apenas pode agir dentro da ética médica e precisa mostrar os benefícios dos procedimentos (Mori, 2021). A Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) esclarece que se pauta por publicações com nível de evidência reconhecidas pela comunidade científica e que os medicamentos têm sua ineficácia comprovada para o tratamento da COVID-19 (SBI, 2021).

Quem são as indústrias farmacêuticas beneficiadas

Embora todas as indústrias farmacêuticas fabricantes da hidroxicloroquina

e da ivermectina⁸ tenham sido beneficiadas com as propagandas do presidente da República, quatro foram diretamente favorecidas porque foram as caixas dos seus produtos que foram mostradas na imprensa pelo ex-capitão, conforme segue.

Apsen Farmacêutica S/A

A Apsen foi criada em 11 de junho de 1969, em São Paulo, pelos imigrantes italianos, o médico Mário Spallicci e Irene Giugni Spallicci, sua esposa. Hoje o filho do casal Renato Spallicci é o presidente e militante bolsonarista, que tem por hábito postar nas suas redes sociais o que o presidente faz ou fala. Em 2018, durante a campanha presidencial, fez várias postagens de propaganda e apoio nas suas redes sociais e revelou “Renato Spallicci vota em Bolsonaro”. No dia em que o presidente deixou à vista a caixa do produto da Apsen na videoconferência com os líderes do G20, Spallicci muito eufórico postou no seu *Facebook* a notícia de que o Reuquinol havia sido mostrado pelo presidente aos “mais poderosos líderes mundiais” (Veleda e Waltenberg, 2020).

Apesar de atuar no setor farmacêutico, Spallicci ignora a ciência e abraça as teorias de conspiração a respeito da origem da pandemia, atribuída ao “vírus chinês”, e afirma com ironia que “a Covid nasceu na China, cresceu na Itália, estourou na França, fez graduação na Espanha, doutorado nos EUA e política no Brasil”. Curte mensagens do general Augusto Heleno, um negacionista que afirmou, em novembro de 2020, que a pandemia perdeu força e a Covid estava sob controle (Heleno... 2020), chama políticos progressistas de comunistas e provoca João Doria, governador do estado de São Paulo, e Alexandre Kalil, prefeito de Belo Horizonte (MG), ao afirmar que apreciam a “ditadura chinesa”.

A amizade do empresário com o presidente lhe rende benefícios para além dos lucros conquistados com as propagandas do seu medicamento. No início da pandemia, em março de 2020, com a barreira para a exportação da cloroquina da Índia, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (2019-2021), por meio do embaixador do Brasil na Índia, Elias Luna Santos, intercedeu à compra de hidroxiclороquina no país asiático para alavancar a produção da Apsen, empresa privada. Luna ainda solicitou que fosse acelerado:

Seguindo nossa conversa por telefone, o governo do Brasil pede para o governo da Índia para que garanta ao nosso país uma exceção à proibição corrente na exportação de hidroxiclороquina da Índia. Exis-

⁸ Hidroxiclороquina: Apsen, EMS, Farmanguinhos/Fiocruz, Sanofi-Medley, Cristália e Laboratório do Exército. Ivermectina: Vitamedic, EMS, Biolab, Abbott, Galdermar, Cifarma, Neo Química e Germed.

te a possibilidade de mudança nas regras que permitam uma exceção. Estamos cientes de que vocês têm uma importante relação de negócios com a empresa brasileira Apsen, que busca concluir o envio dos grandes pedidos negociados com a IPCA Laboratories e continuar a importar a substância de vocês. Entendemos que existia um pedido de 1,330 quilos que estava pronta para embarque além de outros pedidos totalizando 25,355 quilos (Valery, 2021).

A Apsen, em uma reação defensiva, afirmou que Spallicci não mantém qualquer relação pessoal com Bolsonaro e justificou que a compra tinha como objetivo a manutenção do atendimento de pacientes crônicos, para que não houvesse interrupção ou prejuízo em seu tratamento (Valery, 2021).

O laboratório teve três pedidos de empréstimo aprovados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que usa recursos públicos para oferecer empréstimos para ampliar a capacidade produtiva a juros baixos dos praticados no mercado. No dia 10 de fevereiro de 2020 foi assinado contrato de R\$ 94.886.366,00, mas foi desembolsado R\$ 40.000.000,00, para investimento em inovação. No dia 16 de junho do mesmo ano foram assinados mais dois: R\$ 12.354.174,00 e R\$ 46.605.000,00, para ampliação da capacidade produtora e de embalagem. Segundo o BNDES, os contratos foram protocolados em 27 de junho de 2019 e 30 de agosto de 2019, respectivamente (O BNDES...2021). Porém, não se sabe se a empresa destinou algum valor para a produção do Reuquinol.

Com relação às pesquisas que apontam a ineficácia da hidroxicloroquina para tratamento da Covid, a Apsen inicialmente ignorou. Posteriormente divulgou, em maio de 2020, uma nota que o seu medicamento tinha um princípio ativo com potencial antiviral de amplo espectro. A hidroxicloroquina, explicou a empresa, “bloqueia a infecção por vírus aumentando o pH intracelular necessário para a proliferação viral dentro das células e interfere na glicosilação dos receptores celulares de SARS-CoV” (APSEN, 2021). Apenas por volta de março de 2021, depois de um ano que pesquisadores apontam a ineficácia dos medicamentos, o laboratório em nota informou que o consumo da hidroxicloroquina só pode ser feito conforme as indicações previstas em bula. E reitera que não há aprovação de nenhum órgão regulador da saúde para utilização no tratamento da Covid (APSEN, 2021).

Naturalmente que com as propagandas o objetivo foi alcançado, as vendas alavancaram. A Apsen foi a maior beneficiada pela comercialização recorde do medicamento em 2020. No caso do Reuquinol, a farmacêutica respondeu por 85% do total vendido em volume. A receita subiu 17,6%, para R\$ 1,034 bilhão (Scaramuzza, 2021). O faturamento da empresa com o remédio foi de R\$ 91,6 milhões em 2020, ante R\$ 55 milhões em 2019 (alta de 66%) (Junqueira e Barba,

2021). As vendas do medicamento a base de hidroxicloroquina passaram de R\$ 42,4 milhões, em 2019, para R\$ 66 milhões, em 2020. O Reuquinol foi responsável por 78% das vendas, em 2020 (JUNQUEIRA, 2021), mas o laboratório teve lucros redobrados com a produção de outros medicamentos que muitos usam também no tratamento da Covid, como a vitamina D e os antidepressivos.

EMS S/A (Grupo NC⁹)

A farmacêutica EMS¹⁰ nasceu da Farmácia Santa Catarina, que foi criada em 1950 em Santo André (SP). Fundada por Emiliano Sanchez, em 9 de janeiro de 1964 em São Bernardo do Campo (SP), a EMS, líder no segmento genérico desde 2013, tem como presidente Carlos Eduardo Sanchez, desde a morte do seu pai, Emiliano. EMS é formado pelos nomes Emiliano, Manuel (seu pai) e o sobrenome dos dois, Sanchez.

Carlos Sanchez é o 16º homem mais rico do Brasil, com uma fortuna avaliada em U\$ 2,5 bilhões, segundo a *Revista Forbes* (Forbes, 2021). Já participou de algumas reuniões com Bolsonaro com a finalidade de legitimar e apoiar suas ações que vão contra a ciência. A primeira, uma videoconferência, foi organizada por Paulo Skaf, presidente da FIESP, em 20 de março de 2020, quando o presidente anunciou novas medidas de enfrentamento da pandemia (Gaspari, 2020). Não por coincidência, o encontro ocorreu no mesmo período em que o ex-capitão passou a amplificar a divulgação da hidroxicloroquina. No segundo encontro, em 14 de maio de 2020, Bolsonaro conclamou o empresariado para pressionar os governadores pela reabertura do comércio. Na ocasião, colocou-se contra as medidas de distanciamento social e minimizou o impacto do coronavírus. Corroborando com a posição do presidente e minimizando a propagação do vírus, Sanchez abalizou que na EMS houve poucos registros de coronavírus e acrescentou que “temos que levar isso aos governadores. A gente tem que agir mais em cima dos governadores. Mas para alguns lugares com pandemia avançada não é o momento [de abrir], tem que ser de maneira segura” (Coletta *et al.*, 2020). No dia 7

⁹ A *holding* Grupo NC foi criada em 2014 e é formada pelas seguintes empresas: EMS, Bracepharma, localizada nos Estados Unidos, Legrand, Germedpharma, que também produz o sulfato de hidroxicloroquina, Novamed, maior fabricante de medicamentos sólidos na América Latina, Nova Química, U.SK Dermatology, Multilab, Galenikae.d. Beograd, Oftavisionhealth, Private Equity, Clintech, Bionovis, Adsernergias renováveis, NSC comunicação, grande rede de jornais, rádios e TVs afiliadas da TV Globo em Santa Catarina, e 3Z Realty. Site oficial: <<https://www.gruponc.net.br/>>. Acessado em 29 abr. 21.

¹⁰ O Ministério da Justiça e Segurança Pública multou, em 2020, o grupo farmacêutico EMS em R\$ 6,5 milhões por ter comercializado remédios para hipertensão com impurezas da espécie nitrosamina que podem causar câncer. BOAVENTURA, Antonio. Grupo farmacêutico EMS é multado em R\$ 6,5 milhões por vender remédios de pressão com cancerígeno. *Guarulhos Hoje*, 6 abr. 2020. Disponível <<https://www.guarulhoshoje.com.br/2020/04/06/grupo-farmacaceutico-ems-e-multado-em-r-65-milhoes-por-vender-remedios-de-pressao-com-cancerigeno/>>. Acessado em 07 abr. 2020.

de abril de 2021, Sanchez e vários empresários se encontraram com Bolsonaro na casa do empresário Washington Cinel (Gocil) para requisitarem compras de vacinas por empresas privadas e agilidade na aprovação das reformas administrativa e tributária (Scaramuzzo, 2021), mesmo com mais de 341 mil mortos na época e sem nenhum plano do governo para resolver as crises sanitária e econômica.

Se aproveitando do relacionamento próximo com o presidente, a EMS conseguiu a aprovação da Anvisa para conduzir um estudo clínico para o uso da hidroxiquina em pacientes voluntários diagnosticados com Covid e com pneumonia moderadas e grave. A pesquisa foi conduzida pela “Coalizão Covid-19 Brasil”, formada pelos hospitais Israelita Albert Einstein, Sírio-Libanês, HCOR, Oswaldo Cruz, Moinhos de Vento, Beneficência Portuguesa, Rede Brasileira de Pesquisa em Terapia Intensiva (BRICNet) e BCRI. O resultado, publicado no *New England Journal of Medicine*, no dia 23 de julho de 2020, atestou que o medicamento não promoveu melhoria nos quadros clínicos (Valente, 2020). Resultado já conhecido por todo o mundo, mas que não fez Bolsonaro cessar com as *fakenews*.

Tal como a Apsen, a EMS foi agraciada com empréstimo junto ao BNDES. No dia 10 de fevereiro de 2020 foram assinados dois contratos nos valores de R\$ 43.283.000,00 e R\$ 38.080.000,00, para ampliação e reforma de unidade industrial, incluindo produção de medicamento, linha de embalagens e almoxarifado. Foram desembolsados R\$ 41.400.294,00 e R\$ 38.080.000,00, respectivamente. Ainda na mesma data foram contratados R\$ 34.412.771,00 e R\$ 13.410.493,00 para implantação de planta produtiva de medicamentos injetáveis oncológicos. Foram desembolsados R\$ 19.077.610,00 e R\$ 5.384.366,99, respectivamente. Segundo o BNDES, os pedidos foram protocolados, bem antes da pandemia, em 11 de outubro de 2019 e 28 de dezembro de 2017 (O BNDES...2021).

A EMS¹¹ produz os quatro medicamentos que formam o kit-covid: sulfato de hidroxiquina, azitromicina, ivermectina (Leverctin) e nitazoxanida. A receita da EMS, em 2020, com a venda de ivermectina totalizaram R\$ 68,6 milhões e, de hidroxiquina, R\$ 9,1 milhões (Scaramuzzo, 2021).

Em depoimento na CPI da Covid-19, a farmacêutica informou que faturou R\$ 142 milhões com medicamentos do kit Covid-19 em 2020, valor 8 vezes superior ao registrado no ano anterior. Apenas a soma com a venda de ivermectina, explicou, foi de R\$ 2,2 milhões para R\$ 71,1 milhões na pandemia. Os dados en-

¹¹ O Ministério da Justiça e Segurança Pública multou o grupo farmacêutico EMS em R\$ 6,5 milhões por ter comercializado remédios de pressão alta com impurezas, que podem causar câncer. De acordo com o ministério, as empresas do grupo foram omissas ao não promover campanhas de *recall* de remédios para pressão alta que tinham em sua composição impurezas da espécie nitrosamina. PONTES, Felipe. Grupo farmacêutico EMS é multado em R\$ 6,5 milhões. *Agência Brasil*, 06 abr. 2021. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/grupo-farmacutico-ems-e-multado-em-r-65-milhoes>>. Acessado em 25 maio 2021.

viados à CPI ainda mostram que a EMS produziu cerca de 9 vezes mais comprimidos das drogas do kit no primeiro ano da pandemia. Depois da ivermectina, o maior faturamento da EMS, em 2020, foi com a Azitromicina (R\$ 46,2 milhões), hidroxicloroquina (R\$ 20,9 milhões) e nitazoxanita (R\$ 3,67 milhões). A empresa também disse a CPI que de janeiro a maio de 2021 faturou R\$ 11,85 milhões com a hidroxicloroquina. Além disso, projeta mais R\$ 19,21 milhões com a droga até dezembro (Vargas, 2021).

Cristália Indústria Farmacêutica (Grupo Cristália¹²)

A farmacêutica foi criada em 1972 para suprir as necessidades dos pacientes da Clínica de Repouso de Itapira ou Clínica Cristália, criada em 1969, em Itapira, interior de SP. O médico com especialidade em gastroenterologista, Ogari Castro Pacheco é o fundador e presidente da empresa (História... 2021).

O empresário é um intelectual orgânico responsável pela organização dos interesses de sua classe e apresentá-los como instância de toda sociedade. Ogari assumiu que entrou para a política influenciado por interesses econômicos e para não se valer de intermediários. Faz parte dos grupos de empresários que “largaram” seus negócios para entrarem na política, com a finalidade de ser uma voz para defender os interesses do seu setor econômico e do seu próprio negócio. Nas eleições de 2018, ganhou como 2º suplente (DEM-TO) do senador Carlos Eduardo Torres Gomes (MDB-TO), ex-líder do governo Bolsonaro no Congresso, que o convidou para fazer parte da chapa para o Senado. O empresário e mais sete executivos do laboratório investiram R\$ 2,1 milhões na candidatura de Gomes, prática comum de financiamento nas eleições anteriores. Nos pleitos de 2010, 2014 e 2018, o deputado estadual Barros Munhoz (PSB-SP) foi financiado pela empresa no total por R\$ 845 mil. E os benefícios surgiram: foi de Munhoz a ideia de ceder ao laboratório um terreno às margens da rodovia SP-147, comprado pela prefeitura de Itapira, para o Cristália erguer um centro de distribuição na cidade. O deputado também atuou junto ao governo estadual para liberar os recursos para reformar a rodovia em frente à nova unidade do laboratório (Junqueira, 2019). Em 2019, Ogari recebeu, por indicação de Munhoz, na Assembleia Legislativa de São Paulo o colar de Honra ao Mérito Legislativo (Cristália, 2021). Eleitor de Bolsonaro, Ogari já o recebeu na empresa, em agosto de 2019, quando foi prestigiar a inauguração de uma das plantas da empresa.

No site o laboratório explica que a hidroxicloroquina fabricada, Quinacris, é direcionada aos hospitais e ao SUS, não é vendida no varejo, o que não impede que o medicamento seja ingerido pela população. Além deste produto, a Cristália fabrica 24 tipos de sedativos usados na entubação, dos 30 contidos no protocolo

¹² Formam o Grupo Cristália: IMA Laboratório, Instituto BioChimico e Cristália Ind. Farmacêutica.

de atendimento em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Com a pandemia, estes produtos aumentaram o faturamento do laboratório em 25%, com relação a 2019, que foi responsável por 80% da receita da empresa, que chegou a R\$ 3 bilhões, “crescimento sem precedente de venda de medicamento”, segundo Ogari (Cristália, 2021b). Com relação às pesquisas que apontam que o medicamento é ineficaz para o tratamento da Covid, o laboratório não se posiciona no seu site, mantendo aberta, assim, a possibilidade de que a cloroquina ou a hidroxicloroquina sejam usadas no tratamento dos infectados pelo novo coronavírus.

O laboratório já foi multado em várias ocasiões. Em abril de 2021 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão subordinado à Anvisa, multou em 1,3 milhão de reais a Cristália por vender medicamentos a preços superiores ao que estabelece uma resolução do governo (Marques, 2021).

Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda (Grupo José Alves¹³)

Segundo o site da Receita Federal, a Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda foi criada em 20 de novembro de 1985. Porém, conforme levantamento no *Diário Oficial da União*, a Vitamedic tem origem no Laboratório Farmacêutico Vitapan, criado em 1942. Em 1998 mudou sua razão social para Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda. No ano seguinte seus proprietários eram Andréia Aprígio de Souza e Adriano Aprígio de Souza, que conforme investigação da Polícia Federal eram “laranjas” de Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, contraventor do estado de Goiás¹⁴. A farmacêutica era usada para irrigar financeiramente o esquema criminoso do bicheiro (Sassine, 2012). Em 2015, passou a fazer parte do Grupo José Alves (GJA), presidido por José Alves Filho. Em 2016, o proprietário da Vitapan, estrategicamente, mudou sua razão social para Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda (Diário Oficial..., 2016). Está localizada na cidade de Anápolis (GO) e é responsável pela produção da Ivermectina¹⁵.

O laboratório foi responsável por 80% das vendas de ivermectina no Brasil em 2020. A receita total da empresa cresceu 202,9%, em 2020, para R\$ 421,7 milhões, impulsionados pelo ivermectina. Saltou da 66ª colocação no ranking em

¹³ Formam o Grupo José Alves: Vitamedic, Casa Alô Brasil, Refrescos Bandeirantes, Rimal Embalagens, Acqua Lia, Faculdade Alves Faria (ALFA), Colégio Alfa, Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), 3T System, Atlanta Locações de Veículos, NL Negócios Imobiliários (República Street Mall e Perimetral Open Mall) e N&L Indústria.

¹⁴ A Operação Monte Carlos revelou, em 2012, esquema de exploração de jogos ilegais e corrupção em Goiás. Foi criada uma CPI para investigar as relações de Carlinhos Cachoeira com inúmeros políticos, autoridades e empresários. LIMA, Gabriela. Operação Monte Carlo faz 1 ano com todos os condenados em liberdade. *GI*, 1 mar. 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/03/operacao-monte-carlo-faz-1-ano-com-todos-os-condenados-em-liberdade.html>>. Acessado em 3 maio 2021. Andréia Aprígio de Souza foi esposa de Carlinhos Cachoeira.

¹⁵ Outras sete empresas fabricam o ivermectina: Abbott, Biolab, Cifarma, EMS, Galderma, Neo Química e UCI Farma.

receita para 37ª posição. Em volume negociado, ficou na 17ª posição no *ranking* (Scaramuzzo, 2020). Conforme auditoria da *Close Up International*, ocupa o 12º lugar entre as 100 maiores corporações do ramo instaladas no Brasil. No ano passado, a empresa ocupava o 20º lugar do *ranking* e há cinco anos estava na 58ª posição (Vitamedic...2021).

Para não ter suas vendas ameaçadas depois dos esclarecimentos da Merck de que não há evidência científica que comprove a eficácia do medicamento no tratamento da Covid, a empresa contestou e afirmou que

O crescimento do mercado da IVERMECTINA, um produto de baixo custo e terapeuticamente de baixo risco, naturalmente, incomoda e pode ser o motivador de campanhas contra na mídia, especialmente provocadas por empresas que têm interesse em lançar produtos patenteados de alto custo para a mesma doença (Teodoro, 2021).

Em 29 de janeiro de 2021, o laboratório foi proibido pela Anvisa de fabricar, distribuir e vender vários medicamentos, entre eles a ivermectina. Segundo a resolução da Anvisa, o laboratório produzia medicamentos em local não autorizado dentro da fábrica, além de diversas infrações. De acordo com a agência, a empresa também não respeitou medidas referentes às instalações, equipamentos, documentação, produção e controle de qualidade (Oliveira, 2021).

Conforme depoimento de Jailton Batista, diretor-executivo da farmacêutica, na CPI da Covid, somente com a ivermectina, a Vitamedic faturou R\$ 15,7 milhões em 2019, número que passou a R\$ 470 milhões em 2020, portanto, um aumento de 2.900% no lucro da venda do medicamento. Obteve um faturamento de R\$ 200 milhões em 2019, R\$ 540 milhões em 2020 e R\$ 300 milhões entre janeiro e julho de 2021, o que mostra a escalada de lucro. Além da parceria do laboratório com “Médicos pela Vida”, analisado anteriormente, a Vitamedic, conforme CPI financiou vários médicos, Rute Alves Pereira e Costa recebeu R\$ 9.418,00, sócia da Quarter Soluções Científicas, ganhou para divulgar o uso do medicamento como tratamento preventivo; Hospital Maternidade Therezinha de Jesus; Helen Araújo de Meneses Ramos e Flávio Adsuara Cadegiani, auferiu 10 mil reais (Brasil, 2021). Cadegiani receitou a um homem de 28 anos com Covid doses jamais aplicadas oficialmente em um ser humano do fármaco proxalutamida, sem autorização da Anvisa e sem registro no Brasil. (Magri, 2021)

Conclusão

No mundo, as indústrias farmacêuticas ampliaram seus lucros com a pandemia. Fizeram da tragédia um negócio rentável. No Brasil, as farmacêuticas registraram crescimento, com a ajuda do presidente da República, de 12,13% em

2020, com R\$ 126 bilhões, sendo em 2019 o crescimento foi de 9,25%. Farmácias privadas venderam mais de 52 milhões de comprimidos do kit-Covid entre março de 2020 e março de 2021, sendo a hidroxicloroquina a mais vendida.

A CPI, criada para investigar as irregularidades do governo no que diz respeito à pandemia, fechou o cerco ao governo e aos empresários do setor farmacêutico, denunciou crimes contra a saúde pública e fez com que Bolsonaro, ameaçado, abandonasse seu papel de “garoto propaganda”. A CPI apontou manobras ilícitas, a negligência do presidente em ignorar seguidamente ofertas do imunizante, a corrupção na compra das vacinas Covaxin e AstraZeneca. Ao longo de seu trabalho, a CPI foi surpreendida com o surgimento de novos fatos envolvendo a compra das vacinas, ao que tudo indica com a conivência de Bolsonaro. A Precisa Medicamento intermediou a aquisição de doses da Covaxin entre o ministério da Saúde e a farmacêutica BharatBiotech. O hospital Prevent Senior foi acusado de usar a hidroxicloroquina para o tratamento de seus pacientes com Covid, levando-os à morte. Nestas negociatas criminosas, além do presidente estão envolvidos seus filhos, sua ex-esposa, Ana Cristina Valle, ministros e deputados.

No dia 24 de junho de 2021, em depoimento à CPI, o epidemiologista Pedro Hallal (Universidade Federal de Pelotas) afirmou que se o governo tivesse adotado medidas de controle da pandemia, como estímulo ao isolamento, ao uso de máscaras e a compra das vacinas que o presidente havia ignorado, 400 mil vidas poderiam ter sido poupadas. Na época, o país atingia a marca de 500 mil mortos.

Para além das denúncias de corrupção e omissão do governo no tratamento da pandemia, os empresários, embora proprietários de indústrias farmacêuticas, não respeitaram a ciência, são negligentes com a saúde pública, se importando apenas com seus lucros, que, como mostrado, foram enormes.

Referências

- ALVIM, Mariana. O grupo de ‘10 mil’ médicos pró-cloroquina que se aproximou de Bolsonaro com ‘evento histórico’. *BBC*, 3 set. 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53994532>>. Acessado em 3 maio 2021.
- APSEN. Site Apsen. Disponível em <https://www.apsen.com.br/na_midia/493/>. Acessado em 27 maio 2021.
- BOLSONARO exhibe caixa de cloroquina para emas no Palácio da Alvorada. *UOL*, 23 jul. 2021. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm>>. Acessado em 1º maio 2021.
- BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese (Doutorado em História Social). UFRJ, 2018.

- BRASIL. Notas taquigráficas da CPI. Senado Federal, 2021. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10138>>. Acessado em 4 dez. 2021.
- CALIL, Gilberto. Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascitização. *Materialismo Storico*, nº 2/2020 (vol. IX).
- COLETTA, Ricardo Della, CARAM, Bernardo e URIBE Gustavo. É guerra, tem que jogar pesado com governadores, diz Bolsonaro a empresários. *Folha de S. Paulo*, 14 maio 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/e-guerra-tem-que-jogar-pesado-com-governadores-diz-bolsonaro-a-empresarios.shtml>>. Acessado em 6 maio 2021.
- COVID-19: máscara não causa acúmulo de líquido nos pulmões nem intoxicação. *O Povo*, 7 dez. 2020. Disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/checagemopovo/2020/12/07/covid--mascara-nao-cao-acumulo-de-liquido-nos-pulmoes-nem-intoxicacao.html>>. Acessado em 7 maio 2021.
- CRISTÁLIA. Site da Cristália. Disponível em <<https://www.cristalia.com.br/releases/dr-ogari-pacheco-e-homenageado-com-colar-de-honra-ao-merito-legislativo-da-alesp>>. Acessado em 5 maio 2021.
- CRISTÁLIA. Site da Cristália. Disponível em <<https://www.cristalia.com.br/midia/cristalia-eleva-receita-em-25-com-%E2%80%98kit-covid%E2%80%99>>. Acessado em 5 maio 2021b
- DEMORI, Leandro. TrateCov: criador da metodologia diz que soube pela imprensa que Ministério da Saúde havia criado app para receitar cloroquina. *The Intercept*, 23 jan. 2021. Disponível em <<https://theintercept.com/2021/01/23/tratecov-criador-da-metodologia-diz-que-soube-pela-imprensa-que-ministerio-da-saude-havia-criado-app-para-receitar-cloroquina/>>. Acessado em 25 maio 2021.
- DEROSA, Cristian. Remédios têm melhor resposta a variantes do que vacinas, explica médico. *Estudos Nacionais*, 5 abr. 2021. Disponível em <<https://www.estudosnacionais.com/31919/remedios-tem-melhor-resposta-a-variantes-do-que-vacinas-explica-medico/>>. Acessado em 7 maio 2021.
- DESAI e MAJUMDER, *What Is Herd Immunity?* Jama Health Forum, 10 out. 2020. Disponível em <<https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2772168>>. Acessado em 26 maio 2021.
- Diário Oficial de São Paulo (DOSP), 2 jun. 2016, p. 78.
- DIRETOR diz que farmacêutica pagou R\$ 717 mil para promover kit covid. *DW*, 11 ago. 2021. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/diretor-diz-que-farmac%C3%AAutica-pagou-r-717-mil-para-promover-kit-covid-/a-58834191>>. Acessado em 20 set. 2021.
- EMPRESA que faz ivermectina banca site de associação de médicos pró-tratamento precoce contra covid. *Estadão*, 15 abr. 2021. Disponível em <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,empresa-que-faz-ivermectina-ban>>

ca-site-de-associacao-de-medicos-pro-tratamento-precoce-contracovid,70003682358>. Acessado em 4 maio 2021.

ESTUDOS mostram que cloroquina não tem eficácia no tratamento do coronavírus; entenda as pesquisas. *GI*, 12 maio 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/12/estudos-mostram-que-cloroquina-nao-tem-eficacia-no-tratamento-do-coronavirus-entenda-as-pesquisas.ghtml>>. Acessado em 24 maio 2021.

FAGUNDES, Murilo. Sem evidências, Bolsonaro diz que usar máscara causa “dor de cabeça”. *Poder360º*, de 25 fev. 2021. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-usar-mascara-causa-efeito-colateral-como-dor-de-cabeca/>>. Acessado em 01 abr. 2021.

FARMÁCIAS venderam mais de 52 milhões de comprimidos do “kit covid” na pandemia. *Correio Braziliense*, 30 abr. 2021. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2021/04/4921395-farmacias-venderam-mais-de-52-milhoes-de-comprimidos-do-kit-covid-na-pandemia.html>>. Acessado em 27 maio 2021.

FORBES. Site *Revista Forbes*. Disponível em <<https://www.forbes.com/profile/carlos-sanchez/?sh=1feafe416359>>. Acessada em 6 maio 2021.

GALVANI, Nathalia. Quem é Nise Yamaguchi, defensora da cloroquina para tratamento da COVID-19. *Estado de Minas*, 11 maio 2021. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/11/interna_politica,1265392/quem-e-nise-yamaguchi-defensora-da-cloroquina-para-tratamento-da-covid-19.shtml>. Acessado em 27 maio 2021.

GARCIA, Thaís. Médicos iniciam abaixo-assinado pela não obrigatoriedade da vacina contra Covid-19 e escrevem Carta Aberta aos líderes da Câmara, Senado e STF. *Conexão Política*, 28 out. 2020. Disponível em <<https://conexaopolitica.com.br/ultimas/medicos-iniciam-abaixo-assinado-pela-nao-obrigatoriedade-da-vacina-contracovid-19-e-escrevem-carta-aberta-aos-lideres-da-camara-senado-e-stf/>>. Acessado em 7 maio 2021.

GASPARI, Elio. A Fiesp expôs sua alma em reunião com Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 25 mar. 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/eliogaspari/2020/03/a-fiesp-expos-sua-alma-em-reuniao-com-bolsonaro.shtml>>. Acessado em 6 maio 2021.

GUEDES, Otávio. CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina. *GI*, 27 abr. 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>>. Acessado em 1º abr. 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

Helena diz que o Covid está sob controle e que pandemia não tem a força de antes. *Diário do poder*, 23 nov, 2020. Disponível em <<https://diariodopoder>.

com.br/ultimas/helena-diz-que-o-covid-esta-sob-controle-e-pandemia-nao-tem-a-forca-de-antes> Acessado em 7 maio 2021.

HISTÓRIA. Site da empresa. Disponível em <<https://www.cristalia.com.br/historia>>. Acessado em 5 maio 2021.

HOMERO, Valquíria. Proporção de idosos entre mortos por Covid-19 cresce no Brasil. *Poder 360*, 04 fev. 2021. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/proporcao-de-idosos-entre-mortos-por-covid-19-cresce-no-brasil/>>. Acessado em 4 dez. 2021.

INSTITUCIONAL. Site do CFM. Disponível <<https://portal.cfm.org.br/institucional/>>. Acessado em 8 maio 2021.

IVERMECTINA: Bolsonaro volta a defender remédio para parasitas contra COVID. *Estado de Minas*, 05 jan. 2021. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/01/05/interna_politica,1226054/ivermectina-bolsonaro-volta-a-defender-remedio-para-parasitas-contracovid.shtml>. Acessado em 02 maio 2021.

JUNQUEIRA, Diego e BARBA, Mariana DELLA. Maioria dos fabricantes brasileiros de cloroquina não recomenda o remédio para covid-19. *Repórter Brasil*, 7 mar. 2021. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2021/03/maioria-dos-fabricantes-brasileiros-de-cloroquina-nao-recomenda-o-remedio-para-covid-19/>>. Acessado em 10 maio 2021.

JUNQUEIRA, Diego. Maior fabricante de hidroxicloroquina, Apsen recebeu R\$ 20 milhões do BNDES em 2020. *Repórter Brasil*, 4 mar. 2021. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2021/03/maior-fabricante-de-hidroxicloroquina-apsen-recebeu-r-20-milhoes-do-bndes-em-2020/>>. Acessado em 6 maio 2021.

JUNQUEIRA, Diego. Executivo conta como ganhou ‘subgabinete’ no Senado após investir R\$ 1,5 milhão em campanha. *Repórter Brasil*, 19 fev. 2019.

JUSTIÇA Federal proíbe governo Bolsonaro de promover “kit covid”. *DW*, 30 de abr. 2021. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/justi%C3%A7a-federal-pro%C3%ADbe-governo-bolsonaro-de-promover-kit-covid/a-57394522>>. Acessado em 26 maio 2021.

JUSTIÇA suspende campanha “O Brasil não pode parar”. *DW*, 28 mar. 2020. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/justi%C3%A7a-suspende-campanha-o-brasil-n%C3%A3o-pode-parar/a-52948560>>. Acessado em 26 maio 2021.

LERNER, Sharon. Indústria Farmacêutica enxerga pandemia do coronavírus como oportunidade única para os negócios. *The Intercept*, 10 mar. 20. Disponível em <<https://theintercept.com/2020/03/16/industria-farmacutica-pandemia-coronavirus-lucro/>>. Acessado em 29 abr. 21.

LINDNER, Julia e VARGAS, Mateus. Morte de idosos por covid-19 melhora contas da Previdência, teria dito chefe da Susep. *Estadão*, 28 maio 2020. Disponí-

vel em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-idosos-por-covid-19-melhora-contas-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-su-sep,70003317874>>. Acessado em 4 dez, 2021.

LÖWY, Michael. Michael Löwy: O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. *Blog da Boitempo*, 28 abr. 2020. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>>. Acessado em 04 dez. 2021.

MAGRI, Diego. Acusado de crime contra a humanidade na CPI recebeu dose inédita de proxalutamida a paciente com covid-19. *El País*, 20 out. 2021. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/acusado-de-crime-contra-a-humanidade-na-cpi-receitou-dose-inedita-de-proxalutamida-a-paciente-com-covid-19.html>>. Acessado em 04 dez. 2021.

MARQUES, Hugo. Empresa de suplente de senador é multada em R\$ 1,3 milhão. *Veja*, 13 abr. 2021. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/empresa-de-suplente-de-senador-e-multada-em-r-13-milhao/>>. Acessado em 5 maio 2021.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Estudos Avançados 12 (34), Dossiê 150 anos do Manifesto Comunista, 1998.

MARTINS, Leonardo. Secretário de Pazuello com cadeira no CFM é o elo entre o bolsonarismo e a classe médica. *The Intercept*, 8 fev. 2021. Disponível em <<https://theintercept.com/2021/02/08/raphael-camara-secretario-de-pazuello-e-elo-entre-bolsonarismo-e-cfm/>>. Acessado em 4 dez. 2021.

MATOSO, Felipe e GOMES, Pedro Henrique. Bolsonaro diz que a contaminação é mais eficaz que vacina contra Covid; especialistas contestam. *G1*, 17 jun. 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>>. Acessado em 3 de dez. 2021.

MÁXIMO, Wellton. Camex zera tarifa de importação de mais 65 produtos de combate à covid. *Agência Brasil*, 29 mar. 2020. Disponível em <<https://agencia-brasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/camex-zera-tarifa-de-importacao-de-mais-65-produtos-de-combate-covid>>. Acessado em 24 maio 2021.

MÉDICO Anthony Wong morreu de covid e dado foi omitido, diz revista. *R7*, 22 set. 2021. Disponível em <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/medico-anthony-wong-morreu-de-covid-e-dado-foi-omitido-diz-revista-22092021>>. Acessado em 04 dez. 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo* v.2, n.2, jan/jul 2014.

MORI, Letícia. Como Conselho Federal de Medicina criou ‘racha’ entre médicos e foi parar no relatório da CPI da Covid. *BBC*, 21 out. 2021. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59002104>>. Acessado em 04 dez. 2021.

NEW ENGLAND JOURNAL OF MEDICINE. Disponível em <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa2012410?query=main_nav_lg>. Acessado em 24 maio 2021.

O BNDES e as fabricantes de hidroxicloroquina. Site BNDES. Disponível em <<https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/farmaceuticas/>>. Acessado em 27 maio 2021.

OLIVEIRA, Rafael. Laboratório de Anápolis é proibido pela Anvisa de fabricar e vender ivermectina e outros remédios. *G1*, 30 abr. 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/04/30/laboratorio-de-ana-polis-e-proibido-de-fabricar-e-vender-ivermectina-e-outros-remedios.ghtml>>. Acessado em 25 maio 2021.

PRADO, Maria Alice. ‘Maior parte dos que estão aqui na UTI tomaram kit-Covid’, diz chefe do Incor. *Veja*, 25 mar. 2021. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/saude/kit-covid-tratamento-precoce/?fbclid=IwAR2iqZa3Bv_WARmqKzmIN2DWKMz5N7AKRpEUb4ZgpK4r-ETKSuJ8YvcsM1A>. Acessado em 1º maio 2021.

PRESIDENTE do CFM é investigado por receber sem trabalhar. *Rede Brasil Atual*, 19 fev. 2021. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/02/presidente-cfm-investigado-mpms/>>. Acessado em 8 maio 2021.

QUEM está por trás do “informe publicitário” negacionista e pró-cloroquina em jornais. *Brasil de Fato*, 24 fev. 2021. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/24/quem-esta-por-tras-do-informe-publicitario-negacionista-e-pro-cloroquina-em-jornais>>. Acessado em 4 maio 2021.

QUEM SOMOS. Site oficial disponível em <<https://medicospelavidacovid19.com.br/quem-somos/>>. Acessado em 03 maio 2021.

REIS, Fábio. Merck diz que não há eficácia da ivermectina contra COVID-19. *Pfarma*, 5 fev. 2021. Disponível em <<https://pfarma.com.br/coronavirus/6213-merck-msd-ivermectina-covid19.html>>. Acessado em 02 maio 2021.

RIBEIRO, Mauro L. de Brito. O Conselho Federal de Medicina e a Covid-19. *CFM*, 27 já, 2021. Disponível em <<https://portal.cfm.org.br/artigos/o-conselho-federal-de-medicina-e-a-covid-19/>>. Acessado em 4 dez. 2021.

ROCHA, Camilo. Remédios ineficazes do kit covid: o que a ciência diz de cada um. *Nexo*, 14 abr. 2021. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/14/Rem%C3%A9dios-ineficazes-do-kit-covid-o-que-a-ci%C3%Aancia-diz-de-cada-um>>. Acessado em 1º maio 2021.

SASSINE, Vinicius. Amizade e negócios, *Correio Braziliense*, 11 mar. 2012, Política, p. 5. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/54293/noticia.htm?sequence=1>>. Acessado em 24 maio 2021.

SBI. Nota de esclarecimento, 25 maio 2021. Disponível em <<https://infectologia.org.br/2021/05/25/nota-de-esclarecimento/>>. Acessado em 4 dez. 2021.

- SCARAMUZZO, Mônica. Dono da Gocil organiza jantar para Bolsonaro com empresários na quarta. *Valor Econômico*, 7 abr. 2021. Disponível em <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/06/dono-da-gocil-organiza-jantar-para-bolsonaro-com-empresarios-na-quarta.ghtml>>. Acessado em 10 maio 2021.
- SCARAMUZZO, Mônica. Venda de remédios do ‘kit covid’ movimentou R\$ 500 mi em 2020. *Valor Econômico*, 5 fev. 2021. Disponível em <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/02/05/venda-de-remedios-do-kit-covid-movimentou-r-500-mi-em-2020.ghtml>>. Acessado em 10 maio 2021.
- SILVA, Victor Hugo Viegas. “Médicos pela Vida” são diretamente ligados a grupo empresarial que produz ivermectina. *Negativando*, 20 abr. 2021. Disponível em <<https://negativando.medium.com/m%C3%A9dicos-pela-vida-s%C3%A3o-diretamente-ligados-a-grupo-empresarial-que-produz-ivermectina-140285fe0691>>. Acessado em 4 dez. 2021.
- TEIXEIRA, Lucas Borges. Bolsonaro volta a criticar isolamento social no pior momento da pandemia, *UOL*, 2 abr. 2021. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/04/02/bolsonaro-volta-a-criticar-isolamento-social-no-pior-momento-da-pandemia.htm>>. Acessado em 1 abr. 2021.
- TEODORO, Plínio. Com aumento nas vendas, fabricante da Ivermectina no Brasil rebate laboratório que criou medicamento sobre ineficácia contra Covid. *Revista Fórum*, 7 fev. 2021. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/brasil/coronavirus/com-aumento-nas-vendas-fabricante-da-ivermectina-no-brasil-rebate-laboratorio-que-criou-medicamento-sobre-ineficacia-contracovid/>>. Acessado em 10 maio 2021.
- _____. Guedes e Bolsonaro fazem reforma da previdência macabra com genocídio durante a pandemia. *Revista Fórum*, 7 abr. 2021. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/colunistas/plinioteodoro/guedes-e-bolsonaro-fazem-reforma-da-previdencia-macabra-com-genocidio-durante-a-pandemia/>>. Acessado em 4 dez. 2021.
- UNICAMP confirma caso de hepatite medicamentosa relacionada ao ‘kit covid’. *UOL*, 24 mar. 2021. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/24/unicamp-confirma-caso-de-hepatite-medicamentosa-relacionada-ao-kit-covid.htm>>. Acessado em 1º maio 2021
- VELEDA, Raphael e WALTENBERG, Guilherme . Empresário que produz a cloroquina é militante bolsonarista. *Metrópoles*, 26 mar. 2020. Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-aparece-com-caixa-de-cloroquina-em-reuniao-do-g20>>. Acessado em 6 maio 2021. Atualmente, o acesso ao seu Facebook pessoal está fechado.
- VALENTE, Jonas. Covid-19: estudo aponta ineficácia de tratamento com hidroxicloroquina. *Agência Brasil*, 23 jul. 2020. Disponível em <<https://agencia->

brasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/covid-19-estudo-aponta-ineficacia-de-tratamento-com-hidroxicloroquina>. Acessado em 7 maio 2021.

VALERY, Gabriel. Itamaraty mediu compra de cloroquina da Índia por empresa de apoiador de Bolsonaro. *Rede Brasil Atual*, 19 jan. 2021. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/01/itamaraty-mediou-compra-de-cloroquina-da-india-por-empresa-de-apoiador-de-bolsonaro/>>. Acessado em 6 maio 2021.

VARGAS, Mateus. Farmacêutica diz à CPI que faturou 8 vezes mais em 2020 com medicamentos do 'kit Covid'. *Folha de S. Paulo*, 16 jun. 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/farmaceutica-diz-a-cpi-que-faturou-8-vezes-mais-em-2020-com-medicamentos-do-kit-covid.shtml>>. Acessado em 20 set. 2021.

VERDÉLIO, Andreia. Governo inclui cloroquina em tratamento de casos leves de covid-19. *Agência Brasil*, 20 maio 2020. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/governo-inclui-cloroquina-para-tratamento-de-casos-leves-de-covid-19>>. Acessado em 24 maio 2021

VITAMEDIC é a 12ª empresa do setor farmacêutico no Brasil. *Empreendedor em Goiás*, 16 abr. 2021. Disponível em <<https://www.empreenderemgoias.com.br/2021/04/16/vitamedic-e-a-12a-empresa-do-setor-farmacaceutico-no-brasil/>>. Acessado em 24 maio 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – Painel do Coronavírus. Disponível em <<https://covid19.who.int/>>. Acessado em 03 dez. 2021.

Recebido em 25 de setembro de 2021

Aprovado em 21 dezembro de 2021

Todos Pela Educação e Bolsonaro: a relação entre o Estado brasileiro e o Partido da Educação (2018-2021)

Todos Pela Educação and Bolsonaro: the relationship between the Brazilian State and the Education Party (2018-2021)

Lisia Cariello*

Resumo

Este trabalho busca fazer uma análise das relações entre o Todos Pela Educação (TPE) e o Estado brasileiro. Compreendendo o Estado a partir do léxico gramsciano, ou seja, de maneira ampliada, pretende-se verificar as aproximações e distanciamentos do movimento empresarial supracitado, analisado à luz de uma interpretação da categoria de partido em Gramsci. Para isso, situaremos historicamente o TPE e analisaremos a composição do Ministério da Educação (Ministros e Conselho Nacional de Educação) entre 2018 e 2021. Por fim, buscaremos levantar alguns elementos para analisar a atuação do Partido da Educação frente à pandemia de Covid-19. Constatamos que o Todos Pela Educação vem perdendo espaço dentro da sociedade política, para setores mais conservadores da sociedade, e tem “aproveitado” a pandemia para reforçar seu lugar de especialista em educação diante da opinião pública.

Palavras-chave: Educação; Estado; Todos Pela Educação.

Abstract

This research seeks to analyze the relationship between Todos Pela Educação and the Brazilian State. Understanding the State from the Gramscian lexicon, that is, in a broader way, it is intended to verify the approximations and distances of the aforementioned business movement, analyzed in the light of an interpretation of the Party category in Gramsci. To this end, we will historically situate the TPE and analyze the composition of the Ministry of Education (Ministers and National Education Council) between 2018 and 2021. Finally, we will seek to raise some elements to analyze the role of the Education Party in the face of the Covid-19 pandemic. We found that Todos Pela Educação has been losing space within the political society, giving space to more conservative sectors of society, and has “taken advantage” of the pandemic to reinforce its position as an education specialist in the eyes of public opinion.

Keywords: Education; State; Todos Pela Educação.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e graduada em História pela mesma instituição. Atualmente trabalha na rede privada de ensino.

Introdução

A relação entre empresários e educação no Brasil não é uma novidade histórica. Desde a institucionalização da educação pública, nos anos 1940, esta relação existe, materializada no chamado Sistema S, um conjunto de instituições responsáveis por formar força de trabalho, criado no bojo da estruturação de um Brasil urbano e industrial. Conforme Ventura (2011), a chamada Reforma Capanema de 1940¹, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), foi uma resposta do Estado brasileiro às demandas da classe trabalhadora. Entretanto, este conjunto de decretos baixados pelo então ministro da Educação e da Saúde reforçou um projeto dual de educação (um para a formação da força de trabalho manual e outro para a formação da força de trabalho intelectual), herdado desde o período imperial (Vieira; Farias, 2007).

Podemos dizer, então, que a educação brasileira tem alguns elementos estruturantes, dois deles enunciados anteriormente: i) a dualidade – formação de classe trabalhadora e formação de classes dominantes e ii) a relação íntima com os empresários. Mas, então, o que mudou? Qual a historicidade desta relação? A hipótese aqui sugerida é que havia uma permanência que começou a ser construída nos anos 1990 e que mudou após a eleição do atual presidente da República, Jair Bolsonaro (2018-).

Os anos 1990 aparecem com um marco, posto que, nesta década, foi realizada a reforma do Estado, flexibilizando a responsabilidade estatal e buscando incentivar a participação da “sociedade civil” / “terceiro setor” no combate à pobreza. É, pois, uma estratégia de educação do consenso para disciplinar as massas trabalhadoras, das quais vão sendo retirados os seus direitos (Fontes, 2010, p. 296). Aqui vale uma ponderação teórico-metodológica. O entendimento deste trabalho se afasta da concepção de sociedade civil como terceiro setor, isto é, como esfera apartada do Estado. Partimos da visão gramsciana de Estado que entende a sociedade civil como espaço de organização da vontade coletiva e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado (*Ibidem*, p. 133). Sendo, para Gramsci, a sociedade civil parte integrante do Estado juntamente como a sociedade política (organismos governamentais administrativos), esta

¹ Ficou conhecida como Reforma Capanema o conjunto de Decretos-lei baixados pelo então ministro da Educação de Getúlio Vargas, quais sejam: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial; Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC; Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

teoria-metodologia rejeita tanto o Estado como coisa quanto o Estado como sujeito.

Importante contribuição nesta direção fez o marxista grego Nicos Poulantzas em sua obra *O Estado, o poder e o socialismo* (2015). Para ele, o Estado é uma relação e, mais precisamente, uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes que se expressa no interior do Estado (Poulantzas, 2015, p. 130). Com isso, diz Poulantzas, procura-se evitar o pseudodilema enunciado no parágrafo anterior.

O Estado como *Coisa*: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como *Sujeito*: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil (*Ibidem*, p. 131).

No sentido expresso por Gramsci e Poulantzas, o Estado é espaço de disputa, tanto entre classes como intra classe, o que significa rejeitar a ideia de terceiro setor, que carrega em si o caráter do Estado sujeito, já que a separação entre setores impede uma visão totalizante da sociedade.

Todos Pela Educação: algumas considerações

Todos Pela Educação, movimento de convocação para a participação direta do “terceiro setor”, está hoje, três décadas depois, consolidado. Os aparelhos privados de hegemonia (APHs), que na concepção gramsciana são organizações particulares organizadoras das vontades coletivas e, mais ainda, como enfatiza Fontes, vertebram a sociedade civil e disputam projetos de sociedade (Texier, 2017, p. 734)². Na área da educação, esta disputa é bastante evidente: Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, apenas para citar alguns.

Entretanto, o Todos Pela Educação (TPE) significa o momento de aproximação entre projetos que podem estar em disputa. Para Gramsci, o Estado moderno capitalista torna-se educador à medida em que “substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos” (Gramsci, 2002, p. 139). É possível

² Para um aprofundamento sobre as possibilidades da utilização da categoria de aparelho privado de hegemonia na pesquisa histórica, conferir: HOEVELER, R. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, ano 4, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019.

extrair algumas interpretações de partido em Gramsci. Aqui nos interessa aquela em que partido é um representante de diferentes frações de classe – é preciso lembrar que há disputa para esta direção –, ou seja, um partido que encarne as necessidades de toda classe. É um momento, assim, de aproximação dos interesses diversos de frações diversas. Nesse sentido, é possível dizer que o Todos Pela Educação é o Partido da Educação, na medida em que organiza as classes dominantes que buscam dirigir a sociedade brasileira.

O Todos Pela Educação foi lançado em 2006 e congrega atualmente empresas como o Grupo Itaú, o Gerdau, o Pão de Açúcar, Organizações Globo, além de institutos e fundações ligadas ao empresariado, como o Instituto Ayrton Senna (IAS), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ethos e o Grupo Abril (Martins; Krawczyk, 2018, p. 7).

Conforme demonstra Lamosa, o TPE evidencia sua capacidade de direção desde o início de sua história, posto que no ano seguinte de seu lançamento foi instituído o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) conjuntamente com o Plano de Metas Todos Pela Educação a partir do decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, no primeiro ano do segundo mandato de Lula, com o então ministro da Educação Fernando Haddad (Lamosa, 2017, p. 7). O PDE, além de assumir o *slogan* do movimento empresarial, assume também seus princípios e metas, o que, de acordo com Lamosa, está expresso ao longo das vinte e oito diretrizes propostas, que versam sobre a necessidade de novos mecanismos de regulação, sobre a gestão do trabalho escolar e a realização de parcerias com a sociedade civil, em um processo de responsabilização (*accountability*) de professores e gestores (*Ibidem*, p. 8).

Como dito pelo presidente executivo do Todos Pela Educação entre 2007 e 2010, Mozart Ramos, em entrevista ao Movimento Brasil Competitivo citada por Lamosa, o movimento conseguiu rápida adesão de prefeituras, Secretarias estaduais e municipais de Educação. Além disso, organizações como o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público (CNPGE), que reúne os 27 ministérios públicos estaduais, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) (MBC *apud* Lamosa, 2017, p. 8).

O trabalho de Martins e Krawczyk demonstra as estratégias de ação do Todos Pela Educação logo nos primeiros momentos de atuação: estabeleceu metas mensuráveis e consensuais (quem não é a favor de uma educação pública de qualidade?), organizou e publicou dados sobre educação pública, divulgou suas ideias nos principais meios de comunicação do Brasil e atuou junto aos governos na elaboração de políticas públicas

educacionais (Martins; Krawczyk, *Op.Cit.*, p. 7). Era preciso, de acordo com a avaliação do movimento empresarial, ir além da universalização da educação básica, era necessário promover uma educação pública de qualidade, do ponto de vista da competitividade internacional.

As autoras identificam também duas estratégias do Todos Pela Educação para interferir nas políticas educacionais brasileiras, colocando o sujeito coletivo como especialista da educação: organização em rede; e conhecimentos técnicos e comunicação. Conforme o estudo,

para garantir sua influência no Estado, os sócios fundadores do TPE atuam, simultaneamente, em vários espaços. Foi possível observar a constituição de uma rede informal composta por acionistas e diretores de empresas, membros de organizações do terceiro setor e da alta burocracia dos governos (Martins; Krawczyk, 2018, p. 10-11).

Assim, “a rede formada pelo TPE promove interações formais e informais entre atores privados e públicos com interesses interdependentes que usam espaços políticos para promover seus interesses políticos” (*Ibidem*, p. 12).

No que diz respeito à estratégia de produção e divulgação de conhecimentos técnicos, o TPE tem uma Comissão Técnica que:

produz e difunde documentos e vídeos, sistematiza experiências governamentais e de iniciativa privada consideradas bem sucedidas, monitora e divulga indicadores educacionais e resultados de avaliações estaduais e nacionais, sempre comparando a realidade nacional e internacional. A interlocução junto aos principais canais midiáticos do país foi viabilizada pela rede de contatos (empresários da mídia e profissionais da comunicação estão entre os membros do TPE) e pelo poder econômico representados no TPE (*Ibidem*, p. 13).

A integração do Todos Pela Educação ao Estado brasileiro é verificada desde sua fundação, quando, à época, o já citado Fernando Haddad era ministro da Educação e membro-fundador da entidade. Os membros-fundadores também ocuparam outros cargos nas seguintes instituições, como demonstram Martins e Krawczyk com informações atualizadas por esta pesquisa: a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, ocupada entre 2005 e 2009 por Reynaldo Fernandes e entre 2014 e 2016 por José Francisco Soares; José Henrique Paim foi presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre 2004 e 2006 e ministro da educação entre 2014 e 2015, no segundo governo Dilma; Ricardo Henriques foi secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento Social em 2003; Marcelo Côrtes

Neri, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre 2012 e 2014, e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República entre 2013 e 2015; Ricardo Kotscho, ex-secretário de Imprensa da Presidência da República (2003-2004).

Todos Pela Educação e eleições presidenciais de 2018

Em 2018, em clima eleitoral, foram verificadas duas importantes ações do TPE: a aproximação com os presidentiáveis da época e o lançamento do documento *Educação já!*. Em agosto daquele ano, juntamente com o jornal Folha de São Paulo, o TPE promoveu os *Diálogos #EducaçãoJá!*, entrevistas sobre a educação básica com os principais candidatos. De acordo com o site do movimento, Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE), Geraldo Alkmin (PSDB) e Fernando Haddad (PT) foram sabatinados e, na mesma notícia, mencionam que Jair Bolsonaro e Álvaro Dias não haviam definido data para participação (Todos Pela Educação, 2018a). Procuramos registros sobre a participação de Bolsonaro na iniciativa e não os encontramos. Às vésperas do segundo turno disputado entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), a BBC Brasil publicou longa reportagem onde Priscila Cruz e Claudia Costin, ambas associadas ao Todos Pela Educação, fazem um balanço dos dois planos de governo em disputa (Passarinho, 2018)³. Sem declarar apoio direto a nenhum dos dois candidatos, Cruz analisa:

O Haddad, pela experiência de sete anos como ministro da educação, domina mais essa área. O programa dele, mesmo não tendo detalhamento, está na direção de melhorar o patamar da educação. O programa do Bolsonaro vai mais na direção do tipo de educação que o Brasil deveria ter e menos no que deve ser feito para melhorar a qualidade, ao defender a disciplina militar, um foco em ter mais português, matemática e ciência, sem educação sexual. Há uma diferença fundamental de como o valor educação está colocado para cada um (Passarinho, 2018, s/p.).

Se, por um lado, a educação para Haddad está alinhada à concepção do Todos Pela Educação, o programa – e as falas – de Bolsonaro expressam outras preocupações, mais próximas às pautas conservadoras: fim da “doutrinação” nas escolas e “sem sexualização precoce” (Bolsonaro, 2018).

A iniciativa *EducaçãoJá!* do TPE foi lançada em 2018 com o objetivo principal de “subsidiar o poder público com diagnósticos detalhados e soluções con-

³ O Todos já havia feito um levantamento de como a educação estava sendo tratada nos 13 planos de governo dos presidentiáveis (Todos Pela Educação, 2018b).

cretas em sete temas estruturantes” (Todos Pela Educação, s/d). Com sete recomendações nas áreas de governança e gestão; financiamento; Base Nacional Comum Curricular; professor; primeira infância; alfabetização; e ensino médio e sugestões de políticas públicas para a educação básica no Brasil entre 2019 e 2022. A proposta “suprapartidária” do Partido da Educação foi apresentada aos então candidatos João Amoedo, Haddad, Silva e Alckmin e ao coordenador de campanha de Bolsonaro, Paulo Guedes, para que usassem o estudo na elaboração dos programas de governo “e que, o então eleito, pudesse ter em mãos, ao assumir o governo, um conjunto de propostas que pode fazer o País dar um salto de qualidade e equidade na Educação Básica Pública” (Todos Pela Educação, 2020).

A organicidade do Todos Pela Educação pode ser verificada, porque, mesmo diante da eleição de um candidato de fora da organização, os nomes de Viviane Senna, fundadora do TPE e presidente do Instituto Ayrton Senna, e de Mozart Ramos, membro do Todos e do IAS, foram ventilados para assunção do Ministério da Educação (MEC) logo após a eleição de Bolsonaro. Ramos chegou a ser convidado, mas, por não ser alinhado ao Escola Sem Partido, uma das bandeiras de Bolsonaro em sua eleição, a bancada evangélica reagiu ao nome. O presidente eleito, nomeou, por fim, Ricardo Vélez Rodríguez, que ficou no cargo por apenas três meses (ESCOLHA, 2018).

Mesmo sem abocanhar o Ministério da Educação, o TPE segue sua atuação por dentro do Estado no governo Bolsonaro. Analisemos, a partir de agora, as composições do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2018 até 2021.

Todos Pela Educação no Conselho Nacional de Educação (2018-2021)

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão consultivo associado ao MEC responsável por formular e avaliar a política nacional, emitir pareceres, estudos e pesquisas. O que é discutido no CNE deve ser aprovado pelo Legislativo ou pelo próprio Ministério da Educação. De acordo com o site do MEC, o CNE é composto por: presidente, conselho pleno (Câmara de Educação Superior e Câmara de Educação Básica) e secretaria executiva (Ministério da Educação, s/d.). Cada câmara é composta por onze conselheiros além de contar com dois membros natos (escolhidos pelo Presidente da República), os secretários da Educação Básica e da Educação Superior do MEC, os quais ocupam essa cadeira somente no período em que estão à frente das secretarias. O tempo de mandato dos conselheiros é de quatro anos, e do presidente de dois anos (Ministério da Educação, s/d). De maneira geral, a presidência do CNE é alternada entre membros de cada câmara.

Maria Helena Guimarães de Castro, membro do comitê técnico do Todos Pela Educação e figura conhecida na área da educação, assumiu o cargo de Pre-

sidente do órgão em sete de outubro de 2020⁴. Foi ela que, junto do ex-ministro Paulo Renato Souza, implementou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e criou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no governo Fernando Henrique Cardoso. De acordo com a Agência Brasil, Castro também já ocupou os cargos de secretária-executiva do MEC durante a gestão de Mendonça Filho (2016 a 2018) e presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (Nascimento, 2020). O antecessor de Maria Helena Guimarães de Castro é Luiz Roberto Liza Curi.

Quadro 1 – Composição CNE 2018-2020	
Cargo	Membros
Presidente do CNE	Luiz Roberto Liza Curi
Câmara de Educação Básica	
Presidente	Ivan Cláudio Pereira Siqueira
Vice-presidente	Nilma Santos Fontanive
Membro nato	Kátia Cristina Stocco Smole
Conselheiros	Alessio Costa Lima; Aurina de Oliveira Santana; Eduardo Deschamps; Gersem José dos Santos Luciano; José Francisco Soares; Maria Helena Guimarães de Castro; Mozart Neves Ramos; Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti; Suely Melo de Castro Menezes
Câmara de Educação Superior	
Presidente	Antonio de Araújo Freitas Júnior
Vice-presidente	Joaquim José Soares Neto
Membro nato	Monteiro Vieira Braga Barone
Conselheiros	Antonio Carbonari Netto; Francisco César de Sá Barreto; José Loureiro Lopes; Luiz Roberto Liza Curi; Marco Antonio Marques da Silva; Maurício Eliseu Costa Romão; Paulo; Robson Maia Lins; Sérgio de Almeida Bruni; Yugo Okida

Quadro 1 Elaboração da autora com informações retiradas de (Movimento pela base, 2018). Os membros do CNE marcados com negrito nos quadros são, também, membros do Todos Pela Educação.

⁴ Currículo completo disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/pesquisador/13/maria-helena-guimaraes-de-castro>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

Quadro 2 – Composição CNE 2020-2021	
Cargo	Membros
Presidente do CNE	Maria Helena Guimarães de Castro
Câmara de Educação Básica	
Presidente	Suely Melo de Castro Menezes
Vice-presidente	Amábilé Aparecida Pacios
Membro nato	Mauro Luiz Rabelo
Conselheiros	Augusto Buchweitz; Fernando Cesar Capovilla; Gabriel Giannattasio; Ivan Cláudio Pereira Siqueira; Maria Helena Guimarães de Castro; Mauro Luiz Rabelo; Mozart Neves Ramos; Tiago Tondinelli; Valseni José Pereira Braga; Wiliam Ferreira da Cunha
Câmara de Educação Superior	
Presidente	Joaquim José Soares Neto
Vice-presidente	Marilia Ancona Lopez
Membro nato	Wagner Vilas Boas de Souza
Conselheiros	Alysson Massote Carvalho; Anderson Luiz Bezerra da Silveira; Aristides Cimadon; José Barroso Filho; Luiz Roberto Liza Curi; Marco Antonio Marques da Silva; Maurício Eliseu Costa Romão; Robson Maia Lins; Sérgio de Almeida Bruni

Quadro 2 Elaboração da autora com informações retiradas de (BRASIL, Ministério da Educação, 2016).

Uma análise comparativa entre os dois quadros permite dizer que há nove conselheiros que permanecem desde o mandato anterior, correspondendo que 75% do total dos membros não foram modificados: Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Joaquim José Soares Neto, Luiz Roberto Liza Curi, Maria Helena Guimarães de Castro, Maurício Eliseu Costa Romão, Mozart Neves Ramos, Robson Maia Lins, Sérgio de Almeida Bruni e Suely Melo de Castro Menezes. Dois deles são membros do Todos Pela Educação: Maria Helena Guimarães de Castro e Mozart Ramos. Ao levar novos nomes ao Conselho, Bolsonaro excluiu entidades que historicamente compunham o CNE como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) que, em conjunto, lançaram uma nota manifestando repúdio aos critérios do governo para compor o órgão consultivo:

O Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que até a formação atual tinham vagas no Conselho Nacional de Educação, vêm a público repu-

diar os critérios utilizados pelo Governo Federal para a nova composição do CNE. Ignorar as indicações das instituições responsáveis pela gestão dos sistemas públicos de educação e desconsiderar as representações de 27 redes estaduais e 5.568 redes municipais vai na contramão da instituição do Sistema Nacional de Educação (CONSED/UNDIME, 2020).

Ainda que haja necessidade de pesquisas visando aprofundar o caráter e a atuação das duas entidades, é possível indicar que elas são parceiras do Todos Pela Educação, posto que há intercâmbio de participação em eventos das três entidades e discussão sobre pontos como financiamento da educação, sistema nacional de educação, entre outros.

No Quadro 1, cinco pessoas eram abertamente membros do TPE, além dos dois já citados, Nilma Santos Fontanive, José Francisco Soares; Kátia Cristina Stocco Smole. Pudemos investigar, também, que Alessio Costa Lima e Eduardo Deschamps, mesmo sem serem membros efetivos do TPE, participavam de iniciativas do Partido da Educação (Todos Pela Educação, 2016; 2020d). A diminuição da quantidade de membros do Todos vem acompanhada de uma renovação do CNE que expressa uma guinada à extrema-direita do governo Bolsonaro. Podemos citar, à guisa de exemplos: Tiago Tondinelli, que foi chefe de gabinete do ex-ministro da pasta de Educação Ricardo Vélez Rodríguez, além de aluno de Olavo de Carvalho; Gabriel Giannattasio, professor associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que pesquisa o tema da diversidade ideológica nas universidades, chegando a convidar para palestrar em eventos na universidade ao “guru” de Bolsonaro, Olavo de Carvalho; e Amabile Aparecida Pacios de Andrade, defensora do Escola Sem Partido (Moura; Mariz, 2020). Entretanto, vale dizer que as agendas conservadoras e do TPE não são necessariamente excludentes, posto que ambos defendem, por exemplo, a parceria público-privada e a chamada meritocracia, mas divergem quando o tema é educação domiciliar e Escola Sem Partido^{5 6}.

Todos Pela Educação e a pandemia de Covid-19

Sem o Ministério da Educação e perdendo força dentro do Conselho Nacio-

⁵ A Frente Parlamentar Evangélica redigiu, em 2018, um “Manifesto à Nação” para explicitar o projeto que, segundo eles, guia a legislatura 2018-2022. O documento está disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>. Acesso em 29 de dez. de 2021.

⁶ Declarações publicadas pelo TPE ou dadas por seus representantes sobre os temas podem ser vistas em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/sobre-educacao-domiciliar/>>; <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/12/15/escola-sem-partido-como-projeto-para-o-bem-ou-mal-ja-impacta-a-educacao.htm>>. Acesso em 29 de dez. de 2021.

nal de Educação, o TPE buscou, ao longo da pandemia de Covid-19, reforçar sua estratégia de reivindicar para si a responsabilidade sobre o projeto de educação básica do Brasil (Herdade, 2020). Colocou-se, então, como um dos principais articuladores sobre como conduzir a educação na pandemia e no pós-pandemia e, conforme demonstrado por Herdade, sistematizou discussões presentes em duas notas técnicas. A primeira, de abril de 2020, intitulada *Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19: análise e visão do Todos Pela Educação sobre a adoção de estratégias de ensino remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais*, e a segunda, de maio do mesmo ano, *O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia covid-19: Contribuições do Todos Pela Educação para qualificar o debate público e apoiar os gestores frente ao futuro processo de reabertura das escolas*. A primeira nota, sem deixar de vislumbrar o retorno presencial, defende o ensino remoto como forma de minimizar os impactos negativos da pandemia para a educação e se estrutura a partir de quatro diretrizes:

Frente ao atual momento, soluções de ensino remoto podem contribuir e devem ser implementadas. Mas, considerando seu efeito limitado, é preciso cuidadosa normatização e, desde já, atenção ao planejamento de volta às aulas...Uma estratégia consistente para o ensino remoto é aquela que busca mitigar as condições heterogêneas de acesso e os diferentes efeitos de soluções a distância em função do desempenho prévio dos estudantes...Ensino remoto não é sinônimo de aula online. Há diferentes maneiras de estimular a aprendizagem a distância e, se bem estruturadas, atividades educacionais podem cumprir mais do que uma função puramente acadêmica...Mesmo a distância, atuação dos professores é central (Todos Pela Educação, 2020a, p. 5).

A segunda nota acrescenta as seguintes diretrizes:

As escolas irão se deparar com desafios que só poderão ser enfrentados com o apoio de outras áreas...Não será uma retomada de onde paramos – o retorno exigirá um plano de ações em diversas frentes e demandará intensa articulação e contextualização local...As respostas ao momento atual podem dar impulso a mudanças positivas e duradouras nos sistemas educacionais (Todos Pela Educação, 2020b, p. 2).

Tratando de diversos temas, tais como impactos emocionais nos estudantes e nos profissionais de educação, evasão escolar, retorno gradual com precauções com saúde, avaliação diagnóstica, etc., chama atenção a terceira mensagem, principalmente o seu desdobramento relacionado à tecnologia como aliado, in-

clusive no pós-pandemia. Isso porque foi lançado, em meio à pandemia, a Coalizão Global de Educação, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO). Seu objetivo é de propulsionar, no curto prazo, a utilização de tecnologias de aprendizagem remota (por meio da concessão de serviços gratuitos durante o período da pandemia) e, no longo prazo, consolidar o uso de tecnologias de educação nos sistemas regulares de ensino (Colemarx, 2020, p. 13).

Além dos dois documentos citados por Herdade (2020), identificamos um terceiro, lançado em dezembro de 2020 com foco nas escolas municipais. O *Educação Já Municípios*: recomendações para o plano de reabertura das escolas nas novas gestões municipais, busca atingir os prefeitos eleitos nas eleições realizadas em novembro de 2020 para o executivo municipal. Abordando os principais impactos da pandemia na educação básica, do ponto de vista do Todo Pela Educação, o encarte traz 25 medidas para “um retorno adequado” a partir de três eixos: 1) retorno seguro às atividades presenciais, que “apresenta medidas necessárias para que a reabertura das escolas seja segura do ponto de vista da saúde pública, construídas com base em recomendações de organizações especializadas na área” (Todos Pela Educação, 2020c, p.10); 2) atendimento a todos que “trata de ações para que todas as crianças e os jovens estejam no sistema educacional, recebendo o suporte social e emocional adequado (*Ibidem*); 3) organização pedagógica em prol da aprendizagem que “aborda questões relacionadas aos elementos pedagógicos que terão que ser desenhados ou redesenhados para garantir que todos os alunos tenham acesso aos seus direitos de aprendizagem” (*Ibidem*).

Outra iniciativa dentro da estratégia supracitada foi o projeto *Educação que dá certo*, lançado em outubro de 2020 para, de acordo com o site do TPE, mapear, analisar e compartilhar políticas públicas adotadas por diferentes redes de ensino do país “com base em evidências e foco na melhoria da Educação Básica” (Todos Pela Educação, 2021). Ainda de acordo com o Todos, o projeto tem quatro objetivos: “tangibilizar as propostas técnicas do Todos Pela Educação; mostrar que há boas políticas públicas sendo feitas; valorizar os gestores e as secretarias que implementam boas práticas; e influenciar a tomada de decisão dos gestores públicos” (*Ibidem*). Assim, o primeiro passo da iniciativa foi levantar informações nas secretarias estaduais de educação e na imprensa sobre ensino híbrido, busca ativa, acolhimento e avaliação/recuperação de aprendizagem. Os temas selecionados pelo Partido da Educação são aqueles que recomendam observar a curto prazo para diminuir os impactos da pandemia na educação básica. A pesquisa da entidade identificou sete redes estaduais que se adequaram aos parâmetros dos temas: Amazônia, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (*Ibidem*).

Como resultado do projeto, podemos citar a série de reportagens *Tem no-*

tícia boa na Educação Pública na CNN Brasil⁷ e, também, reportagens produzidas por outros veículos de imprensa, notadamente a TV Globo e a Rádio CBN. Além dos produtos para os grandes meios de comunicação, identificamos o programa *Lições que ficam*, série de cinco episódios de podcast ligado ao perfil do Todos Pela Educação. A série busca demonstrar “boas práticas” de educação durante a pandemia. O primeiro e o quarto episódios tratam da busca ativa, primeiro no Maranhão e depois no Ceará. O segundo e o quinto debatem o sistema híbrido no Paraná e em Minas Gerais. E o terceiro versa sobre avaliação diagnóstica em Pernambuco. É interessante notar que nos cinco episódios os analistas são sujeitos organizados no Todos Pela Educação, como Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo; Ivan Gontijo, coordenador de projetos; Lucas Hoogerbrugge, líder de Relações Governamentais; Priscila Cruz, presidente-executiva; Gabriel Corrêa, líder de Políticas Educacionais (Todos Pela Educação, 2021).

O movimento empreendido pelo Partido da Educação durante a pandemia demonstra, por um lado, uma de suas estratégias desde os tempos iniciais: o de se colocar como o sujeito coletivo, por excelência, especialista da educação no Brasil. Por outro lado, percebemos a saída de quadros do movimento do Estado restrito no governo Bolsonaro. Assim, essa iniciativa das diretrizes para a educação em tempos de pandemia ocorre em um momento de perda de sua hegemonia frente à sua relação íntima com o governo federal.

Considerações finais

A pesquisa aqui empreendida verificou uma mudança na relação entre o Todos Pela Educação e o Estado brasileiro, principalmente após a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, mais notadamente uma perda de espaço do Todos no Ministério da Educação e em seu órgão formulador, o CNE. Aqui, fizemos uma análise do ponto de vista quantitativo. Um aprofundamento qualitativo das resoluções e pareceres do Conselho neste mesmo recorte temporal é fundamental.

É importante também destacar que o Todos Pela Educação pauta o debate público brasileiro atual, então, a perda de espaço no Conselho não significa necessariamente uma perda de expressão no cenário nacional, tanto pela sua estratégia de comunicação na chamada grande mídia, quanto pela organicidade do Partido da Educação em prefeituras, secretarias estaduais de educação e em outras organizações da sociedade civil. Além disso, as principais pautas do TPE (como a Base Nacional Comum Curricular e a Contrarreforma do Ensino Médio) já são hoje políticas públicas em vigor. A mudança apontada por nossa pesquisa

⁷ Os vídeos estão disponíveis no *site* do TPE e podem ser assistidos por este link: <<https://todos-pelaeducacao.org.br/educacao-que-da-certo/>>. Acesso em 03 de out. de 2021.

visa apontar para o futuro, posto que ela pode significar uma reorientação das diretrizes e do projeto educacional do TPE para a educação pública no Brasil.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação, s/d. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/cne-quem-e-quem>>. Acesso em 26 de jan. de 2021.
- BOLSONARO, J. O Caminho da Prosperidade: Proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- COLEMARX. *Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social*: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas, 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-vers%C3%A3o-final-b-1.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- CONSED/UNDIME, *Nota de repúdio*: critérios do governo para composição do CNE, 10/07/2020. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2434>. Acesso em 29 de dez. de 2021.
- ESCOLHA de Bolsonaro para Educação causa crise com bancada evangélica. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/escolha-de-bolsonaro-para-educacao-causa-crise-com-bancada-evangelica.shtml>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. 2ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- HERDADE, L. “Todos pela Educação? Classe dominante e poder frente à pandemia”. In: LAMOSA, Rodrigo (org). *Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada*. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020, p.47-53. Disponível em: <https://liepe.amandy.com.br/assets/data/files/Classe_dominante_e_educacao_em_tempos_de_pandemia_uma_tragedia_anunciada4.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- LAMOSA, R. “A nova ofensiva do capital na América Latina: Todos Pela Educação?” In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

- MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. (2018). “Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento “Todos Pela Educação””. *Revista Portuguesa De Educação*, 31(1), 4–20, 2018. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>>. Acesso em 20 de maio de 2021.
- MOURA, J.; MARIZ, R. “Presidente nomeia bolsonaristas e olavistas para Conselho Nacional de Educação”. *Jornal O Globo*. 2020 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/presidente-nomeia-bolsonaristas-olavistas-para-conselho-nacional-de-educacao-1-24525514>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- MOVIMENTO PELA BASE. *Conheça a nova composição do CNE*, 2018 Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/acontece/conheca-nova-composicao-do-cne>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- NASCIMENTO, L. “Professora Maria Helena Guimarães de Castro assume CNE”. *Agência Brasil*. 07/10/2020 Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/professora-maria-helena-guimaraes-de-castro-assume-cne>>. Acesso em 23 de maio de 2021.
- PASSARINHO, N. “Eleições 2018: As falhas nos programas de Bolsonaro e Haddad, segundo especialistas em educação”. *BBC* 2018 Disponível: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45904146>>. Acesso em 19 janeiro de 2022.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- TEXIER, J. “Sociedade civil” In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário Gramsciano* (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017, p. 734.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação Já: uma agenda para o Brasil, s/d. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/educacao-ja/#:~:text=Criado%20em%202018%2C%20o%20Educa%C3%A7%C3%A3o,concretas%20em%20sete%20temas%20estruturantes>>. Acesso em 19 janeiro de 2022.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação Já – um salto de qualidade e equidade na educação, 2020e*. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-mais-educacao-ja/>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação em Pauta – Educação Infantil – Alessio Costa Lima*, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GstryO19p3g>>. Acesso em 19 Janeiro 2022.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Diálogos #Educaçãojá: O que os candidatos à presidência pensam sobre educação, 2018a*. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/dialogos-educacao-ja-candidatos-presidencia-pensam-sobre-educacao/>>. Acesso em 21 de maio de 2021.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Planos de governo x educação já, conheça propostas dos candidatos, 2018b*. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/planos-de-governo-x-educacao-ja-conheca-propostas-dos-candidatos/>>. Acesso em 19 janeiro 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Ensino a distância na educação básica frente à pandemia covid-19: análise e visão do Todos Pela Educação sobre a adoção de estratégias de ensino remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais*, 2020a. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/todos_pela_educacao/nota_tecnica_ensino_a_distancia_todospelaeducacao_covid19.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19: Contribuições do Todos Pela Educação para qualificar o debate público e apoiar os gestores frente ao futuro processo de reabertura das escolas*, 2020b. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/433.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação já municípios: recomendações para o plano de reabertura das escolas nas novas gestões municipais*, 2020c. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/12/Recomendacoes_VoltaasAulas_TodosPelaEducacao_dez2020.pdf>. Acesso em 03 de out. de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Webinário com CNE discute regulação e gestão educacional durante a pandemia*, 2020d. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/webinario-com-cne-discute-regulacao-e-gestao-educacional-durante-pandemia/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Lições que ficam da pandemia na educação pública*, 2021. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/licoes-que-ficam-da-pandemia-na-educacao-publica/>>. Acesso em 03 de out. de 2021.

VENTURA, J. “A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores”. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (org.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Líber, Rio de Janeiro: Eduff, 2011, p. 57-97.

VIEIRA, S.; FARIAS, I. de. *Política Educacional no Brasil: Introdução Histórica*. Brasília: Liber Livro, 2007.

Recebido em 6 de outubro de 2021

Aprovado em 5 de janeiro de 2022

Caminhos para a crítica do Estado burguês: a questão da sociedade civil em Marx e Gramsci

Paths to the criticism of the bourgeois State: the question of civil society in Marx and Gramsci

Anderson Tavares*

Resumo

A partir da questão da relação entre Estado e sociedade civil, Marx e Gramsci desenvolveram caminhos distintos na crítica à sociedade burguesa do seu tempo. Apesar dessa diferença, mobilizada para afastar teoricamente os autores, ambos se localizam na crítica à distinção formal entre Estado e sociedade civil. Karl Marx tem como um dos pontos iniciais das suas reflexões a crítica da filosofia do direito de Hegel que avança para uma ruptura com a escola hegeliana. Esses estudos foram sucedidos pela análise da estrutura econômica, questão que ocupou a maior parte dos esforços teóricos de Marx. Antônio Gramsci, atribuindo outras determinações à noção de sociedade civil, interpretou a dominação burguesa do início do século XX através de categorias como Estado integral e hegemonia.

Palavras-chave: Estado, sociedade civil, hegemonia.

Abstract

Based on the question of the relationship between State and civil society, Marx and Gramsci developed different paths in the critique of the bourgeois society of their time. Despite this difference, mobilized to theoretically distance the authors, both are located in the critique of the formal distinction between State and society. One of the starting points of his reflections is Karl Marx's critique of Hegel's philosophy of right, which advances towards a break with the Hegelian school. These studies were followed by the analysis of the economic structure, an issue that occupied most of Marx's theoretical efforts. Antônio Gramsci, attributing other determinations to the notion of civil society, interpreted the bourgeois domination of the beginning of the 20th century through categories such as the integral state and hegemony.

Keywords: State, civil society, hegemony.

* Mestre e Doutor em História pelo PPGH-UFF. Atualmente é professor de história do Ensino Básico na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. E-mail: tavares.sg@gmail.com

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos da crítica ao Estado em Karl Marx e Antônio Gramsci. Para ambos os autores a noção de sociedade civil foi um ponto de partida, porém sob questões distintas. Enquanto em Marx esse conceito se aproximou das formas de produção e reprodução da vida social, para Gramsci ocupou papel de destaque na compreensão das formas de organização da vontade coletiva e no tema da hegemonia. Porém, em ambos esteve vinculado à crítica do Estado e do poder na sociedade burguesa.

A Crítica ao Estado/Sociedade civil em Marx

Norberto Bobbio foi um dos primeiros a identificar uma distinção importante nos conceitos de sociedade civil em Karl Marx e em Antônio Gramsci. No *Simpósio Internacional de Estudos Gramscianos*, de 1967, o autor sustentou que enquanto em Marx a sociedade civil corresponde à “estrutura” econômica, em Gramsci ela corresponde a uma dimensão “superestrutural” (Bobbio, 1982, p. 32). A partir dessa distinção, o conceito de sociedade civil, sob uma suposta abordagem gramsciana, passou a ser frequentemente mobilizado desconectado do conjunto teórico formulado pelo autor italiano.

A origem do conceito de sociedade civil se encontra no jusnaturalismo, onde possui diferentes apreensões no pensamento político europeu. O debate inaugurado por Bobbio foi compartilhado e criticado por diferentes analistas. Dentre eles, o intelectual brasileiro Carlos Nelson Coutinho concorda com a máxima, mas ressalta que não é possível concluir daí que Gramsci desloque a centralidade explicativa da realidade histórica da “infraestrutura” para a “superestrutura”, como supõe Bobbio (Coutinho, 1981, p. 88).

No trabalho de edição dos *Cadernos do Cárcere* no Brasil, Coutinho faz referência às anotações de Gramsci nos exercícios de tradução, que compõem os *Cadernos*, ao verter a noção marxiana pelo equivalente à “sociedade burguesa”, indicando um sentido diverso entre seu uso e o de Marx (Coutinho, 2017, pp. 9-10). A partir dessa indicação importante, vamos analisar algumas passagens em Marx no intuito de compreender o papel dessa categoria na evolução da sua crítica ao Estado.

O conceito de sociedade civil aparece nos estudos de Marx na crítica à interpretação hegeliana sobre o Estado. O ponto de partida é a crítica à maneira como Hegel concebe a articulação entre os aspectos jurídicos e institucionais do Estado e a sociedade civil. Consciente que a explicação do Estado não se encontrava unicamente no próprio objeto, Karl Marx deslocou sua investigação para a materialidade econômica na qual se assenta o conjunto da sociedade, conforme veremos adiante (Marx, 2008, pp. 45-50).

A movimentação original de Marx, em relação à filosofia hegeliana, definiu

a formação do materialismo histórico e dialético como ferramenta analítica ao preservar os elementos da lógica dialética mas criticar profundamente o idealismo na interpretação do Estado. Nesse sentido, a identificação do Estado como uma totalidade contraditória quando da análise dos diferentes poderes (articulação da parte com o todo, por exemplo) foram observações fundamentais incorporadas à análise marxiana do Estado.

Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, ainda como democrata radical influenciado por Jean Jacques Rousseau, Marx (2010) observa que a liberdade concreta da sociedade civil em relação ao Estado se daria apenas com a identidade entre os interesses particulares e o interesse geral (Enderle, 2010). Aqui, ainda é incipiente em Marx a concepção de luta de classes que atravessará o conjunto de sua obra. Nesse sentido, afirma: “O fato é que o Estado se produz a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e dos membros da sociedade civil” (Enderle, 2010, p. 31). Diferentemente do jusnaturalismo inglês, o Estado não é analisado em contraposição aos indivíduos isolados, mas à sua disposição em grupos como a “família” e a “sociedade civil”.

O conceito de sociedade civil é o da análise hegeliana que o articula ao interesse particular das “corporações” e “estamentos” (Marx, 2010, pp. 60-61). Na crítica a essa concepção, Marx contrapõe sociedade civil e burocracia de Estado, ambos como “corporações” com interesses particulares apesar de o interesse geral estar formalmente vinculado à burocracia de Estado.

Hegel parte da separação entre “Estado” e sociedade “civil”, entre os “interesses particulares” e o “universal que é em si e para si”, e a burocracia está, de fato, baseada nessa separação. Hegel parte do pressuposto das “corporações” e, de fato, a burocracia pressupõe as “corporações”, ao menos o “espírito corporativo”. Hegel não desenvolve nenhum conteúdo da burocracia, mas apenas algumas determinações gerais de sua organização “formal” e, certamente, a burocracia é apenas o “formalismo” de um conteúdo que está fora dela. As corporações são o materialismo da burocracia e a burocracia é o espiritualismo das corporações. *A corporação é a burocracia da sociedade civil; a burocracia é a corporação do Estado.* Por isso, na realidade, ela se defronta, na condição de “sociedade civil do Estado”, com o “Estado da sociedade civil”, com as corporações. Lá onde a “burocracia” é um novo princípio, onde o interesse universal do Estado começa a se tornar para si um interesse “a parte” e, com isso, “real”, ela luta contra as corporações como toda consequência luta contra a existência de seus pressupostos. Em contrapartida, tão logo a vida real do Estado desperta e a sociedade civil se liberta das corporações a partir de um impulso racional, a burocracia procura restaurá-las, pois, desde o

momento em que cai o “Estado da sociedade civil”, cai também a “sociedade civil do Estado”. [...] A corporação é a tentativa da sociedade civil de se tornar Estado; mas a burocracia é o Estado que se fez realmente sociedade civil (Marx, 2010, pp. 64-65).

A crítica de Marx está concentrada nas diferentes formas de organização de interesses de grupos que perpassa a sociedade civil e o Estado. Se o conteúdo da burocracia de Estado está fora do corpo de funcionários públicos, ele está contido na sociedade civil, isto é, nas corporações. Por outro lado, a cristalização de interesses particulares no seio do Estado consolida a oposição entre este e a sociedade civil, ao contrário da noção de “razão de Estado” como base para a identificação da política de Estado com o interesse geral, presente no texto hegeliano.

A oposição entre Estado e sociedade civil está, portanto, consolidada; *o Estado não reside na sociedade civil, mas fora dela*; ele a toca apenas mediante seus “delegados”, a quem é confiado a “gestão do Estado” no interior dessas esferas. Por meio destes “delegados” a oposição não é suprimida, mas transformada em oposição “legal”, “fixa”. O “Estado” é feito valer, como algo estranho e situado além do ser da sociedade civil, pelos deputados deste ser contra a sociedade civil. A “polícia”, os “tribunais” e a “administração” não são deputados da própria sociedade civil, que neles e por meio deles administra o seu próprio interesse universal, mas sim delegados do Estado para administrar o Estado contra a sociedade civil (Marx, 2010, p. 69; grifos nossos).

A oposição se destaca na forma como se relacionam Estado e sociedade civil, pois “a participação da sociedade civil no Estado político mediante *deputados* é precisamente a *expressão* de sua separação e de sua unidade somente dualística” (Marx, 2010, p. 133).

Quando Marx faz a síntese desse período de acerto de contas com Hegel decide publicar, em 1844, nos Anais Franco-alemães, apenas o que chamou de “Introdução” ao estudo sobre a filosofia do direito de Hegel em conjunto com *Sobre a questão judaica*, trabalho em que avança na crítica da cidadania. A *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, texto de 1843, ficou inconcluso, vindo a público pela primeira vez apenas em 1927 na edição das obras completas de Marx e Engels (Enderle, 2010, p. 17, nota 19).

Na “Introdução” de 1844, Marx é inspirado pela crítica de Feuerbach à religião assumida como crítica ao Estado e à sociedade alemãs. Existe também uma sinalização do avanço das reflexões marxianas com relação às classes sociais, ainda próxima à noção de estamento, mas já incorporando a complexidade das diferenças econômicas na sociedade civil. Nesse sentido, Marx dirigia a crítica à

burguesia alemã que não acompanhou o papel revolucionário da burguesia de países como França e Inglaterra. Por isso, o autor afirma que não há “classe” na “sociedade civil” que possa incorporar o interesse geral naquele período histórico.

Onde se encontra, então, a possibilidade positiva de emancipação alemã? Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, *de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil*, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência [...]. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado (Marx, 2010, p. 156).

A formulação expressa justamente a ausência de participação política formal do proletariado naquela época. Por isso, ele não compõe a “sociedade civil” como interesse particular representado no Estado, mas compõe a complexidade da sociedade burguesa moderna. Para Marx, é o proletariado que pode incorporar o “interesse geral” da “sociedade civil” justamente por não estar nela representado formalmente. Destaca-se também a ideia de “exploração política de todas as esferas da sociedade no interesse de sua própria esfera”, isto é, o domínio que implica a subordinação dos interesses gerais da sociedade aos interesses de uma classe particular.

É importante ressaltar que diversos trabalhos de Marx e Engels não chegaram a ser originalmente publicados, cumprindo a função fundamental de servir ao “próprio esclarecimento” dos autores. Em *A ideologia Alemã*, outro trabalho não publicado na época em que foi escrito, Marx e Engels aprofundam a crítica aos jovens hegelianos estabelecendo aspectos essenciais da sua concepção materialista da História.

A compreensão de sociedade civil aparece com as características que definem a virada nos estudos em direção à Economia Política. Em um trecho destacado dos rascunhos inacabados, afirmam que:

A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado. A palavra sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A so-

cidade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista (Marx; Engels, 2007, p. 74).

Esta passagem define a articulação da sociedade civil com a vida material e produtiva e, historicamente, com o desenvolvimento da burguesia enquanto classe dominante. Porém, tal definição não pode ser compreendida isoladamente de outros aspectos da realidade social. Vale destacar, nesse sentido, que é justamente na discussão sobre a “ideologia alemã” que Marx e Engels articulam vida material com a produção e propagação das ideias.

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (Marx; Engels, 2007, p. 42).

Aqui a sociedade civil é base para a explicação dos fenômenos da consciência social a partir da qual Marx busca compreender a estruturação social das ideias. Dessa forma, textos como *A Ideologia Alemã* são fundamentais para a compreensão da dimensão e do processo de formação do conjunto teórico de Marx e de Engels, muitas vezes, interpretado apenas a partir de seus trabalhos de ampla divulgação ou de síntese como o *Manifesto Comunista*, de 1848, ou o *Prefácio de 1859*.

O *Manifesto Comunista* é geralmente usado como exemplo pelos críticos para sustentar a existência de uma *concepção instrumental de Estado*¹ na origem do marxismo, segundo a qual o Estado é manipulado pelas classes dominantes. No *Prefácio* de 1859 se encontra a famosa formulação da articulação entre “estrutura” e “superestrutura” que costuma ser interpretada como base para o suposto

¹ Dentre os que atribuem a Marx a concepção instrumental de Estado figura Schwartzman (2007, p. 89).

determinismo econômico no marxismo (Marx, 2008, pp. 45-50). Esse texto tem uma função importante na evolução do pensamento de Marx, pois sintetiza suas posições sobre a crítica da sociedade civil e do Estado desde o trabalho sobre Hegel em 1843.

As relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de “sociedade civil” (Marx, 2008, p. 46).

Nesta passagem, a sociedade civil, origem das formas de Estado e relações jurídicas, corresponde às “condições materiais de existência”. Assim, a “anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”. E sintetiza:

A totalidade das relações de produção [em dado desenvolvimento das forças produtivas] constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (Marx, 2008, p. 46).

Dessa passagem, estabeleceu-se uma distinção formal da dupla estrutura/ superestrutura desarticulando-a, em primeiro lugar, da crítica à dualidade Estado/sociedade civil originária do pensamento liberal, e, em segundo lugar, da categoria fundamental de *luta de classes*. Exposta no *Manifesto Comunista* de 1848 e nas análises de conjuntura desse período, a luta de classes não pode ser segregada à esfera da estrutura ou da superestrutura, pois corresponde ao conjunto da realidade social. Como vimos em Bobbio, a suposição de deslocamento do conceito de sociedade civil “da estrutura para a superestrutura” no texto gramsciano pressupõe a distinção entre tais aspectos. A seguir, veremos o conteúdo particular que o autor italiano busca incorporar à noção de sociedade civil.

Estado Integral e Hegemonia em Gramsci

No século XX, a partir das lutas dos partidos social-democratas e comunistas, a análise marxista ganha novos objetos, tratamento de questões de método e de filosofia, assim como o aprofundamento de problemas anteriores. A nova etapa do capitalismo expressa nos monopólios e no acirramento da disputa pelo domínio colonial, além do impacto devastador da Primeira Guerra Mundial, colocam novos problemas para o movimento internacional dos trabalhadores. Nesse sentido, a análise marxista do Estado teve duas contribuições fundamentais

e igualmente vinculadas à luta política da classe trabalhadora: as formulações de Vladimir Lênin (1979; 2017) sobre o *imperialismo*, a necessidade de demolição do aparelho de Estado burguês nos contextos revolucionários e as possibilidades de construção do socialismo a partir do advento da Revolução Russa; e a obra de Antônio Gramsci que, derivada da derrota da revolução proletária na Europa², expressou-se teoricamente nas formulações do *Estado integral* (sociedade política + sociedade civil), da *hegemonia*, na questão dos intelectuais, entre outras categorias importantes.

O contexto carcerário em que escreveu determinou o caráter não finalizado dos textos de Antônio Gramsci. Alguns aspectos devem ser considerados no estudo da obra carcerária do autor italiano. Os “cadernos especiais” ou textos “C”, na classificação de Valentino Guerratana³, apesar de serem textos de segunda redação não se tratavam de trabalhos definitivos. Além disso, a maior parte dos textos carcerários é composta pelos chamados “cadernos miscelâneos” que reúnem escritos de redação única ou primeira redação, estes que reaparecem nos “cadernos especiais”. Tais textos são fontes importantes do percurso da reflexão gramsciana, de suas conexões e aspectos que não ficaram expressos nas sínteses dos cadernos especiais⁴.

O levantamento das páginas a seguir, em torno de alguns conceitos trabalhados nas notas dos cadernos de Gramsci, tem o objetivo de destacar uma determinada leitura de sua obra a partir dos seus vínculos com o movimento comunista internacional e o pensamento marxiano, conseqüentemente recusando algumas das interpretações difundidas.

Logo no primeiro caderno, na nota “Hegel e o associacionismo”, escrita entre 1929 e 1930, Gramsci apresenta a noção de sociedade civil inspirada na noção hegeliana de “trama privada do Estado”, isto é, o conjunto de associações e clubes que atuaram na Revolução Francesa. Na mesma nota, o conceito se articula à concepção de Estado, integrado à sociedade civil, que “tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais,

² O reflexo da onda revolucionária russa pela Alemanha, Itália, França, Hungria etc. é apontado como o fator que possibilitou o fim do ataque contra a Rússia soviética, assim como a conquista de amplas vitórias pelo movimento operário em diversos países como a derrubada das monarquias, a ampliação do sufrágio eleitoral e a jornada de 8 horas de trabalho. Ver: Abendroth, 1977, pp. 73-80.

³ A edição crítica dos Cadernos do Cárcere foi coordenada por Valentino Guerratana. Ela começou a ser planejada a partir de, pelo menos, 1962, e sua publicação ocorreu em 1975 (Coutinho, 2017, p. 21). Quando fizermos referências à edição crítica dos *Cadernos do Cárcere* nos remeteremos à tradução em língua espanhola (Gramsci, 1999).

⁴ A organização da edição brasileira conduzida por Carlos Nelson Continho privilegiou os cadernos especiais estabelecendo a partir deles, mas com alguma arbitrariedade, a disposição das notas dos cadernos miscelâneos. Essa disposição favorece, por vezes, uma leitura parcial do autor. Dada a dispersão do texto gramsciano, o “índice analítico” detalhado, tal como elaborado na edição organizada por Valentino Guerratana, é fundamental para o estudo das notas “miscelâneas”. Na edição brasileira a opção foi por um “Índice dos Principais Conceitos”. Útil, porém mais genérico que a citada edição crítica.

que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (Gramsci, 2011, p. 117). Aqui, Gramsci já apresenta uma modificação importante em relação ao conceito de sociedade civil hegeliano: a sua articulação com o Estado no exercício do consenso.

Ao final da nota, Gramsci aponta o limite das experiências históricas de HegeleMarx assinalando, portanto, a necessidade de agregar novas determinações às categorias de Estado/sociedade civil a partir das suas experiências históricas não apenas dos sindicatos e partidos de massa, como indica Coutinho (1981), mas de um tipo de dominação burguesa exercido também com o apoio das entidades voluntárias da sociedade civil. Mais adiante, no Caderno 6 (1930-1932), Gramsci reafirma o sentido de sociedade civil próximo à noção hegeliana mas, desta vez, vinculada à “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (Gramsci, 2011, p. 225).

Para Gramsci, a sociedade civil se articula ao Estado e constitui momento fundamental do processo de *hegemonia*. Antes de avançarmos nesta categoria, nos parece importante identificar o lugar da “estrutura” para Gramsci, já que ao conceito de sociedade civil o autor italiano agregou um conteúdo diverso do contido em Marx. Vejamos a passagem do Caderno 10 (1932-1935):

Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado “queira” fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica. Esperar que, através da propaganda e da persuasão, a sociedade civil se adapte à nova estrutura, que o velho *homo oeconomicus* desapareça sem ser sepultado com todas as honras que merece, é uma nova forma de retórica econômica, uma nova forma de moralismo econômico vazio e inconsequente (Gramsci, 2017, p. 259).

Nessa passagem, associada ao processo de transformação na esfera produtiva, a sociedade civil aparece como esfera de mediação entre a estrutura econômica e o Estado, ao mesmo tempo em que o Estado “é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica”. Dessa forma, Gramsci não pode ser considerado um teórico das superestruturas pois identifica uma unidade e necessária articulação entre estrutura/superestrutura.

Do ponto de vista do método, podemos observar na nota 18 do Caderno 7 uma demonstração de como Gramsci concebe o marxismo, ao estabelecer as conexões entre seus “elementos constitutivos”: a economia (teoria do valor), a filosofia (a práxis, “isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a

estrutura econômica”) e a política (relação entre Estado e sociedade civil) (Gramsci, 2011, p. 183).

Por outro lado, é importante destacar que a autonomia da política é tema central nas análises gramscianas sobre Maquiavel, considerando-a uma “primeira dimensão” da superestrutura “na fase imediata de mera afirmação voluntária” até a formação do conceito de bloco histórico, unidade entre a estrutura e a superestrutura (Gramsci, 2011, pp. 26-27).

Como filósofo da práxis, Gramsci está interessado no modo como ocorre o processo de dominação política no seu tempo histórico, chegando à questão da materialidade do Estado e da sociedade civil a partir dos seus “aparelhos”. Em nota do Caderno 15 (1933), afirma que o Estado é “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci, 2011, p. 331). Observa-se que é na análise da materialidade do *Estado integral* ou *ampliado*⁵ e na execução de suas atividades práticas que Gramsci localiza as formas de dominação do seu tempo: a *hegemonia*.

Na nota 136, do Caderno 6 (1930-32), *Organização das sociedades nacionais*, Gramsci aprofunda a compreensão dos aparelhos da sociedade civil:

Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo (Gramsci, 2011, p. 253).

Nessa passagem, o conceito de sociedade civil (multiplicidade de sociedades particulares) possui uma dupla dimensão, natural/contratual e voluntária. Sob conteúdo diverso da noção hegeliana (família e corporações), mas ainda articulado à máxima contratualista. O exercício da hegemonia também ocorre por meio do “aparelho hegemônico” de um grupo social sobre o conjunto da sociedade civil. O Estado como “aparelho governamental-coercitivo” tem na sociedade civil sua “base” voluntária através dos aparelhos “privados” de hegemonia.

Vale destacar que, ao longo dos *Cadernos*, Gramsci utiliza, em sentidos semelhantes, as noções de *aparelho hegemônico* e de *aparelho “privado” de hegemonia* (APH). Na passagem anterior, porém, parece indicar “aparelho hegemônico” como uma parte da sociedade civil sobre o seu conjunto. Enquanto a noção de APH aparece como sinônimo de sociedade civil: “por ‘Estado’ deve-se entender,

⁵ Ver: Buci-Glucksmann, 1980, pp. 97-102.

além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (Gramsci, 2011, pp. 254-255).

Gramsci considera o aparelho de Estado em articulação com o conjunto de APH’s. Nesse sentido, no Caderno 6, Gramsci se refere à hegemonia através dos aparelhos estatais, contrariando aqueles que tendem a opor o Estado, como aparelho de coerção, à sociedade civil, lócus do exercício do consenso.

Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo). *Naturalmente, os três poderes são também órgãos da hegemonia política, mas em medida diversa: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3) Governo.* Deve-se notar como causam no público impressão particularmente desastrosa as incorreções da administração da justiça: o aparelho hegemônico é mais sensível neste setor, ao qual também podem ser remetidos os arbítrios da polícia e da administração política (Gramsci, 2011, pp. 235-236).

Sobre esta passagem, no verbete “aparelho hegemônico”, do “Dicionário Gramsciano”, Guido Liguori (2017, pp. 44-45) afirma que o “aparelho hegemônico está ligado à articulação estatal propriamente dita”. Por outro lado, é possível apreender que os aparelhos de Estado contribuem para o exercício da hegemonia ou, mais exatamente, podemos examinar qual a *contribuição do aparelho estatal para o exercício da função hegemônica*, sob a articulação Estado/sociedade civil.

Gramsci desenvolve a ideia de *hegemonia* através do aparelho governamental-coercitivo do Estado que pode ser observado, por exemplo, na independência formal entre os poderes que atua como fator de unidade do Estado, essencial para o exercício da dominação/direção. Dessa forma, é preciso destacar, novamente, que Gramsci não compreendia uma divisão rígida entre o Estado, como terreno da coerção, e a sociedade civil, como esfera da hegemonia.

A ideia de “função hegemônica” aparece em diferentes contextos nas notas miscelâneas. No Caderno 5, na nota 127, sobre Maquiavel, o partido político, o “príncipe moderno”, “exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na ‘sociedade civil’, mas de tal modo esta se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa” (Gramsci, 2011, p. 222).

Novamente, no Caderno 7, Gramsci associa função hegemônica à direção política dos partidos. Cabe a eles a assimilação voluntária de “regras que no Estado são obrigações legais”. “Nos partidos, a necessidade já se tornou liberdade. [...] Os partidos são escolas da vida estatal” (Gramsci, 2011, p. 267). Na nota

21, do Caderno 17, a função hegemônica aparece relacionada à república antiga romana em oposição ao *cesarismo* que estava associado às classes com funções imperiais (militares, burocratas, etc.) (Gramsci, 2011, pp. 342-343).

Na discussão sobre o regime parlamentar francês, Gramsci apresenta a formulação mais acabada de hegemonia, no Caderno 13:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de *certas situações de difícil exercício da função hegemônica*, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (Gramsci, 2011, pp. 92-93).

A noção de *hegemonia* como forma de dominação/direção que combina coerção e consenso aparece de modo preciso, a partir da situação histórica francesa anterior à primeira guerra, correspondendo a variados graus de relação entre as forças sociais, os partidos e o regime político. Essa situação se altera com a Guerra de 1914-1919: “No período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório”, pois “todo o organismo político está corrompido pelo esfacelamento da função hegemônica”. A dificuldade no exercício da *hegemonia* decorre da fragilidade dos organismos da sociedade civil que operam como sustentação material da *função hegemônica*, que também depende, por outro lado, dos aparelhos de governo no Estado restrito, sem o qual não pode ser exercida.

Os diferentes usos da noção de “função hegemônica” revelam que, assim como em outros casos, não se tratou de um conceito fechado que possamos assimilar sem cotejar com as demais categorias elaboradas por Gramsci. Nesse sentido, nos parece haver uma articulação entre “função hegemônica” e “organismo político” existindo uma dependência deste para o exercício da hegemonia. Por organismo político devemos compreender os diversos aparelhos coercitivos e hegemônicos do Estado (órgãos e instituições) e da sociedade civil (entidades, associações, sindicatos etc.).

No estudo do *americanismo*⁶, Gramsci aponta dois aspectos fundamentais para compreensão das transformações do Estado no início do século XX: a articulação da hegemonia com a produção e o crescente papel econômico do Estado como resultado da crise econômica de 1929. Gramsci estabelece debate com os teóricos do corporativismo e argumenta sobre as contradições desta teoria com a assimilação efetiva de todos os aspectos do americanismo na Itália.

Dado que existiam [na América] essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (Gramsci, 2015, pp. 239-240).

A hegemonia está diretamente vinculada ao processo produtivo e à capacidade econômica existente nos Estados Unidos de racionalização da produção e do trabalho. Dentre os fatores de consenso estão os “altos salários” e os “benefícios sociais” que foram implementados como elemento de coesão combinado com formas de repressão ao movimento operário.

Quanto ao papel do Estado na economia, Gramsci observa o desenvolvimento de funções específicas de suporte ao processo produtivo, tais como a concentração e distribuição da poupança através dos títulos do Estado e do crédito público.

O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa (holding estatal) que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo [...]. O surgimento de uma situação que obrigasse o Estado a desvalorizar seus títulos (através da inflação ou por outro meio), tal como se desvalorizaram as ações privadas, seria uma catástrofe para o conjunto da organização econômico-social. O Estado é assim necessariamente levado a intervir para controlar se os investimentos realizados por seu intermédio estão sendo bem administrados e, desse modo, compreende-se pelo menos um

⁶ “dimensão ideológico-cultural ou ético-política assumida pelo modo de produção capitalista na época contemporânea a Gramsci, ao passo que o ‘fordismo’ constitui sua dimensão técnico-produtiva” (Baratta, 2017, pp. 38-41).

aspecto das discussões teóricas sobre o regime corporativo. Mas o simples controle não é suficiente. Com efeito, *não se trata apenas de conservar o aparelho produtivo tal como este existe num determinado momento; trata-se de reorganizá-lo a fim de desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas*. Precisamente nestes desenvolvimentos necessários é que reside o maior risco da iniciativa privada e deveria ser maior a intervenção do Estado, que também não está livre de riscos, muito ao contrário (Gramsci, 2015, p. 269, grifos nossos).

A ação do Estado na atividade produtiva, nos países capitalistas, ganha um papel central nesse período também influenciado pelo advento da planificação econômica na URSS e dos impactos da crise econômica de 1929. Não se trata apenas de conservar o aparelho produtivo, mas de “reorganizá-lo a fim de desenvolvê-lo”. O papel ativo do Estado na organização da atividade econômica, que aparece nas discussões sobre o americanismo, desenvolve-se ao longo dos anos 1930⁷ e ganha uma conformação específica no contexto de “Guerra Fria” com novas determinações que extrapolam a reflexão gramsciana. Mas essas referências são úteis na compreensão do papel econômico do Estado e no estabelecimento da função social como parte da ampliação da função hegemônica em alguns países do Ocidente.

Em suma, a interpretação de Gramsci sobre o *Estado integral* (sociedade política + sociedade civil) resgata aspectos da sociedade civil “hegeliana” (conjunto de sociedades particulares etc.), mas incorpora novas determinações do objeto apreendidas tanto a partir dos avanços da pesquisa marxiana sobre a realidade econômica e social, em *O capital*, quanto captando as modificações nas *funções do Estado* resultantes do desenvolvimento das contradições do modo de produção capitalista e de suas especificidades regionais e históricas. O conceito de sociedade civil em Gramsci é atravessado pela luta de classes, mas sua estruturação específica é dada pela hierarquização dos APH’s em dado contexto histórico de dominação.

Considerações finais

Em suma, enquanto em Gramsci a categoria de sociedade civil tem uma função central na questão da hegemonia e tem como conteúdo a estruturação dos APH’s articulados ao aparelho de Estado, em Marx a categoria está associada

⁷ Vale destacar que o fascismo também significou uma reorganização da intervenção econômica do Estado sob o viés do corporativismo.

à produção material da vida no processo de crítica à dualidade Estado/sociedade civil própria das análises jusnaturalista e hegeliana.

Marx e Gramsci, por caminhos distintos, mas com pontos de partida comuns, desenvolveram a crítica ao Estado e à sociedade burguesa. A compreensão do problema do Estado e da sociedade burguesa passa, ainda hoje, pelas contribuições desses autores a partir das quais podemos refletir sobre as contradições das formas contemporâneas do Estado.

Referências

- ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BARATTA, Giorgio. “Americanismo”. In: LIGUORI, Guido.; VOZA, Pasquale (org). *Dicionário gramsciano*. (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUEY, F. Fernandez. *Actualidad del pensamiento político de Gramsci*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1977.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Introdução”. In: GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017. Vol. 1.
- DIAS, Edmundo Fernandes. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In: DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- ENDERLE, Rubens. “Apresentação”. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 1 a 6. Puebla: Ediciones Era/Benemérita, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global editora, 1979[1917].

LIGUORI, Guido. "Aparelho hegemônico". In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHWRTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pubit Soluções Editoriais, 2007.

Recebido em 24 de agosto de 2021

Aprovado em 14 de outubro de 2021

Teoria marxista da hegemonia e do Estado: um diálogo entre Gramsci e Poulantzas

Marxist theory of hegemony and the State: a dialogue between Gramsci and Poulantzas

Eduardo Maia*

Resumo

Em um momento de vulgarização e uso indistinto de autores e conceitos marxistas, o presente artigo busca retrabalhar parte do disputado debate sobre a teoria marxista da hegemonia e do Estado a partir de dois autores fundamentais: Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Para tanto, damos um passo atrás ao efetuar uma breve introdução dos clássicos (Marx, Engels e Lênin). A retomada de Gramsci se dá por sua condição como autor de destaque não apenas no aprofundamento do conceito de hegemonia, mas também por suas contribuições à teoria marxista do Estado. Em seguida, mais do que constatar a existência do diálogo com Poulantzas, articula-se ambas as visões a partir dos pontos de aproximação e afastamento, fazendo notar algumas das contribuições de Poulantzas para o avanço da teoria marxista do Estado.

Palavras-chave: Teoria marxista do Estado; hegemonia; Gramsci; Poulantzas.

Abstract

In a moment of vulgarization and indistinct use of Marxist authors and concepts, in this article we seek to rework part of the disputed debate on the Marxist theory of hegemony and the State from two fundamental authors: Antonio Gramsci and Nicos Poulantzas. To this end, we take a step backward by making a brief introduction to the classics (Marx, Engels, and Lenin). The return to Gramsci is due to his condition as a prominent author not only in deepening the concept of hegemony, but also for his contributions to the Marxist theory of the State. Then, more than noting the existence of the dialogue with Poulantzas, we articulate both views from the approaching and distancing aspects, presenting some of Poulantzas' contributions to the advancement of Marxist State theory.

Keywords: Marxist theory of State; hegemony; Gramsci; Poulantzas.

* Doutorando em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Economia Política Internacional e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: eduardo.maia@live.com

Introdução

Em seu conhecido artigo publicado na revista *Mondoperaio* em 1975, Norberto Bobbio (1979) indagou “existe uma doutrina marxista do estado?”, para, respondendo a própria pergunta, argumentar que não. O presente trabalho parte de uma perspectiva oposta à de Bobbio por entendermos que se desenvolveu, no âmbito do pensamento marxista, um corpo de ideias suficiente para se constituir enquanto “teoria do Estado”. Reconhecemos que em Marx e Engels tal teoria não é desenvolvida de modo sistemático, a não ser em partes – em geral pequenas – de obras que tratavam prioritariamente de outros assuntos. Por outro lado, uma teoria marxista do Estado não pode ser limitada à obra marxiana. Tal teoria deve ser compreendida, dentre outros momentos, a partir do debate que se seguiu ao processo revolucionário na União Soviética e com a retomada do tema na década de 1960.

Na presente pesquisa temos o objetivo principal de articular os pensamentos de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas a fim de identificar algumas das contribuições dos autores para o avanço da teoria marxista do Estado. Para tanto, damos um passo atrás ao efetuar uma breve abordagem dos clássicos (Marx, Engels e Lênin), cujo trabalho preparou as bases para os autores que se seguiram. Apresentamos ainda a problemática da hegemonia por se tratar de conceito central na teorização do Estado de maneira geral, bem como na obra de ambos os autores. Ao incluir Gramsci no processo histórico de formação de uma teoria marxista do Estado, buscamos situá-lo como nome relevante na constituição da questão política no pensamento marxista. Embora contribuições originais à teoria econômica existam – como as discussões sobre produção e consumo em “Americanismo e Fordismo” –, predomina em Gramsci o desenvolvimento de questões sociopolíticas, que serviram de base para os caminhos trilhados pelos teóricos que se seguiram¹.

Uma revisão exaustiva dos objetos demandaria um trabalho de maior fôlego devido à extensão e à complexidade do conjunto da obra dos autores. No caso de Gramsci, soma-se a dispersão dos escritos e a condição em que grande parte de sua obra foi produzida. De forma similar, pretende-se retomar, de forma não exaustiva, alguns pontos da obra poulantziana a fim de estabelecer as aproximações e os afastamentos com as ideias gramscianas. Assim, mais do que uma sistematização dos temas e autores trabalhados, buscou-se posicionar a teoria do Estado em Poulantzas em sua relação com o pensamento de Gramsci sobre o conceito de hegemonia e sobre o Estado.

¹ Uma possível delimitação do pensamento gramsciano não implica em adotar uma clivagem estanque entre político e econômico. O que se pretende, sem perder de vista a perspectiva da crítica da economia política, é destacar onde se localizava o foco do autor. Para Gramsci o corpo de conhecimento econômico produzido por Marx, Engels e Lênin estava bastante desenvolvido, o que se reflete na aceitação e integração dos princípios fundamentais propostos pelos autores mencionados em sua obra ao passo que determinações para além das econômicas demandavam um esforço teórico maior.

Além da presente introdução e de considerações finais, o texto divide-se em quatro partes: 1) uma apresentação da evolução histórica da teoria marxista do Estado, apontando brevemente aspectos gerais dos autores clássicos; 2) considerações sobre o conceito de hegemonia em Gramsci e a relação com o entendimento dado pelo autor à questão do Estado; 3) a relação entre Gramsci e a etapa estruturalista do pensamento poulantziano, destacando pontos de contato e de distanciamento e; 4) algumas das principais contribuições de Poulantzas em sua etapa relacional para a teoria marxista do Estado a partir do renovado diálogo com as visões gramscianas.

Algumas observações sobre a teoria do Estado: de Marx a Poulantzas

Ao longo de suas extensas obras, Marx e Engels não desenvolveram uma única e sistematizada teoria do Estado que fosse comparável às suas teorizações sobre a economia política, o modo de produção capitalista ou os processos de reprodução do capital. Em Marx, as visões sobre o Estado são deduzidas do corpo de suas obras, desde suas críticas a Hegel, passando pelas análises de conjunturas históricas específicas, tais como das revoluções de 1848 e da Comuna de Paris, até as observações presentes na “Crítica ao Programa de Gotha”. Nesse sentido, destacam-se ainda as exposições sobre a forma-Estado presentes n’ “O Capital”, em sua maioria de forma implícita.

A temática Estado aparece igualmente pouco sistematizada em Engels, sendo necessário retomar correspondências e, em particular, “A origem da família, do Estado e da propriedade privada”. É em “A ideologia alemã”, que Marx e Engels mais se aproximam de uma teorização do Estado, quando o analisam a forma com que os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses (Marx; Engels, [1932] 2007, p. 76).

A falta de sistematização sugere um paradoxo entre a inexistência de uma teoria do Estado e a onipresença de sua análise. No entanto, tal paradoxo se dissipa pela aproximação com a construção, a apresentação e a complexificação do “conceito” Estado que se desenvolve ao longo da evolução teórica e da ação e reação aos acontecimentos históricos de Marx e Engels. Como colocou Herrera (2012, p. 73), “estamos lidando de fato com uma constelação de elementos teóricos, ou teórico-históricos, mais que uma teoria de Estado propriamente dita”

Carnoy (1988) avalia que os marxistas baseiam suas teorias do Estado em três “fundamentos” comuns. Em primeiro lugar, Marx² considerava as condições

² Aqui trata-se de Marx em sua forma mais madura, pois como reconhece Carnoy (1988, p. 68): “Para o jovem Marx, o Estado tinha vida própria, separada da sociedade civil, com seus próprios interesses particulares. Considerando as condições na Alemanha da época, não é estranho que Marx visse o Estado desse modo: havia uma separação entre o Estado, de um lado, e uma ascendente sociedade civil da burguesia, de outro. O Estado não era um instrumento da burguesia. Na Prússia absolutista, o Estado ainda estava nas mãos de uma classe governante pré-capitalista”. Essa visão foi abandonada a partir de “A ideologia alemã”.

materiais de uma sociedade como a base de sua estrutura social e da consciência humana. A forma que o Estado toma decorre, portanto, das relações de produção que se desenvolvem em uma determinada sociedade. “O modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua forma de ser mas, ao contrário, é sua forma de ser social que determina sua consciência” (Marx, [1859] 2008, p. 47).

Em segundo lugar, sendo o Estado determinado pelas relações de produção, ele não é – nem pode ser – um ente fora da luta de classes, alheio à relação de dominação entre as classes dominantes e dominadas. À formulação da sociedade capitalista como uma sociedade de classes dominada pela classe burguesa, segue-se a visão do Estado como expressão política dessa dominação.

Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (Marx; Engels, 2007, p. 75).

Isso não significa uma relação direta de instrumentalização estatal pela burguesia. Para Jessop (1982, p. 15), as alusões instrumentalistas em Marx e Engels – como as presentes no Manifesto Comunista – devem ser observadas mais como aforismos e metáforas do que análises concretas. O Estado surge da necessidade de organização da sociedade, como resultado de processos históricos que demandaram, condicionaram e estimularam sua formação. É a partir da luta de classes e da existência de uma classe dominante nas relações sociais e econômicas que o uso do Estado é determinado como meio de alcance dos interesses dessa classe dominante. Portanto, o Estado não é consequência direta da vontade da classe dominante nem reflete de forma automática seus interesses, “não é o Estado que subsiste por meio da vontade dominante, mas o Estado que procede do modo de vida material dos indivíduos tem também a forma de uma vontade soberana” (Marx; Engels, 2007, p. 318).

O terceiro ponto de partida comum das teorias marxistas do Estado é o entendimento de que ele representa o braço repressivo da burguesia. A separação entre sociedade civil e Estado e a monopolização dos instrumentos de violência nas mãos deste possibilitam a um grupo – ou classe – se utilizar do aparato coercitivo do Estado. O próprio surgimento do Estado, que se deu a partir da necessidade de conter o antagonismo de classes, bem como sua ascensão como força repressiva para manter sob controle tais antagonismos, não apenas descreve à natureza de classe do Estado, mas também sua função repressiva. Retomando a

ideia de que o Estado é “por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (Engels [1884] 1984, p. 193), observa-se o papel que cumprem os aparelhos coercitivos estatais na reprodução da dominação de classe. Dos três “fundamentos” apresentados este talvez seja o mais problemático, não no sentido de sua incorreção, mas pelo leque de interpretações incompletas que provocou.

Em meio a efervescência revolucionária de 1917, Lênin publicou “O Estado e a Revolução”, onde reconhece o Estado burguês por sua função principal: dirigir a coerção. “[O] Estado não é outra coisa senão uma máquina de opressão de uma classe por outra” (Lênin, [1917] 2010, p. 68). Embora esteja aparentemente acima e fora da sociedade com a função de conciliar a luta de classes, é na cristalização da repressão como mecanismo da reprodução da estrutura das relações de classes que o Estado legitima sua existência.

Não apenas no uso direto da força o potencial coercitivo do Estado se revela. O sistema jurídico é também instrumento de repressão e controle, na medida em que estabelece as regras gerais de sociabilidade em conformidade com os valores e normas burguesas. Na interpretação leninista de Marx, a necessidade de um Estado, enquanto aparelho repressivo de uma classe dominante, deriva da própria existência do conflito de classes. Logo, para Lênin (2010), todo Estado, por mais instituições democráticas que possua, é objeto de classe, controlado pela classe burguesa em uma sociedade burguesa.

Tanto suas concepções conjunturais ou estratégicas quanto suas obras mais propriamente teóricas - como “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” - tratam das funções econômicas e ideológicas, não à toa Gramsci afirmou ter sido a conceitualização da hegemonia a maior contribuição teórica de Lênin (Gramsci, 1999).

Em que pese os desenvolvimentos teóricos de Lênin que incorporam a temática do Estado burguês ao tratar do fracasso das Revoluções no Ocidente, dos limites do comunismo de guerra e das considerações de uso extraeconômico do Estado (partilha do mundo em colônias ou guerras imperialistas), a discussão das funções econômicas - ou mesmo ideológicas - do Estado se encontra, por vezes, secundarizada em Lênin.

Embora possa ser considerado o primeiro teórico marxista do Estado de destaque, cabe lembrar que o principal objetivo de Lênin - e isso fica claro em “O Estado e a Revolução” - não era a sistematização do Estado e suas formas, mas descrever a essência do Estado, pensar uma estratégia específica para a revolução na Rússia. Mais do que uma teoria do Estado, Lênin trabalhou uma teoria contra o Estado.

É com Gramsci que novos elementos são incorporados à visão leninista,

propondo um alargamento da compreensão do Estado para além das funções repressivas. Gramsci compartilha com Lênin a importância de ser um dos mais influentes teóricos do período imperialista. No entanto, enquanto as análises de Lênin se moldaram nos processos revolucionários em uma Rússia economicamente atrasada, Gramsci se voltava para a questão de como efetuar uma revolução nos países capitalistas mais desenvolvidos. Se na Rússia czarista o Estado cumpria primeiramente uma função repressiva, na Europa Ocidental, mesmo nos países em situação de desenvolvimento intermediária como a Itália, tal função era menos evidente e ainda assim a ordem burguesa era mantida tão ou mais eficientemente.

A diferença de contextos e do papel executado pelo Estado demandou uma interpretação diferente do mesmo. Gramsci não nega o potencial repressivo do Estado, porém entende que sua limitação a essa função não é capaz de explicar a continuidade da dominação da classe burguesa. Nessa conjuntura, Gramsci elaborou concepções próprias sem rejeitar as concepções marxista-leninistas. Ao contrário, o cenário pós-revolucionário encontrado por Gramsci em sua estadia em Moscou no biênio 1922-3 foi um marco na aproximação de Gramsci com o pensamento de Lênin.

Segundo Macciocchi (*apud* Lima (2013)), é nesse período que Gramsci começa a pensar uma questão central em sua interpretação sobre o papel do Estado para processos revolucionários nas sociedades da Europa ocidental: a hegemonia. Entendemos ser esse um conceito central para a compreensão dos escritos de Gramsci sobre o Estado. A título de exemplo, uma das articulações que Gramsci faz do Estado, como a soma da sociedade política (âmbito da coerção) e da sociedade civil (âmbito do consentimento) somente é possível a partir da ampliação da concepção do Estado como agente não apenas da coerção mas também do consentimento, ou seja, dos dois “fundamentos” do conceito gramsciano de hegemonia.

Apesar da ausência de reconhecimento do valor da obra de Gramsci no imediato pós-guerra (Jessop, 1985, p. 152), na década de 1960 Gramsci foi alçado de autor marginal e militante comunista a pensador central no debate político. Com a retomada do Estado como tema de destaque no debate marxista, os elementos introduzidos pelo autor sardo influenciaram toda a geração de teóricos do Estado que se seguiu.

Após um relativo vácuo no pensamento marxista sobre o Estado, o debate recuperou centralidade em diversos países da Europa Ocidental a partir da década de 1970. Na Alemanha ocidental surgiu a teoria da derivação (Hirsch, Altvater), além de Offe e Habermas; na Itália, e no seio do Partido Comunista Italiano, as visões de Berlinguer e Ingrao apontavam para caminhos diferentes; no Reino Unido, Miliband ganhou destaque e; na França, surgiu a teoria da regulação (Aglietta,

Boyer) e também Poulantzas, que afirmou – de maneira imodesta – ter concluído a teoria do Estado inacabada por Marx e Engels (Jessop, 2009, p. 131).

Destes, o mais influente foi Poulantzas. Embora tenha falecido prematuramente, o pensador grego deixou um legado amplo, que se iniciou no âmbito do estruturalismo althusseriano, avançou em uma aproximação crítica com o pós-estruturalismo foucaultiano e culminou em uma visão própria e original sobre o Estado. Codato (2008) divide a trajetória intelectual de Poulantzas em relação ao Estado em três fases: 1) Estado como estrutura; 2) Estado como aparelho e; 3) Estado como relação³. A flutuação do pensamento poulantziano dificulta uma sistematização do autor como um todo e enseja segmentações de seu trabalho conforme o objeto em questão ou ainda conforme a matriz em que Poulantzas operava em determinada época. Aqui enfatizaremos a primeira e a última fases, tendo em vista ser a segunda mais uma etapa transitória do que uma nova concepção em si.

Uma das constantes em Poulantzas é a influência de Gramsci, ainda que variando o grau de concordância e a forma de aplicação das ideias gramscianas. Em sua fase estruturalista Poulantzas se afastou das proposições de Gramsci, se reaproximando à medida que elaborava sua teoria relacional do Estado. No entanto, a despeito da etapa intelectual de Poulantzas, sua obra é atravessada pelas conceitualizações gramscianas de hegemonia e de Estado.

Breves considerações sobre hegemonia e Estado em Gramsci

Ao longo do pensamento marxista, a hegemonia é um dos conceitos com maior leque de uso e transformação. Em cada autor e, por vezes, em diferentes obras de um mesmo autor se elabora uma nova conceitualização. Mesmo em Gramsci não é tarefa simples estabelecer um uso único de hegemonia. Não se pretende aqui efetuar um balanço exaustivo das categorias hegemonia e Estado em Gramsci ou ainda buscar definições mais adequadas, mas revisitar a aplicação do termo no pensamento gramsciano e sua relação com o pensamento poulantziano.

Em seu contexto específico, Gramsci buscava responder a questões tais como: por que, mesmo diante de um significativo estágio de consciência da classe trabalhadora e atividade revolucionária, o movimento operário de Turim⁴ per-

³ Carnoy (1988) e Jessop (1982) adotam periodizações diferentes, ambos visualizando apenas duas etapas. Para o primeiro, estruturalismo e estruturalismo dialético; para o segundo, estrutura e relação. Embora a última obra de Poulantzas tenha significado, de fato, um rompimento com o estruturalismo, já havia indicações de uma mudança de rumos nas obras anteriores. Portanto, uma periodização que contemple essa etapa transitória, como em Codato (2008), nos parece ser mais adequada.

⁴ Para aprofundamento dos estudos de Gramsci em Turim, ver Dias (2000).

manecia com apoio relativamente restrito no restante da Itália? Ou por que a reação burguesa sob a forma do movimento fascista se originou, em grande medida, nas camadas camponesa e trabalhadora? As respostas que Gramsci logrou desenvolver foram possíveis pela introdução do conceito de hegemonia compreendendo, de maneira geral, a aplicação da liderança política, moral e intelectual por parte da classe dominante como meio de impor sua visão de mundo como universal a fim de moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (Carnoy, 1988, p. 95).

Em sua visão inicial, Gramsci se encontrava próximo ao entendimento leninista da hegemonia como questão estratégica do proletariado e sua análise se dá em termos de aliança de classe, a partir da liderança do proletariado sobre o campesinato. Mais tarde – mas ainda antes dos Cadernos do Cárcere – Gramsci aprofunda tal visão, no que Carlos Nelson Coutinho (1992, p. 49, grifo do autor) chamou de “superação *dialética*” do leninismo, ao pensar a hegemonia também como prática que ocorre no seio das classes dominantes. Esse deslocamento permite a Gramsci ir além de tendências reducionistas ou economicistas ao entender que a luta de classes não é apenas a confrontação entre classes antagonistas, uma vez que envolve uma complexa relação de forças (Mouffe, 1979).

Isso não significa um rompimento com Marx, Engels ou Lênin. Ao contrário, toda a obra de Gramsci é permeada pelo diálogo com os clássicos. Marx e Engels (2007) reconheceram que as ideias dominantes em uma sociedade são as da classe dominante, que expande seus valores como universais. Lênin trabalhou a hegemonia em um sentido prático-político, aplicada no contexto específico da Rússia do início do século XX. Gramsci buscava a aplicação nas formações sociais do capitalismo mais desenvolvido da Europa Ocidental, onde ele entendia ser mais complexa a reprodução das relações de produção. Nesse sentido,

a classe dominante não necessitava depender apenas do poder coercitivo do Estado ou mesmo de seu poder econômico direto para exercer o seu domínio, mas sim, através de sua hegemonia, expressa na sociedade civil e no Estado, os dominados podiam ser persuadidos a aceitar o sistema de crenças da classe dominante e compartilhar os seus valores sociais, culturais e morais (Carnoy, 1988, p. 116).

Gramsci identifica uma diferença estrutural entre formações socioeconômicas do “Ocidente” e do “Oriente”, o que demandaria estratégias diferentes para a superação da divisão da sociedade em classes. Se, por um lado, “no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; [por outro] no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e (...) podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (Gramsci, 2007, p. 262). Consequentemente, os diferentes níveis de desenvolvimento capi-

talista entre “Ocidente” e “Oriente” exigiam estratégias diferentes em conformidade com o quadro da superestrutura política de cada local⁵.

No cerne do conceito gramsciano de hegemonia está a dinâmica da luta de classes, em que se articulam aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Do ponto de vista da classe dominante, sua própria hegemonia não pode entendida como subordinação imediata da classe dominada. A efetivação como grupo hegemônico depende de uma relação de compromisso, no sentido de que sejam feitas concessões de ordem econômico-corporativa que atendam aos interesses dos grupos dominados. No entanto, essas concessões não envolvem aspectos essenciais do grupo hegemônico, não representando alterações fundamentais na formação social. Por outro lado, a incorporação de parte dos interesses dos grupos dominados não é apenas meio de legitimação ou distração, mas concessões reais que representam o resultado da correlação de forças da luta de classes em um determinado momento (Gramsci, 1980).

Na perspectiva dos grupos dominados seria necessário inverter a lógica da hegemonia, ou seja, construir *a priori* um “consenso da maioria” da classe trabalhadora para então transformar a relação de dominação entre as classes. Conforme aponta Gramsci (2002, p. 62-63) em conhecida passagem dos Cadernos do Cárcere:

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante.

Em suas observações a partir de Maquiavel, Gramsci traz para sua teoria a ideia de que o “príncipe” precisa governar pela força e pelo consentimento. Daí decorre a necessidade de aplicação de uma “dupla perspectiva” em toda a ação política, pois a hegemonia de uma classe se manifesta de duas formas: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. A dominação se dá sobre os grupos adversários com o objetivo de liquidá-los ou submetê-los através da força enquanto a direção se dá sobre os grupos aliados. A hegemonia, assim, é exercida por uma combinação de “força e consenso”. Tal binômio não tem caráter absoluto e é traduzido por Gramsci em outras fórmulas: “coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (...), direito e liberdade, ordem e disciplina ou, (...) violência e fraude” (Gramsci, 2007, p. 243).

⁵ As diferentes estratégias são trabalhadas pelo autor na dualidade “guerra de posição” e “guerra de movimento”. Para detalhamento, ver Gramsci (2007). De forma mais “organizada” há a interpretação de Coutinho (1992, cap. 6).

Dentre as fórmulas apresentadas por Gramsci, destacamos o binômio sociedade política e sociedade civil, pois nessa relação encontra-se a principal contribuição de Gramsci para a teoria marxista do Estado. Em sentido amplo, o Estado é composto por duas esferas relativamente autônomas, mas nunca independentes: a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política (ou Estado-coerção) comporta o conjunto dos aparelhos de repressão e violência sob controle das burocracias executiva e policial-militar. Já a sociedade civil (Estado-ético) comporta os aparelhos privados de hegemonia, chamados privados porque neles a adesão se dá de maneira voluntária. Aqui se encontra o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias (sistema escolar, Igreja, sindicatos, partidos políticos, produtores de cultura, meios de comunicação de massa). Ambas as esferas têm a função de promover ou sustentar determinada base econômica, no entanto se diferem pelo modo com que se efetivam.

No âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política* e o *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma *ditadura*, ou, mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção* (Coutinho, 1992, p. 77, grifos do autor).

Uma das consequências da ampliação do conceito de Estado é a ampliação de suas funções. Se a leitura marxista até então tendia a restringir o papel do Estado à repressão e à violência, a visão gramsciana incorpora elementos como: a representação dos interesses de longo prazo da burguesia; a organização da dominação de classe; a facilitação das concessões às classes subordinadas e a garantia do consentimento delas e; a efetivação da desmobilização destas classes (Jessop, 1982, p. 145-146).

O fato de o Estado cumprir papéis na reprodução da sociedade capitalista não implica em uma visão instrumental ou epifenomenal. Gramsci não faz menção a um suposto caráter inerentemente burguês do Estado nem sustenta que a dominação burguesa pode ser reproduzida continuamente pela articulação entre coerção e consentimento. O ponto em questão é que, por meio da constituição do Estado moderno pós-revoluções burguesas, a burguesia, como classe, “(...) pôde apresentar-se como ‘Estado’ integral, com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa perfeita” (GRAMSCI, 1999, p. 436). Por outro lado, em oposição a visões essencialistas, Gramsci enfatiza os obstáculos no caminho da manutenção do Estado burguês e aponta a fragilidade em que repousa o equilíbrio da hegemonia na sociedade capitalista.

Apesar de suas contribuições, Gramsci não elaborou – nem pretendeu elaborar – uma teoria do Estado completa. Enquanto os clássicos enfatizaram a sociedade política, Gramsci aprofundou a sociedade civil. O que Lênin compreendia como o *todo* do Estado (aparelho repressivo/sociedade política) é articulado por Gramsci como *uma* de suas partes constituintes. Essa ampliação do “Estado restrito” leninista para um Estado ampliado, sintetizado como “hegemonia couraçada de coerção” ou “sociedade política + sociedade civil” (Gramsci, 2007, p. 244) não somente aprimora a teoria marxista do Estado, como desvela o caminho a ser trilhado pelos teóricos que se seguiram.

Hegemonia na primeira fase intelectual de Poulantzas: diálogo crítico com Gramsci

Como mencionado, Poulantzas passou por etapas intelectuais distintas e, por vezes, antagônicas⁶. No decurso de uma década se afastou do estruturalismo althusseriano, dialogou com o pós-estruturalismo foucaultiano e desenvolveu uma concepção particular sobre o Estado. Naturalmente, os conceitos inseridos em sua teoria também passaram por mudanças de acordo com a leitura a que se vinculavam. Hegemonia, por exemplo, é perene à obra, ainda que a aplicação do conceito tenha variado ao longo do tempo.

A incorporação do conceito de hegemonia é anterior mesmo à adesão às teorias de Althusser. No artigo “Introdução ao estudo da hegemonia no Estado”⁷ de 1965, Poulantzas (2008) esboça o que viria a aprofundar em sua etapa intelectual estruturalista. Ainda carecendo de desenvolvimento, o autor grego realiza uma síntese inicial de sua teoria da hegemonia e do Estado. Neste momento, o conceito de hegemonia é retomado a partir das relações entre base e estrutura, de forma similar a Gramsci (Waiman, 2015). Desde esse momento torna-se ponto comum entre os pensadores a interlocução entre política, economia e ideologia no estabelecimento da hegemonia.

Em sua fase estruturalista e, mais especificamente, no livro “Poder político e classes sociais” o conceito de hegemonia adquire dois sentidos: 1) na constituição dos interesses das classes dominantes como interesses gerais – inclusive das classes dominadas – através do Estado; 2) na constituição dos interesses de uma das classes ou frações dominantes em relação às demais classes ou frações dominantes como interesses comuns a toda a classe dominante. Assim, a “classe hegemônica é aquela que em si concentra, ao nível político, a *dupla função* de

⁶ Luiz Eduardo Motta (2019) apresenta uma visão distinta. Reconhecendo as novas direções conceituais seguidas por Poulantzas, o autor argumenta que a obra final do autor foi acúmulo e resultado da aprimoração dos trabalhos anteriores.

⁷ No original “*Preliminaries to the study of hegemony in the State*”, sem tradução oficial para o português.

representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes; e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista” (Coutinho, 1992, p. 77, grifos do autor).

No primeiro sentido, que trabalha a dinâmica entre Estado e classes dominantes e dominadas, Poulantzas se afasta de Gramsci quando parece se aproximar. Se, em um primeiro olhar, a percepção do Estado como *locus* de consolidação da hegemonia de uma classe pode remeter a Gramsci, a visão do papel concreto do Estado difere. A centralidade da luta de classes na formação do Estado está efetivamente presente em Gramsci, mas ao passo em que ele visualiza um aspecto “positivo” do Estado na forma de concessões reais resultantes da correlação de forças da luta de classes, em Poulantzas se encontra apenas o caráter “negativo”. Os interesses e as demandas das classes dominadas são, de fato, atendidos, porém apenas na medida em que não limitem o poder político das classes dominantes ou questionem a relação de dominação de classe. Com tais concessões, o Estado “visa precisamente a desorganização política das classes dominadas, e é o meio por vezes indispensável para a hegemonia das classes dominantes em uma formação em que a luta propriamente política das classes dominadas é permitida” (Poulantzas, 1977, p. 186).

O segundo sentido do conceito de hegemonia, que trabalha a dinâmica entre Estado e frações da classe dominante, pode ser mais bem entendido a partir da ideia de bloco no poder. De forma sintetizada pelo próprio Poulantzas (1977, p. 229), o bloco no poder consiste na “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista”. A contradição se expressa na ausência de homogeneidade da unidade politicamente dominante e na existência de fracionamentos e conflitos no interior da classe burguesa. Nesse sentido, a hegemonia se estabelece na dominação de uma classe ou fração de classe dominante sobre as demais classes ou frações de classe dominantes. Essa condição duplamente hegemônica – em relação ao grupo dominante e à sociedade – permite que o grupo hegemônico polarize os interesses contraditórios e constitua os seus interesses como interesse geral, na forma de exploração econômica e dominação política (Poulantzas, 1977, p. 234).

Os dois sentidos de hegemonia apresentados também são trabalhados nos termos “hegemonia ampliada” e “hegemonia restrita”. A hegemonia ampliada – da classe dominante sobre o todo da sociedade – dialoga com a visão geral da hegemonia em Gramsci, apesar da diferença mencionada em relação às concessões. Já a hegemonia restrita – na disputa dentro da classe dominante – é uma inovação de Poulantzas. A lógica da hegemonia gramsciana, ou ainda a dialética coerção/consentimento, é aplicada no seio da classe dominante assim como na relação entre diferentes classes. Ao mesmo tempo em que uma fração ou classe consolida sua hegemonia sobre as demais frações ou classes dominantes, ela se

torna capaz de prolongar sua hegemonia sobre as outras classes, sempre operando a partir do funcionamento do Estado.

Outro ponto de afastamento entre Gramsci e Poulantzas diz respeito ao agente do exercício da hegemonia. O autor italiano avalia que, em sociedades capitalistas avançadas, a construção da hegemonia se daria *a priori* da conquista do poder político, logo seria parte da estratégia das classes dominadas, enquanto potenciais agentes da hegemonia, pensar formas de construir um “consenso da maioria” dentro da classe operária, do campesinato, da pequena-burguesia. Tal possibilidade não é contemplada por Poulantzas, para quem a hegemonia seria exercida apenas pelas classes dominantes, por meio da participação no bloco no poder.

Embora diversas concepções de Poulantzas tangenciem as de Gramsci, verificam-se mais afastamentos do que aproximações, em particular com esforços de ajuste e superação. Quando Poulantzas (1977, p. 134) afirma que “mesmo nas obras de maturidade de Gramsci continuam a ser numerosas as seqüelas [sic] do historicismo”, ele implicitamente reconhece que, em grande medida, as diferenças se devem às características de cada marco teórico adotado. Para Poulantzas, as leituras de Gramsci não conseguem captar a amplitude dos fenômenos da hegemonia e do Estado, apesar de sua valorosa contribuição.

Aqui, propomos o inverso. As limitações autoimpostas por Poulantzas pelo ahistoricismo e pelo determinismo, ainda que adotados de forma crítica, o impedem de se apropriar adequadamente das contribuições gramscianas. A hegemonia ampliada de Poulantzas ou a incorporação dos elementos ideológicos e econômicos na constituição da hegemonia que – aparentemente – representam aproximação, na verdade ocorrem quando já estavam evidentes as limitações das visões anteriores a Gramsci e, portanto, não fazia sentido adotar sentidos e acepções discordantes.

Por fim, cabe destacar que “Poder político e classes sociais” legou contribuições relevantes não apenas a própria trajetória do autor, mas avançou a teoria marxista do Estado, especialmente com a introdução de novos conceitos e enfoques de debate. No entanto, discordamos dos autores (Lima, 2013; Waiman, 2015) que entendem ser essa a obra mais completa de Poulantzas. Seja no entendimento de uma nova guinada intelectual ou como ponto de chegada intelectual, acreditamos que o movimento intelectual que levou Poulantzas a propor uma teoria relacional do Estado torna “O Estado, o poder e o socialismo” sua proposta mais bem acabada sobre a teoria do Estado.

A segunda fase intelectual de Poulantzas: aproximação crítica com Gramsci

Embora adotemos a perspectiva de diferentes etapas intelectuais em Poulantzas, entre os marcos de cada etapa (“Poder político e classes sociais” e “O

Estado, o poder, o socialismo”) existem continuidades que atravessam o pensamento poulantziano. Bloco no poder, efeito de isolamento e autonomia relativa do Estado, por exemplo, são conceitos que permanecem centrais na nova perspectiva. Em termos de marco teórico, não é nossa a tese de afastamento de Althusser e a aproximação com Gramsci. Outros autores (Carnoy, 1988; Coutinho, 1992) já identificaram essas relações, o que buscamos é precisar em que termos se constituiu tal aproximação, bem como apontar os aspectos em que as visões permaneceram distintas e, assim, destacar que não houve uma adoção irrestrita das visões gramscianas.

Em sua análise sobre “o ajuste de contas com a rigidez do marco estruturalista”, Waiman (2015) critica a ausência de um novo debate sobre a hegemonia e a mera continuidade do uso do conceito de forma reduzida. De fato, Poulantzas não dedica partes exclusivas de sua última obra à hegemonia. Por outro lado, entendemos que em um momento de afastamento de Gramsci, Poulantzas se viu diante da necessidade de elaborar uma proposta mais pessoal sobre hegemonia pela incompatibilidade com o uso na forma gramsciana. Na medida em que se aproximou de conceitualizações do pensamento gramsciano, Poulantzas não precisou articular um conceito essencialmente novo, sendo capaz de adaptar propostas já colocados pelo pensador italiano.

Gramsci argumenta que a hegemonia da classe dominante é internalizada pelas massas, levando ao consentimento no processo de dominação de classes. Essa observação já havia sido parcialmente captada por Marx, que entendia ser necessária a superação dessa “falsa consciência». Nesse aspecto, a originalidade de Gramsci reside na compreensão do imbricamento entre aparelhos ideológicos e aparelhos repressivos e no prolongamento da ideologia/hegemonia sobre a repressão.

Poulantzas rejeita a ideia de que a expansão dos aparelhos ideológicos implique em redução do espaço para repressão. Para ele, não há separação entre formas de uso do poder, ou seja, coerção e consentimento são complementares, não substitutivos. A capacidade de repressão do Estado

sustenta permanentemente as técnicas do poder e os mecanismos do consentimento, está inscrita na trama dos dispositivos disciplinares e ideológicos, e molda a materialidade do corpo social sobre o qual age o domínio, mesmo quando essa violência não se exerce diretamente (Poulantzas, [1978] 1980, p. 91).

Em “O Estado, o poder, o socialismo”, Poulantzas inverte uma das chaves do pensamento estruturalista ao propor que são as lutas de classes que detêm a primazia sobre os aparelhos. Essa inversão implica em uma nova concepção do Estado, em que ele deixa de ser uma entidade “natural”, pois “se as lutas detêm

sempre o primado sobre os aparelhos, é porque *o poder é uma relação entre lutas e práticas* (exploradores-explorados, dominantes-dominados), porque o Estado é em especial a *condensação de uma relação de forças*⁸ (Poulantzas, 1980, p. 173-174, grifos nossos).

O Estado não deixa de ser meio de organização do poder da classe dominante ou ainda de ser o unificador das frações da classe capitalista e o isolador da classe operária, mas passa a ser o *locus* do conflito de classes, onde o poder político é contestado a partir das contradições inerentes à luta de classes. Sendo o Estado uma relação, ou a condensação material de uma relação de forças, a hegemonia deriva do resultado dessa correlação de forças que se dá entre classes e não mais das estruturas do Estado. A implicação teórica mais imediata é a conversão de um ponto de discordância com Gramsci em ponto de contato pela elevação da luta de classes à determinante central na constituição do Estado.

Outra mudança do pensamento poulantziano convergente com Gramsci é o afastamento da concepção estritamente negativa do Estado. O seu funcionamento composto pela repressão e pela ilusão é ampliado já que “o Estado também age de maneira positiva, cria, transforma, realiza” (Poulantzas, 1980, p. 35, grifos do autor). O que o autor chama de superação da “antiga visão jurídica” o permite analisar o Estado não apenas por seu caráter negativo, aqui entendido no sentido de impedir, regular, cercear, mas também por sua positividade, por sua participação ativa. Como consequência, as ações do Estado refletem as concessões materiais a favor das classes dominadas como resultado da luta de classes. Para Poulantzas, o Estado “age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares” (Poulantzas, 1980, p. 36).

O caráter positivo do Estado está relacionado a outra das diferenças resultantes da mudança de marco teórico de Poulantzas. Em “Poder político e classes sociais”, a função geral do Estado seria constituir o fator de coesão das diversas estruturas de uma formação social, havendo assim prevalência de uma função política (superestrutura) do Estado. Já “O Estado, o poder, o socialismo” contempla a função econômica (base), ou seja, o comprometimento no âmago do processo da reprodução capitalista, na forma da constituição e reprodução das relações de produção capitalistas e a potencialização do processo de acumulação. Como sintetizou Jessop (2009, p. 132), a última obra de Poulantzas “não apenas percebe o Estado como um elemento integral na dominação política de classe, como

⁸ A título de informação cabe destacar que a primeira menção ao Estado como “relação” não ocorre em “O Estado, o poder, o socialismo”, mas antes em 1974, de forma embrionária, com a obra “As classes sociais no capitalismo de hoje”.

também insiste em seu papel crucial em assegurar importantes condições econômicas e extra-econômicas [sic] para a acumulação”.

Em sua etapa relacional, Poulantzas mantém a proposta das obras anteriores de buscar responder “por que a burguesia dispõe, para sua dominação política, deste aparelho de Estado absolutamente específico que é o Estado capitalista, este Estado representativo moderno, este Estado nacional-popular de classe?” (Poulantzas, 1980, p. 55-56). A resposta dada por Poulantzas passa agora pela incorporação do caráter histórico da formação do Estado capitalista.

Diferentemente das formações anteriores, na sociedade capitalista as classes dominantes não concentram diretamente atribuições políticas e econômicas. A figura de um líder cuja legitimidade se assenta no direito divino, na ancestralidade ou na tradição dá lugar à legitimidade do Estado-nação enquanto – suposto – representante do interesse comum de toda a população. As classes dominadas são inseridas na participação política, principalmente, por meio do sufrágio universal. Como consequência, o Estado deve refletir uma representatividade popular mínima que assegure a reprodução de sua legitimidade. Essa interpretação percebida por Gramsci e retomada por Poulantzas posiciona o Estado como reflexo da correlação de forças entre os grupos dentro do bloco no poder e também entre o bloco no poder e as classes dominadas.

Poulantzas argumenta que um governo direto de classe seria ilegítimo mesmo se fosse possível (algo excluído pela competição econômica e pela rivalidade política entre os capitais individuais). A forma atual de Estado representativo oferece uma estrutura flexível para unificar os interesses políticos de longo prazo do bloco no poder, para desorganizar as classes subalternas e para assegurar o consentimento das massas populares. A organização da hegemonia de uma fração sobre o todo da classe dominante, e desta sobre a sociedade, é possível por sua cristalização em um Estado que se torna objeto da luta de classes, e é, ao mesmo tempo, autônomo das classes e vinculado à classe dominante.

Disto decorre a seguinte questão: como pode o Estado aparentar estar acima e fora da luta de classes enquanto preserva os interesses da classe burguesa? No pensamento poulantziano dois conceitos auxiliam a superar a aparente contradição: o “efeito de isolamento” e a “autonomia relativa do Estado”. O primeiro identifica a conversão dos agentes sociais membros de uma classe em indivíduos particulares, sujeitos livres e iguais com os mesmos direitos e deveres. Se as formas de produção capitalistas atuam no sentido de separar e individualizar os trabalhadores e para isso contam com a estrutura estatal, o Estado é responsável por reintegrá-los sob um conjunto unificador de leis, normas, valores e idioma, sob o guarda-chuva do povo-nação e apartados da condição de membros de uma classe social.

Por meio do sistema jurídico a política e a economia são estrategicamente separadas e o conflito social entre capital e trabalho é deslocado da luta econômica para a luta política.

A desigualdade das relações econômicas é, dessa forma, degradada, na sociedade capitalista, em favor da igualdade na vida política. o Estado, sob essas condições ideológicas, deve “parecer” autônomo e neutro, enquanto, ao mesmo tempo, mantém as classes dominadas divididas e representa os interesses do bloco no poder das classes dominantes (Carnoy, 1988, p. 143).

Assim, uma das condições necessárias para a efetiva representação dos interesses da classe burguesa e da organização de sua hegemonia é que o Estado não seja representante *imediato* de uma classe mesmo que, conforme apontado anteriormente, tal representação seja inviável e até indesejável por parte da classe burguesa: inviável pela disputa entre capitais individuais e pela própria formação do Estado a partir da luta de classes; indesejável, pois implicaria em um retorno a um modo de produção contrário aos interesses da classe burguesa no longo prazo.

Ao entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, Poulantzas se afasta simultaneamente das leituras instrumentalista e autonomista do Estado. Na primeira, o “Estado-objeto” é diretamente subordinado à uma classe, que se apropria de seus aparelhos e determina seu funcionamento e as políticas adotadas. Nessa visão, as contradições da luta de classes são secundárias, o Estado é monolítico e muda apenas como resultado da alternância de qual fração ou classe se encontra hegemônica no momento.

Na segunda leitura, o “Estado-sujeito” é plenamente autônomo, constituindo um núcleo próprio de poder em relação às classes sociais. Assim, teria estratégia e interesses próprios que podem ou não convergir com os interesses de uma classe, mas agem independentemente dela. A questão da luta de classes também é secundária nessa visão e eventuais alterações nas políticas estatais são consequência de mudanças na organização da burocracia ou das elites políticas.

A proposta de Poulantzas de autonomia relativa do Estado, o segundo conceito que “desvenda” a aparente contradição do Estado, não deve ser entendida como um cômodo meio termo entre os polos “objeto” e “sujeito”. A luta de classes molda o Estado que, por sua vez, influencia a correlação de forças entre as classes, representando, no longo prazo, os interesses da classe burguesa, que é hegemônica. A autonomia relativa do Estado se manifesta em relação tanto às classes dominantes (ao bloco no poder) quanto às classes dominadas.

A autonomia relativa do Estado diante de tal ou qual fração do bloco no poder é necessária igualmente para a organização da hegemonia, a longo termo e de conjunto, do bloco no poder em relação às classes dominadas, sendo imposto muitas vezes ao bloco no poder, ou a uma ou outra de suas frações, os compromissos materiais indispensáveis a essa hegemonia (Poulantzas, 1980, p. 161).

Ou seja, é precisamente nos aparelhos do Estado que a reprodução da hegemonia, logo do domínio de classe, é estabelecida por meio dos compromissos entre dominantes e dominados. Nos termos de Poulantzas, o Estado “organiza-unifica” o bloco no poder e “desorganiza-divide” continuamente as classes dominadas. A afirmação de que o Estado é a “forma política” da sociedade burguesa vai além da simples apropriação do Estado por uma classe. A identificação do poder do Estado com o poder de classe se dá no sentido gramsciano de que a hegemonia é um atributo de classe e não do Estado e, portanto, é exercido pelas classes na disputa de poder que ocorre no seio do Estado.

Uma importante distinção entre Gramsci e Poulantzas diz respeito à superação do Estado capitalista. Apesar dos afastamentos e, principalmente, aprofundamentos efetuados por Gramsci em relação a Lênin, o italiano retém a ideia de ditadura do proletariado enquanto o grego a rejeita. No disputado debate teórico da década de 1970, com a busca por legitimação em autores clássicos (destacadamente Gramsci) e a crise do modelo europeu de partidos comunistas próximos à orientação soviética, a proposta de Poulantzas de transição a um “socialismo democrático”, rejeitando a tradição marxista-leninista clássica, foi interpretada como identificação com a ala reformista dos partidos comunistas, então designados “eurocomunistas de direita”.

Considerações finais

O presente trabalho se iniciou a partir da perspectiva de Bobbio acerca da inexistência de uma teoria marxista do Estado. Em visão oposta, buscamos demonstrar algumas das concepções que fazem parte de um amplo corpo de conhecimento. Iniciada por Marx e Engels, a teoria marxista do Estado evoluiu e serve de base na aplicação concreta do contexto revolucionário de Lênin. Com Gramsci, a teoria se desenvolve para contemplar as especificidades das sociedades capitalistas avançadas. Na breve linha do tempo apresentada, o último autor abordado é Poulantzas, que avança a teoria ao refinar as abordagens dos autores mencionados. Mais do que uma ruptura com as ideias marxistas de hegemonia e Estado, o que se verifica tanto em Gramsci quanto em Poulantzas é o avanço de conceitos e esquemas, bem como a adequação às novas circunstâncias que se apresentaram à realidade histórica de cada autor.

A originalidade de Gramsci reside na reavaliação da natureza do Estado a partir da nova conceituação da hegemonia. Se, por um lado, não significa que Gramsci tenha elaborado uma teoria do Estado completa, por outro, as formulações parciais desenvolvidas abriram um campo fértil para o avanço da teoria política marxista como um todo. Com Poulantzas, a teoria marxista do Estado avança não apenas na forma das contribuições do autor, mas também pelo debate estimulado por suas proposições. No fim, restaram aportes teóricos e con-

ceituais que se mantêm relevantes, além de uma contribuição original sobre a natureza do Estado.

Não se pretendeu efetuar uma análise completa da teoria marxista do Estado, ou mesmo de algum autor em particular. Sobre Gramsci, conceitos importantes – e.g. revolução passiva, crise orgânica, bloco histórico, guerra de posição/ de movimento – não puderam ser trabalhados. De forma similar, sobre Poulantzas enfatizamos apenas dois momentos da obra de um autor capaz de continuamente visitar e aprimorar sua teoria. Assim, de forma mais modesta, efetuamos uma introdutória esquematização histórica de alguns dos principais pontos de inflexão da teoria marxista do Estado, destacando o diálogo entre dois dos principais nomes: Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas.

Acreditamos que os pontos apresentados são representativos da importância de Gramsci para o entendimento marxista do Estado e, particularmente, da sua influência nas elaborações teóricas que se seguiram. Mais do que apenas apresentar as ideias de Poulantzas, buscamos relacioná-las com as perspectivas gramscianas, posicionando os momentos de afastamento e aproximação. Mesmo nos momentos de aproximação entre os autores, em especial na etapa final do pensamento poulantziano, buscamos trazer também os pontos de diferenciação precisamente por não se tratar de adoção conceitual acrítica de Poulantzas, mas uma reflexão sobre a pertinência dos conceitos gramscianos e a concreta função em sua própria visão teórica.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. *Crítica Marxista*, n. 27, p.65-85, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere III*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere V*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HERRERA, Rémy. Alguns aspectos filosóficos e políticos da teoria de Estado em Marx e Engels. *Argumentum*, v. 3, n. 2, p. 71-93, 2012.
- JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*. [S.l.]: MacMillan, 1985.
- JESSOP, Bob. O Estado, o poder e o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p. 131-144, 2009.
- JESSOP, Bob. *The Capitalist State: Marxist theories and methods*. Oxford: Martin Robertson and Company, 1982.
- LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LIMA, Gustavo Santos Cintra. *Uma análise sobre a teoria marxista do Estado: a problemática da hegemonia política*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOTTA, Luiz Eduardo. O Estado, o poder, o socialismo: um livro “reformista”? In: *19º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Anais [...]. Florianópolis, [s.n.], 2019, p. 1-31.
- MOUFFE, Chantal. Hegemony and ideology in Gramsci. In: MOUFFE, Chantal (Org.). *Gramsci and Marxist Theory*. Londres/Boston/Henley: Routledge and Kegan Paul, 1979. p. 168-204.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. Preliminaries to the study of hegemony in the State. In: MARTIN, James (Org.). *The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2008. p. 74-119.
- WAIMAN, Javier. Itinerarios de la hegemonía gramsciana en la obra de Nicos Poulantzas. In: *XII Congreso Nacional de Ciencia Política*. Anais [...]. Mendoza, [s.n.], 2015, p. 1-31.

Recebido em 8 de agosto de 2021
Aprovado em 9 de setembro de 2021

Revisitando a ruptura: Marx em meio ao discurso jovem hegeliano (1843-1844)

Revisiting the break: Marx in the midst of the young Hegelian discourse (1843-1844)

Henrique Cunha Viana*

Resumo

O presente artigo revisita a clássica discussão do “corte” ou da “ruptura” no itinerário teórico de Marx, explorando diversos momentos possíveis que sirvam de marco à descontinuidade em sua obra entre 1843 e 1844. Discutimos brevemente as continuidades e descontinuidades de Marx em relação a Feuerbach, à obra de Hegel e ao discurso dos jovens hegelianos, explorando algumas posições clássicas no debate quanto à adesão à crítica da economia política e à conformação do materialismo histórico. Passamos primeiramente por alguns apontamentos sobre a proximidade entre o projeto de reforma da filosofia de Feuerbach e as obras da juventude de Marx, marcando em seguida o seu afastamento em relação a Bauer. Por fim, defendemos a interpretação materialista do corte feita por Michael Löwy, que ressalta a importância do projeto revolucionário proletário para a “virada” no pensamento de Marx.

Palavras-chave: Karl Marx, jovens hegelianos, materialismo histórico, teoria da revolução.

Abstract

This paper revisits the classic discussion of the “break” or “rupture” in Marx’s theoretical itinerary, exploring some possible moments that serve as a framework for the discontinuity in his work between 1843 and 1844. We briefly discuss Marx’s continuities and discontinuities in relation to Feuerbach, to Hegel’s work and to the Young Hegelian discourse, exploring some classic positions in the debate regarding Marx’s adherence to the critique of political economy and the conformation of historical materialism. We firstly state some notes on the proximity between Feuerbach’s philosophy reform project and Marx’s youth works, then marking his distance from Bauer. Finally, we defend the materialistic interpretation of the break made by Michael Löwy, which emphasizes the importance of the proletarian revolutionary project for considering the “turning point” in Marx’s thought.

Keywords: Karl Marx, Young Hegelians, Historical materialism, Theory of revolution.

* Doutorando em Economia no Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

1. Considerações iniciais

Muito discutido entre os intérpretes de Marx, o debate sobre a ruptura do autor com sua consciência filosófica da juventude é caracterizado por variadas posições que permanecem conflitantes, muitas vezes inconciliáveis. Ainda que muito tenha sido produzido sobre o tópico, acreditamos que, a partir da retomada e rerepresentação de pontos relevantes sobre a relação de Marx com o discurso jovem hegeliano, podem-se oferecer ainda hoje caminhos interessantes para a avaliação deste importante momento do itinerário de Marx, que reverbera em sua crítica da economia política.

Num período de cinco anos, entre 1842 e 1846, diversos intérpretes da obra de Marx estabeleceram um marco, um início ou, ainda, um momento definitivo de seu rompimento com uma forma de discurso anterior, em favor de uma forma nova de abordar suas questões teóricas e práticas. Diferentes textos já serviram de baliza para marcar um *antes* e um *depois* no pensamento marxiano; dos artigos sobre a lei da madeira da *Rheinische Zeitung* à *A Ideologia Alemã*, cada um dos seus textos do período serve a um dos argumentos de “superação” e “rompimento”. Se variam os textos utilizados como marco em cada interpretação, a constante é o uso de uma obra qualquer com vistas a demarcar um *antes* do pensamento de Marx e um *depois* que, normalmente, contém a crítica da economia política.

Se há grande divergência entre as obras que representam o “corte” e o próprio marco temporal, tampouco há consenso sobre o teor da ruptura: com o que Marx estaria rompendo neste período? Com o hegelianismo que parece adotar ao menos desde 1837 (Heinrich, 2018, p. 221)? Com o discurso “jovem hegeliano”, dada a dificuldade em falar em uma tal escola (*ibidem*, p. 339)? Ou o mais importante é a medida em que Marx deixa de ser *feuerbachiano*? Por último, teria sido a ruptura feita com a filosofia a mais importante, representando a passagem de Marx para o registro da *ciência da história*, para o materialismo histórico e para a crítica da economia política, como quer Althusser (1979)? Apesar da abrangência temporal possível nas teses da “ruptura” e da “inflexão” no pensamento de Marx, temos um recorte limitado: a produção de Marx entre 1843 e 1844. Sendo inoportuna uma retomada exaustiva, construiremos uma narrativa-hipótese como chave de leitura da ruptura com base na relação de Marx com Feuerbach e Bruno Bauer, para, ao final, discutir as relações entre a ruptura e a teoria da revolução no jovem Marx, tal como discutida por Michael Löwy (2015).

2. A ruptura feuerbachiana com a filosofia e Marx

Um ponto de passagem obrigatório para nossa questão é a inspiração *feuerbachiana* de Marx. Afinal, em seu famoso *Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução*¹, escrito em fins de 1843 e publicado em 1844, Marx escreve

¹ Daqui em diante referido apenas como *Introdução*.

que a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica. O autor ecoa a posição de Feuerbach de que “o homem – e este é o segredo da religião – objetiva a sua essência e se faz novamente um objeto deste ser objetivado, transformado em sujeito, em pessoa; ele se pensa, é objeto para si, mas como objeto de um objeto, de um outro ser” (Feuerbach, 2013, p. 58). A religião, diz Marx (2013, p. 151) nesse texto, é *consciência invertida do mundo, realização fantástica da essência humana*. Contudo, ainda que a crítica da religião seja pressuposto de toda a crítica, ela é insuficiente em si mesma: a próxima tarefa crítica deveria ser, diz o autor, “desmascarar a auto alienação nas suas formas não sagradas” (*ibidem*, p. 152).

Este texto de Marx, publicado em 1844 nos *Deutsche-Französische Jahrbücher*, parece não apenas endossar o que foi escrito por Feuerbach em 1841, em *A essência do Cristianismo*, como também apresenta afinidades com *Teses provisórias para a reforma da filosofia*, texto feuerbachiano de 1842. Em *Teses provisórias*, Feuerbach defende a necessidade de inverter a filosofia especulativa de Hegel (Feuerbach, 1988a, p. 20), bem como de negar *toda a filosofia de escola*, em favor de uma filosofia nova: “A nova filosofia já se expressou quer *negativa* quer *positivamente* como filosofia da religião. Basta apenas transformar em *premissas* as *conclusões* da sua análise, para nelas reconhecer os princípios de uma filosofia positiva” (*ibidem*, p. 33). Já em outro escrito, *Princípios da filosofia do futuro*, uma expansão dos argumentos das *Teses provisórias*, diz Feuerbach:

A nova filosofia, segundo o seu ponto de partida histórico, tem a mesma tarefa e posição perante a filosofia anterior, que esta teve em relação à teologia. A nova filosofia é a realização da filosofia hegeliana, da filosofia anterior em geral – mas uma realização que é ao mesmo tempo a sua negação e, claro está, uma negação livre de contradição (Feuerbach, 1988b, p. 62).

Assim como Feuerbach o faz em *Princípios da filosofia do futuro*, Marx fala da negação/realização da filosofia hegeliana na *Introdução*, afirmando a crítica à teologia e à religião como ponto de partida. Podemos refletir sobre o conteúdo que Marx dá a essa nova “filosofia positiva” a partir de suas censuras i) ao partido político *prático*, que exige a negação da filosofia e pensa fazê-lo, mas em verdade não abandona o registro da mera fraseologia, esquecendo que “não podeis suprimir a filosofia sem realizá-la” (Marx, 2013, p. 156); e ii) ao partido teórico, “oriundo da filosofia”, que acreditou poder “*realizar a filosofia sem suprimi-la*”, ao vislumbrar apenas o combate da filosofia contra o mundo, sem questionar a legitimidade da filosofia, que pertence justamente a este mundo. Já Marx fala de uma “negação da filosofia até então existente, da filosofia como filosofia” (*ibidem*, p. 157), o que permitiria então realizá-la.

Se aqui Marx parece distanciar-se já dos chamados jovens hegelianos – ou

ainda, de um discurso jovem hegeliano – na medida em que critica o “partido teórico” que opõe a razão ao mundo inessencial – movimento que, segundo Chasin (2009), se inicia com *A questão judaica* e é retomado em *A Sagrada Família* –, parece fazê-lo com Feuerbach, já que vê na realização da filosofia hegeliana a sua negação. Porém seria Marx *feuerbachiano*?

Jesus Ranieri, o tradutor brasileiro dos cadernos que, reunidos, são chamados de *Manuscritos de Paris*, responde negativamente. Ranieri (2010) vê ali, “um exame [...] da produção e reprodução da vida à revelia de uma teoria crítica de matiz preponderantemente epistemológico do estranhamento [*Entfremdung*] do homem, esse, sim, o caso de Feuerbach”. Outro é o caminho desenvolvido por Jacques Rancière (1979) em “A crítica da economia política nos Manuscritos de 1844”, presente no primeiro volume de *Ler o Capital*, organizado por Althusser. Seguindo a ideia do corte entre ciência e ideologia do último, Rancière vê de um lado o “discurso crítico” do jovem Marx, de outro o “discurso científico” do Marx maduro. Os *Manuscritos de Paris*, no registro do discurso crítico, fazem não só uma crítica *externa* à economia política, como se baseiam numa antropologia filosófica, inspirada em Feuerbach. O procedimento de Marx nos *Manuscritos* é, para Rancière, o da anfibia: tradução dos termos da economia política numa antropologia/teoria do homem que revela a perversão da disciplina. Não há qualquer conhecimento novo aqui, apenas a troca terminológica de “trabalhador” por “homem”, “trabalho” por “atividade genérica”, “produto” por “objeto”, “valor” por “dignidade” sem adentrar, portanto, o campo da crítica interna (Rancière, 1979). Seria mesmo o caso de escolher entre o Marx *feuerbachiano* e o Marx *avesso a Feuerbach*?

Acreditamos que não. Se de um lado o próprio Marx, no “Prefácio” ao Caderno III dos *Manuscritos* de 1844, nos diz que “[a] crítica da economia nacional deve, além do mais, assim como a crítica positiva em geral, sua verdadeira fundamentação às descobertas de Feuerbach” (Marx, 2010b, p. 20), há também uma boa dose de crítica interna à economia política, num procedimento de leitura que poderíamos chamar de *suspeita* (Ricoeur, 1988, p. 6), um acompanhar por parte de Marx das categorias da economia política, até a descoberta das contradições internas do discurso dos “economistas nacionais”². Não que a antropologia

² Acreditamos ser possível dizer que Marx, nos *Manuscritos de Paris*, identifica seis contradições entre os mecanismos desvendados pela economia política – isto é, a apreensão do movimento da realidade – e os corolários de seus teóricos quanto ao bem estar social: i) para aumentar a riqueza da sociedade é necessário primeiramente “retirar o produto das mãos do trabalhador”, em situação de penúria, dado que capital é trabalho acumulado, o aumento da riqueza tem em sua origem uma retirada, ii) o estágio de maior riqueza social é um estado de infelicidade da maioria da população, iii) o “progresso” descrito pelos próprios economistas não eleva o salário, mas aumenta o capital, iv) os economistas nacionais acreditam que a concorrência ameniza os males, mas para existir concorrência deve-se ter primeiramente acúmulo de capital, v) a renda efetiva é estabelecida na luta entre arrendatário e proprietário, e, por último, vi) o interesse do proprietário de terras não é idêntico ao da sociedade, como quer Smith.

seja irrelevante neste texto, mas o que defendemos é que, retendo a imagem do Marx *feuerbachiano*, perdemos a diferença entre a essência humana como perfeição da razão, do amor e da vontade, de Feuerbach (2013, p. 36), e a “vida genérica do homem”, de Marx, que consiste na vida produtiva, no metabolismo com a natureza, na *atividade consciente livre* como o caráter genérico do homem (Marx, 2010b, p. 84). Por mais que a existência de uma *Entfremdung* remeta a uma posição originária suposta sem a cisão, a denúncia de um certo “essencialismo” dos *Manuscritos de Paris*, ainda que correta, pode, a depender do peso, perder um momento importante da obra de Marx, qual seja, a sua discussão inicial do trabalho e da vida genérica³.

Acreditamos que temos já nos *Manuscritos* os primeiros passos da concepção materialista de *A ideologia alemã*, escrita junto de Friedrich Engels, a ser desenvolvida justamente no fragmento “Feuerbach e a história”. O ser genérico é o solo sobre o qual se pode falar, nos *Manuscritos*, da história da indústria como o “livro aberto das forças essenciais humanas” (Marx, 2010b, p. 111), o que já é um avanço em relação a Feuerbach e à sua consideração da sensibilidade. Uma tal visada materialista das forças e do ser genérico é esboçada nos *Manuscritos* e aparece já mais refinada e transformada em *A ideologia alemã*, como ponto de vista da produção e reprodução material da vida. Na medida em que desde o início se apropria daquele que “inaugura” a crítica, em vez de aderir simplesmente à sua filosofia, não parece ser mesmo o caso de falar de um Marx *feuerbachiano*.

Marx escreve, já em 1844, n’*A Sagrada Família*, publicada em 1845, que apenas Feuerbach critica Hegel do ponto de vista hegeliano, ao contrário de Bauer e Strauss:

ao dissolver o espírito metafísico *absoluto* no ‘homem real sobre a base da natureza’; é ele o primeiro que consuma a *crítica da religião*, traçando, ao mesmo tempo, os grandes e magistrais *rasgos basilares* para a *crítica da especulação hegeliana* e, por isso, de *toda a metafísica*. (Marx & Engels, 2011, p. 158).

Em *A Sagrada Família* vemos uma defesa de Feuerbach, dito mais avançado que os jovens hegelianos, e apontado como um dos únicos críticos consequentes de Hegel. Apesar dessa defesa, dentro de um ano Marx e Engels iniciam a redação dos rascunhos de “Feuerbach e a História”, por volta de 1845-46, com a identificação das “relações terrenas reais” (Marx & Engels, 2007, p. 46) já mais consolidada, isto é, estão mais firmes na posição seja de crítica à filosofia, seja de

³ Segundo Ernst Mandel, mesmo o conceito de alienação deixa de ser apenas filosófico e torna-se socioeconômico nos *Manuscritos*. Daí que Marx não fala mais de um mundo desumanizado, mas de uma sociedade determinada desumanizada. Ver Mandel (1980, p. 31).

apresentação de uma teoria nova da análise histórica. O que dizer então da ruptura?

Defendemos aqui que Marx, após 1842 – o ponto de partida de seu despertar para as contradições da relação entre propriedade civil e Estado (Bensaïd, 2017) –, encontrou em Feuerbach a filosofia que seria o *fundamento*, a base dos primeiros passos da crítica. Marx encontra ali o tema da inversão especulativa, a realização da filosofia como sua supressão, a visada da realidade em sua materialidade e o pensamento sobre o genérico no humano. Mas de forma transformada: quando se apropria dessa filosofia, Marx dá um passo em relação à inversão, à *supressão da filosofia do próprio Feuerbach*, transformando o sentido do materialismo e a própria noção de genérico, que abandona a sensibilidade para tornar-se *atividade sensível*.

Marx primeiramente apropriou-se criticamente de Feuerbach para, depois, superar sua filosofia. Retrospectivamente, ainda que Feuerbach possa parecer figura fosca, sendo por demais breve e inicial sua influência na obra de Marx, em vista do novo sentido da *práxis* e do conteúdo novo da superação da filosofia, é no mínimo injusto com o primeiro e apressado quanto à leitura do segundo o esquecimento do projeto de reforma da filosofia, com o qual muito se entusiasmou o jovem Marx. Poderíamos dizer que Marx *realiza Feuerbach, suprimindo sua filosofia*. Se há aqui ruptura, ela se dá processualmente, entre 1843 e 1844, enquanto uma “apropriação crítica” que já é uma transformação do próprio Feuerbach, e depois, com a superação propriamente dita, que encontra o seu termo definitivo em *A ideologia alemã*. A ruptura com Feuerbach parece se dar fora de nosso recorte. Outro parece ser o caso da relação com o grupo dos jovens hegelianos, que quebra-se antes.

3. Marx entre Hegel e os jovens hegelianos

Se a passagem por Feuerbach já é complicada, o possível hegelianismo de Marx rende debates intermináveis entre seus intérpretes. Sem pensar numa ruptura *em relação a Hegel*, acreditamos que os *Cadernos de Kreuznach*, também chamados de *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, de 1843, parecem representar um primeiro ajuste de contas com o *hegelianismo* anterior de Marx, que Chasin (2009) chama de passagem do período juvenil ao período adulto. Ao que nos parece, esses textos marcam o abandono por parte de Marx da concepção hegeliana de Estado (Enderle, 2013, p. 22), e não de toda a obra de Hegel, tampouco com toda a filosofia.

No centro da discordância de Marx está a reprovação da análise enquanto “coisa da lógica”, em vez de lógica da coisa – no que Hegel teria dado lugar a uma lógica abstrata, em vez do conceito de Estado (Marx, 2013, p. 46), o que fica claro na consideração sobre o monarca e o singular (*ibidem*, pp. 50-54) –, bem como a

denúncia de um procedimento de atenuação, de velamento, por parte de Hegel, da oposição entre Estado e sociedade civil, esfera política e esfera não política (Enderle, *ibidem.*, p. 27). Marx (2013, p. 57) objeta à teoria hegeliana que o Estado, enquanto momento racional e externo aos particularismos da sociedade civil, em verdade mantém o privado desta última como privado, isto é, como transcendente à constituição. Há uma falha no argumento de Hegel, diz Marx, na medida em que ele considera a sociedade civil *bellum omnium contra omnes* e ainda assim faz do egoísmo privado o “segredo do patriotismo dos cidadãos”, “a profundidade e a força do Estado na disposição” (*ibidem*). A “solução” parece artificiosa a Marx, insuficiente.

O argumento dos *Cadernos de Kreuznach* ressoa em outros dois textos escritos por Marx no mesmo ano, que compõem *Sobre a questão judaica*. Numa polêmica com Bruno Bauer a respeito da emancipação política dos judeus – à qual Bauer se opõe por considerá-la uma forma de particularismo, um desejo de privilégios por parte dos judeus – Marx já associa Bauer a Hegel precisamente quanto à artificialidade da solução do Estado racional. Segundo Marx (2010a, p. 41), para ambos “[a] sociedade burguesa, em seu antagonismo ao Estado político, é reconhecida como necessária porque o Estado político é reconhecido como necessário”. Acontece que o Estado político não consegue superar *de fato* a oposição dos particulares da sociedade civil. Se o espírito da sociedade burguesa é expressão da separação, do particularismo, o espírito do Estado é mera forma abstrata de superação e, por isso, a emancipação política é “emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui” (*ibidem*).

Para Marx, a chamada questão judaica é uma parte da contradição entre Estado político e sociedade burguesa. Aparte alguns desdobramentos da disputa em torno da questão⁴, é de suma importância a visada singular de Marx (2010a, p. 56), que busca abandonar a crítica religiosa e “procurar o mistério da religião no judeu real”, o que já nos diz sobre seu método. Talvez o que há de mais relevante para nossa discussão seja a compreensão da colocação de Marx sobre a emancipação humana como um além da emancipação política. A revolução política, diz Marx, apenas libertou o jugo do egoísmo, agora dispensado da política, possibilitando a “realização plena do materialismo da sociedade burguesa”. A emancipação política teve como resultado a exclusão da materialidade dos assuntos do Estado, que teve seu papel reduzido ao reconhecimento do movimento desenfreado da sociedade burguesa. De forma sintética, Marx parece dizer que não há razão do Estado capaz de transcender o *movimento desenfreado* da sociedade civil, e é essa diferença que devemos explorar.

⁴ Marx se pergunta: Por que Bauer afinal quer negar os direitos políticos aos judeus, como se a comunidade judaica fosse o entrave à emancipação humana, olvidando o judaísmo prático da sociedade civil burguesa?

Marx aponta, ao final do primeiro dos artigos contra a posição de Bauer, que a emancipação humana – i.e., não meramente política – só chegará “quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*” (*ibidem*, p. 54). Daí que não é a emancipação do judaísmo religioso que deveria ser visada, e sim do judaísmo prático. Marx defende que a verdade do judaísmo está na necessidade prática, no egoísmo, e que a verdade dessa religião é a práxis, não o isolamento da comunidade judaica. Numa reversão, afirma que o judaísmo prático encontra sua culminância teórica justamente no cristianismo, que tornou todas as relações *exteriores* ao homem e que foi capaz de “substituir os laços de gênero pelo egoísmo” (*ibidem*, p. 59). Mais uma vez: a solução para os conflitos se encontra não na razão do Estado, mas na mudança da forma do laço social, reorganização das forças próprias humanas.

Como pensar essa oposição a Bauer – que se dá quase simultaneamente ao ajuste de contas com Hegel – que se aprofunda n’*A sagrada família* e n’*A ideologia alemã*? Como compreender a oposição tão ferina de Marx, antes *do grupo jovem hegeliano*, do clube dos doutores, amigo íntimo de Bruno Bauer? Qual o teor dessa ruptura? Na impossibilidade de falar do grupo, pensemos aqui o rompimento de Marx com o *discurso jovem hegeliano* (Heinrich, *ibidem.*, 322), encarnado na voz de Bauer. Há dois momentos já presentes em *A questão judaica* – e que serão a tônica de *A sagrada família* – que parecem ser o centro da crítica de Marx a Bauer: i) análise como “coisa da lógica”, formulação acrítica guiada por supostos passos necessários de desenvolvimento do conceito; e ii) o idealismo quanto ao Estado racional, crença numa resolução política do conflito.

Como dissemos anteriormente, a *Introdução* foi publicada nos *Deutsche-Französische Jahrbücher*, em 1844. É neste texto que Marx fala pela primeira vez no papel do proletariado na transformação social, como classe que “não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas” (Marx, 2013, p. 162). Em vez de seguir o “sonho utópico da Alemanha”, limitado pela revolução parcial e meramente política, “que deixa de pé os pilares do edifício” (*ibidem*, p. 160), Marx aposta na força política da “massa que provém da *dissolução aguda* da sociedade” (*ibidem*, p. 162). É 1844, mesmo ano da publicação de *O gênero e a massa*, de Bruno Bauer, no *Allgemeine Literatur-Zeitung*, em setembro, logo depois da publicação do texto de Marx.

Bauer (1983) abre este seu texto fazendo uma crítica a um certo “recurso” no debate político: a elevação da massa, “as if then somehow the crowd would be raised up out of its element, its massiveness, the dead form of the multitude!”. Posiciona-se contra aqueles que acreditam que a massa possa elevar-se a si mesma (Bauer, 1983, p. 198), contra aqueles que elegeram-na como objeto de culto, poupando-a da crítica, como remédio contra o Espírito. Se estes dizem que a

massa não tem preconceitos, Bauer contesta: a massa, “determinada como proletariado”, é composta apenas de átomos com os preconceitos mais simples, não sendo, portanto, panaceia para o egoísmo. E vai além: a dissolução do interesse de classe teria como resultado, em vez da solidariedade, o puro interesse, composto de uma infinidade de interesses que competem. A solidão e o egoísmo são características da massa, para Bauer, e a ideia de que ela se submete à esfera mais ampla do movimento social, conectando e reunindo os trabalhos solitários, é pura aparência, especulação: a massa continua restrita materialmente “to a particular, fixed occupation and operation, and the possibility of any sort of spirituality is taken from it” (*ibidem*).

Bauer alega que o integrante da massa e escravo do trabalho puramente manual não consegue alcançar uma noção espiritual da competição geral, que solapa a solidariedade e cultiva o egoísmo, ele apenas pode “sentir a sua pressão”. Sem a noção espiritual, não consegue interpretar e explicar sua própria situação e, conseqüentemente, não consegue se opor a ela. Apenas o Espírito, argumenta Bauer, pode encontrar um novo ordenamento que satisfaça todos os interesses, e o seu maior obstáculo é justamente o convencimento da multidão a propósito da verdade de sua ideia. Apenas ele tem e pode realizar esta tarefa: elevar a massa ao ponto do trabalho universal. O conflito social se dá na fricção de “massas de interesses espirituais”, e a luta se dá apenas nesta esfera superior. A massa é aqui caracterizada como reacionária, confusa, indolente e medrosa, sem acesso à ideia universal: “the crowd is the decay of the genus into a mass of individual atoms” (Bauer, 1983, p. 199). A massa aparece apenas *depois da desintegração da diferença específica do gênero*, agora já pálida: a massa é o “sedimento de uma forma orgânica decomposta” (*ibidem*, p. 200).

E Bauer se pergunta: como trazer de novo o gênero à cena, unindo estes átomos? Na França pensa-se a organização da multidão, já na Alemanha tenta-se restaurar a honra do gênero via Feuerbach – um defensor da submissão à medida, à lei e ao critério do gênero, pretensamente correspondente à essência e à verdadeira humanidade do homem, enquanto razão, vontade e coração. Mas Bruno Bauer argumenta que a “essência do gênero” da qual fala Feuerbach é, na verdade, uma forma de fraqueza, dado que ela é inatingível ao indivíduo, um infinito que o homem não possui, mero “prêmio de consolação” sem efetividade. Tampouco o trabalho pode resgatar o gênero: a atividade, pelo contrário, barra ao trabalhador o conhecimento e a visão do “trabalho coletivo do gênero”. Seria a organização do trabalho e a conseqüente eliminação da competição uma saída? Para Bauer, os defensores de tal causa não acreditam que a liberdade possa ser resultado da competição e desejam “only one thought, will, and arranging power has its place henceforth, and which should thus form a singular rising over the enormous plane of laboring society” (*ibidem*, p. 203).

Até o fim do texto, Bauer rejeitará a “alternativa” da organização do traba-

lho, dado que o custo do gênero é a existência de uma autoridade “which must punish in the most severe manner any attempt of the laborer-slaves to concern themselves with anything other than the tasks assigned to them” (*ibidem*). Os partidários dessa visão nada sabem do espírito ou da autoconsciência, ao dar prerrogativa à autoridade e conferir a ela toda inteligência e astúcia necessária à aniquilação da competição. Bauer acrescenta sobre os limites da razão:

The exhaustion following upon the illusions of the Enlightenment very likely makes certain the training of an unrestricted commanding industrial authority which will embrace every thought and will. Criticism has brought forth bright and rigid men into an illusory self-reliance, and they already claim to know the whole of the world and are quite ready to rule it (Bauer, 1983, p. 203).

Por fim, o autor discute os “dogmas do comunismo francês”, sobretudo aquele que indica que “the laborers produce everything, and so have a right to everything”. Essa visão determina que apenas uma parte da sociedade causa todo o seu sofrimento, estando a outra sadia. Logo, a primeira deve ser amputada, “negating everyone besides the crowd of useful laborers”, modificando assim toda a sociedade, “in place of the state the non-state abruptly enters, in place of government, anarchy, and in place of the amputated distinctions, unity, brotherly love, freedom and equality enter” (*ibidem*, p. 204). O custo da sociedade fraterna, que assegura liberdade e igualdade, é o completo controle estatal e a abolição da liberdade nas mais pequenas coisas, representando, para Bauer, o fim da vontade. A chamada “união” é assegurada apenas porque há um dogma, e o organismo, a imanência do gênero, tampouco é conseguida: há apenas “despotic condition of subdued atoms”, com subsequente exclusão do espírito. Bauer conclui que a massa está em guerra contra o espírito, e que a causa da crítica é contra o gênero, seja na forma *feuerbachiana*, seja na forma niveladora do comunismo.

A diferença entre os dois textos publicados no mesmo ano, *Introdução*, de Marx, e *O gênero e a massa*, de Bauer, é patente. Enquanto Marx requisita o gênero – como em seus *Manuscritos de Paris* –, Bauer rejeita-o; quando Bauer fala de uma racionalidade superior que possibilita a formulação de uma ordem nova a partir dos conflitos de interesses espirituais, Marx parece criticar a resolução *política* dos conflitos. Enquanto Marx fala explicitamente da necessidade da massa, do proletariado, para a transformação radical e para a emancipação humana – não só política, é bom ressaltar –, Bauer faz questão de falar sobre os obstáculos que a massa opõe à real transformação racional, que se dá “apenas pelo alto”, em suas palavras.

É forçoso lembrar que a formulação marxiana da *Introdução* é aquela na qual “a filosofia encontra suas armas *materiais* no proletariado” e “o proletariado

encontra na filosofia suas armas *espirituais*” (Marx, 2013, p. 162). Temos aqui a supressão/realização da filosofia como matéria, mas este texto é conhecido justamente por ser a primeira aproximação de Marx do comunismo, portanto distante ainda da *autoemancipação* dos trabalhadores. Mas mesmo que o Marx de 1843 não seja o de 1846, que escreve *A ideologia alemã*, acreditamos que os dois textos de 1843 e publicados em 1844 são cruciais para compreender a ruptura com o discurso jovem hegeliano. Nestes textos, Marx defende a emancipação humana como um além da emancipação política, apontando para o papel da massa nessa transformação. Como vimos, o texto de Bauer veta o conhecimento às massas e defende uma revolução “pelo alto”.

Vejam como Marx responde a Bauer em *A sagrada família*, já em tom jocoso e sem grandes reservas, bem diferente dos textos sobre a questão judaica. A pena ferina de Marx vai condenar a “Crítica crítica” que se escandaliza com a presença da “massividade”. É bastante instrutivo o capítulo VI, intitulado “A Crítica crítica absoluta ou a Crítica crítica conforme o senhor Bruno”, no qual Marx fala sobre as “campanhas da Crítica absoluta”. Além do aprofundamento da denúncia da análise de Bauer como “coisa da lógica” e a retomada de outros pontos da questão judaica, é fundamental para a nossa discussão a curta seção “e) derrota final do socialismo”, onde Marx trata da crítica de Bauer aos “sistemas estabelecidos para organizar a massa”, desenvolvida em *O gênero e a massa*.

O primeiro assunto é a censura de Bauer direcionada aos “iluministas alemães” que, sem saber o que fazer, importaram os sistemas franceses. Marx objeta que Bauer não compreende qualquer coisa de comunismo e tem apenas, como acontece com a maioria dos objetos da “crítica”, uma visão de segunda mão e acrítica; no caso do comunismo, Bauer tem como objeto não o comunismo real, mas o livro de Lorenz von Stein (Marx & Engels, 2011, p. 154). O que está por detrás da condenação de Bauer do comunismo é um método corrente da “Crítica crítica”, que é apenas reatualizado aqui: sem a “Crítica crítica”, representante do Espírito, tem-se a danação.

As classes mais baixas, diz Marx, mudam diariamente por conta da sua experiência da vida prática, “sabem se elevar espiritualmente, sem necessidade de que baixe sobre elas o Espírito Santo da Crítica crítica” (*ibidem*). Quanto à censura de Bauer à ideia de “organização da massa”, Marx declara que os socialistas franceses, pelo contrário, sabem que a sociedade burguesa já é essa organização. O parecer de Bauer é nulo, distante do objeto, e só faz criar uma narrativa na qual os movimentos do real “ainda eram Crítica confundida com massa ou espírito confundido com matéria”, visando, com o “método crítico” extirpar, “assim a impurificação do espírito por parte da matéria e da crítica por parte da massa, respeitando sua própria carne e crucificando a carne alheia”. A raiz da censura de Bauer ao comunismo, diz Marx, é a luta do espírito contra matéria empreendida pela “Crítica crítica” (*ibidem*, pp. 155-156).

Se o rompimento com a teoria hegeliana do Estado por parte de Marx leva ao abandono da crença na razão do Estado e na possibilidade de resolução dos conflitos por meio da burocracia e das corporações, há aqui, na disputa com Bauer, um elemento novo. Não apenas a defesa da emancipação *humana* e a descrença na resolução política, mas a eleição de uma fonte viva da transformação, o proletariado. Essa passagem parece representar o rompimento com o “discurso jovem hegeliano”, manifesto na posição de Bauer. Mas como se dá essa passagem e qual a diferença específica de Marx? Por que temos rompimento e não estamos mais, portanto, numa disputa interna à tradição, e sim na presença de um passo significativo em relação a algo novo? Ao que parece, Marx abandona uma forma de fazer filosofia, encarnada aqui na figura de Bauer, e a diferença se consolida em sua teoria da revolução, que acompanhamos em seguida com a ajuda de Michael Löwy.

4. Do comunismo filosófico à revolução

A noção de revolução proletária e a associação entre transformação social e vivência do trabalho parecem ser *alheias* ao ambiente e ao discurso jovem hegeliano, ao menos quanto ao grupo de Bauer. Se tomamos os autores glosados em *A sagrada família*, uma tal força transformadora das classes populares é estranha à “Crítica crítica”, que pensa a si mesma como a correção da “massividade massiva”. O já discutido texto de Bauer, *O gênero e a massa*, nos parece substancial para pensar esse afastamento de Marx do discurso jovem hegeliano, no qual, não obstante, ele se formou e estabeleceu contatos por um bom tempo.

O rompimento parece se dar por meio da tematização marxiana da *emancipação humana*, além da *emancipação política*, o que significa a modificação das relações reais e não apenas a “racionalização transcendente” pela via do Estado. Porém, qual a fonte de Marx na defesa da emancipação e da revolução? Seria ela inspirada em Feuerbach, que tematizou a realização/supressão da filosofia por meio do materialismo e da consideração do gênero? Teria ela relações com Hegel? O par emancipação-revolução, junto da ideia da massa que se apodera da teoria e realiza/suprime a filosofia, é interno à tradição ou é criação de algo novo? Se é uma novidade, como Marx chega a esse novo arranjo que rompe com sua visão anterior?

Acreditamos que é necessário pensar os passos do próprio Marx para conseguir compreender os tempos dessa ruptura e, para tanto, utilizaremos como fonte a obra *A teoria da revolução do Jovem Marx*, de Michael Löwy (2015), estudo de grande qualidade historiográfica, que nos permite a reconstrução da chamada “passagem para o comunismo” de Marx. Passagem que parece ser a chave para a ruptura que aventamos nas últimas páginas.

Löwy pensa o rompimento de Marx em seu contexto, qual seja, a crise geral

dentre os hegelianos de esquerda, que passam da esperança de racionalização do Estado em 1840 à decepção completa com Frederico Guilherme IV em curto período de tempo. Sem o apoio do rei prussiano para o avanço das tão esperadas reformas de Estado, a situação se agrava com a exoneração de Bauer em 1842. A partir daí, diz Löwy (2015, p. 55), o movimento *politiza-se*, confronta-se com questões novas, materiais, e, agora, em aliança com a burguesia renana. Na produção de Marx, a politização pode ser percebida nos já mencionados artigos a respeito da lei sobre o furto da madeira. De inspiração hegeliana, visível na oposição entre “razão do Estado” e “interesses particulares” (*ibidem*, p. 58), os artigos de Marx estabelecem também certa distância de Hegel, ao rejeitar suas soluções para o conflito entre Estado e sociedade civil. Porém, mesmo opondo o egoísmo dos proprietários ao caráter radicalmente libertário dos despossuídos (*ibidem*, p. 61), Marx apenas “se preocupa com os pobres”, e não é ainda comunista.

É apenas aos poucos, durante o trabalho na *Rheinische Zeitung*, que Marx toma conhecimento – através de Moses Hess – dos socialistas. Desde este momento declara seu apreço aos que considerava não dogmáticos, sobretudo Proudhon e Dézamy, mas sua avaliação em 1842 é ainda *jovem hegeliana*, nas palavras de Löwy, na medida em que vê o comunismo como um “sistema de dogmas”, um trabalho teórico, mais perigoso em suas ideias do que nas “tentativas práticas da massa” (*ibidem*, p. 65).

A transição de Marx, por volta de 1843, é também analisada por Löwy no contexto mais amplo de uma segunda quebra de aliança com os hegelianos de esquerda, desta vez com a perda de apoio da burguesia renana, que silencia diante da interdição da *Rheinische Zeitung*. São três tendências, segundo Löwy, que se estabelecem a partir do fim da aliança com a burguesia liberal: i) os “Livres”, em torno da *Gazeta Literária* e do grupo de Bauer, que interpreta o fracasso do grupo como um “recuo das massas; ii) a corrente “democrático-humanista”, com Ruge e Feuerbach, à qual Marx está mais próximo no início de 1843; e, por último, iii) a corrente “comunista-filosófica”, que se opõe à categoria do egoísmo, com Hess, Bakunin e Engels (*ibidem*, p. 71). O movimento marxiano é descrito por Löwy como uma passagem de ii) a iii), no ano de 1843, a partir dos textos que discutimos anteriormente.

Marx questiona, neste momento, a universalidade do Estado, que deixa de aparecer como “verdade”, deslocando sua análise do *político* ao *social*. Daí em diante ele vai não mais defender a necessidade do Estado de refrear o egoísmo a partir do aprimoramento da forma política, tal como no debate da lei sobre o furto de madeira, e sim a necessidade de mudar o conteúdo social, o próprio fundamento da sociedade civil, a sua essência privada (*ibidem*, p. 74).

Como dissemos a propósito da questão judaica, Marx reprocha aqui a emancipação *meramente política*, que se dá no interior da ordem social e deixa conservado o princípio da sociedade burguesa. Neste sentido, as cartas de Marx

a Ruge publicadas na *Rheinische Zeitung* dão exemplo dum primeiro afastamento em relação ao discurso de Bauer, na medida em que atribuem um papel às massas sofredoras na emancipação, mas ainda no registro do *discurso jovem hegeliano*, uma vez que a massa sofredora é passiva e animada pela filosofia (Löwy, 2015, p. 78). Não ainda “marxista”, mas um início do rompimento, dado que, nas cartas a Ruge, lemos que Marx discorre sobre a necessidade da *crítica interna* à ordem social: “não queremos antecipar dogmaticamente o mundo, mas encontrar o novo mundo a partir da crítica do antigo” (Marx, 2010a, p. 70). Não é de um sistema pronto que se deve partir – do comunismo como abstração de Cabet, Dézamy e Weitling –, e sim da organização “a partir das *próprias* formas da realidade existente” (*ibidem*).

Segundo Löwy, o início de 1843 é o terreno da adesão ao comunismo, mas não o rompimento do qual falávamos: em março Marx torna-se antes um partidário do *comunismo filosófico*. Löwy propõe então uma periodização da ruptura de Marx em três momentos: além do primeiro, de adesão ao comunismo filosófico, temos um segundo momento, de “descoberta” do proletariado – o que abordamos em nossa segunda seção –, e um terceiro, da adesão ao comunismo de massas, que representa a descoberta do proletariado *revolucionário*. *Sobre a questão judaica* representa, no itinerário de Marx, uma aproximação da “humanidade sofredora”, mas que ainda precisa ser animada pela filosofia. Todavia, encontramos nos artigos: i) a crítica ao homem egoísta, ii) crítica aos limites da emancipação política, iii) a caracterização da sociedade civil como esfera do egoísmo e iv) a identificação do dinheiro como momento da alienação. Se Marx fala aqui dos “homens”, seu comunismo filosófico é já diferente do de Hess, na medida em que a crítica ao egoísmo não tem caráter moralizante (*ibidem*, p. 80).

Porém, é a *Introdução* que representa para Löwy a “ponte”, ponto de partida para a reflexão sobre o movimento operário europeu, ponto de chegada “de uma evolução filosófica de ‘busca do universal’”, que é a descoberta “do proletariado como classe emancipadora, como base real da revolução comunista”. É o momento limítrofe do comunismo filosófico de Marx: tem, ao mesmo tempo, algo da fase anterior, na medida em que a filosofia anima as massas, mas aponta já em outra direção e nos permite falar de um rompimento com o discurso jovem hegeliano e criação de algo novo.

Löwy nos lembra que Marx menciona neste texto, pela primeira vez, o termo *proletariado*, que é “a marca de Paris” (*ibidem*, p. 89). Uma primeira parte do texto é escrita em Kreuznach, a parte final é escrita durante a viagem de Marx a Paris, de outubro de 1843, quando ele tem um primeiro contato com os movimentos operários e sofre o “choque ideológico” dos comunistas franceses. Mas por que seria a segunda fase ainda filosófica? Löwy defende que Marx não tinha ainda, a essa época, uma ideia concreta do movimento operário parisiense: sua pesquisa mostra que entre outubro de 1843 e fevereiro de 1844 não há sinais de

contato de Marx com as sociedades secretas comunistas. Por isso a imagem de um choque: há aqui um rompimento, mas ela ainda não é a transição completa para o comunismo de massas, que de certa forma contém a crítica da economia política.

O texto publicado em 1844 nos *Deutsche-Französische Jahrbücher* é, segundo Löwy, a culminância de uma filosofia crítica, que a partir de então torna-se prática. Representa os primeiros passos da busca de uma base concreta para a transformação, que Marx já sabe a essa época não poder encontrar junto à burguesia alemã. Assim, acreditamos ser possível dizer que este é o momento da ruptura com o discurso *jovem hegeliano*, e mesmo com o comunismo filosófico de Hess e Feuerbach. Marx aposta a partir de então, ainda que mais tomado pelo “choque” do que com conhecimento de causa, no proletariado como base material do processo de transformação. A revolução, a partir daqui, só pode ser realizada pelos despossuídos, classe universal, de grilhões radicais, que não reivindica qualquer *direito particular*, que não pode emancipar-se sem emancipar todas as outras esferas da sociedade.

O termo da ruptura, segundo Löwy, é a descoberta do proletariado revolucionário, a partir do contato de Marx com as sociedades secretas comunistas de Paris, com a Liga dos Justos, a revolta dos tecelões silesianos, além da proximidade com certa produção bibliográfica no período de 1844 a 1845, com obras como as de Lorenz von Stein, Flora Tristan, Eugène Buret e Carlyle (Löwy, 2015, pp. 100-116). Segundo Löwy é apenas n’*A ideologia alemã* que veremos o proletariado ativo, que completa a transição marxiana, movimento que é primeiramente aventado nas “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano’”, texto publicado em agosto de 1844 no *Vorwärts*, em Paris, contra Ruge (*ibidem*, p. 128).

5. Considerações finais

Se tomamos como referência a divisão de Löwy, em nossas duas primeiras seções discutimos os dois primeiros estágios da ruptura de Marx: i) com o discurso jovem hegeliano em direção ao comunismo filosófico e ii) do comunismo filosófico à solução de compromisso com o proletariado. Vale agora retomar a costura de nosso desenvolvimento sobre as rupturas em 1843-44. Em primeiro lugar, Feuerbach nos parece crucial para pensar a primeira fase, de adesão ao comunismo filosófico, por oferecer os *fundamentos* dessa primeira busca de Marx, tanto em sua crítica da religião quanto em sua proposta de reforma da filosofia. Sua influência é mais prolongada e pode ser vista ainda nos *Manuscritos de Paris*, mesmo que a partir de uma apropriação crítica e superação, como acreditamos ter mostrado.

Num segundo momento, discutimos como os *Cadernos de Kreuznach* nos

indicam a ruptura com a concepção hegeliana de Estado, um acerto de contas com a visão de que o Estado poderia racionalizar o movimento desenfreado da sociedade civil. Em paralelo, instaura-se a primeira polêmica com Bauer, em *Sobre a questão judaica*, momento da primeira ruptura, passagem ao comunismo filosófico e busca da *emancipação humana*. Num segundo momento, com a sequência *Introdução – O gênero e a massa – A sagrada família*, já na disputa em torno do papel da “massa” na transformação social, podemos observar o abandono do comunismo filosófico e primeira adesão ao proletariado. Por último, e não tratado em nosso texto, o período 1844-46 parece ser, se seguimos a periodização de Löwy, o da adesão à teoria do proletariado revolucionário e da teoria da revolução enquanto teoria da autoemancipação dos trabalhadores.

Se após o desenvolvimento anterior, aderimos à leitura de Löwy, o fizemos pela nossa avaliação da importância de seu projeto: uma historiografia marxista do próprio pensamento marxiano. Löwy nos permite compreender a dialética interno-externo do pensamento de Marx, avaliando os limites da trajetória crítica do autor, no sentido daquilo que é externo e estabelece uma troca com ele. Assim, a passagem à crítica da economia política tem de ver não só com o desenvolvimento interno de uma filosofia crítica, mas também com os “choques” que Marx sofreu em sua primeira visita a Paris, aprofundados com o maior conhecimento e contato com o movimento operário francês, precipitando sua adesão ao comunismo de massas. Seu próprio pensamento esteve bem próximo dos movimentos do real, e não é apenas a extensão da filosofia alemã crítica de sua época; representa, portanto, uma ruptura. Porém, no conjunto, defendemos a abordagem de rupturas e fases de transição, no plural. Talvez não seja o caso de falar de uma antifilosofia e conseqüente fundação da ciência da história, dada a complexidade do movimento no pensamento marxiano. Talvez pudéssemos falar de “filosofia da práxis”, não como *Weltanschauung*, mas como um novo registro da razão prática, uma nova filosofia.

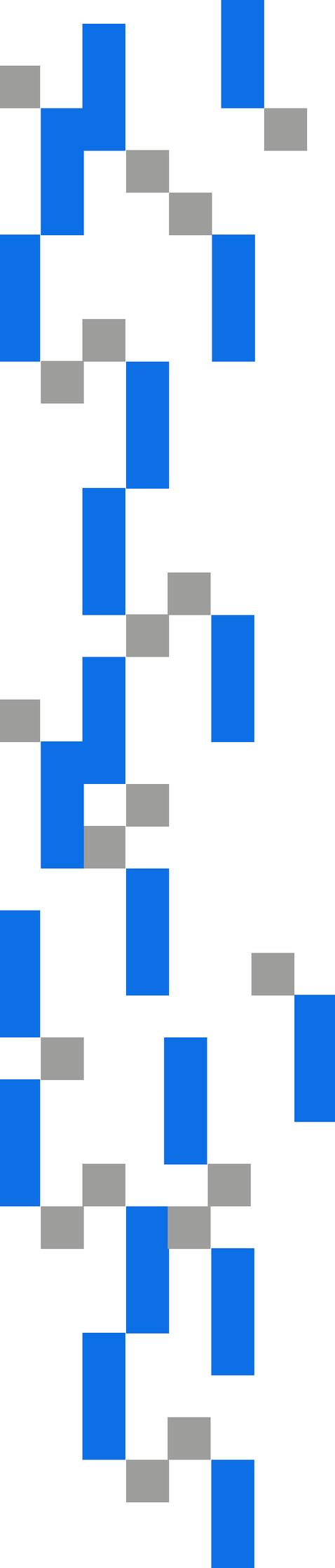
Referências

- ALTHUSSER, Louis. “De O Capital à filosofia de Marx”. In: ALTHUSSER, Louis. *Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BAUER, Bruno. “The genus and the crowd”. In: STEPELEVICH, Lawrence S. *The young hegelians: an anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- BENSAÏD, Daniel. “Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres”. In: MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

- ENDERLE, Rubens. “Apresentação”. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 58.
- _____. “Teses para a reforma da filosofia”. In: FEUERBACH, Ludwig. *Princípios da filosofia do futuro*. Lisboa: Edições 70, 1988a.
- _____. *Princípios da filosofia do futuro*. Lisboa: Edições 70, 1988b.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*. Volume 1: 1818-1841. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 158.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. “A crítica da economia política nos Manuscritos de 1844”. In: ALTHUSSER, Louis et al. *Ler o Capital*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- RANIERI, Jesus. “Apresentação”. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- RICCEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Tradução de M. F. Sá Correia. Porto: Rés, 1988.

Recebido em 9 de abril de 2021

Aprovado em 17 de novembro de 2021



NOTAS CRÍTICAS

Resenha

John Bellamy Foster. *The Return of Nature: Socialism and Ecology*. New York: Monthly Review Press, 2020. 672 p.

ISBN 9781583678367 (cloth) | 9781583678374 (ebook)

Felipe Cotrim*

Em *The Return of Nature* – livro vencedor do Deutscher Memorial Prize, de 2020 –, John Bellamy Foster apresentou uma continuação de *Marx's Ecology*¹, publicado há vinte anos. Nessa nova ocasião, Foster investigou a gênese e a evolução do habitat científico, intelectual e político do ecossocialismo anglófono após a morte de Charles Darwin (1882) e Karl Marx (1883), demonstrando ao leitor que os problemas de investigação contemporâneos sobre a crise ambiental possuem uma história que remete às primeiras críticas radicais ao capitalismo industrial. Assim, temas como o restabelecimento do metabolismo entre a natureza e o ser social, a crítica ao progresso, à alienação do trabalho e à expropriação predatória da natureza têm como origem os primórdios do pensamento socialista – materialista e ecológico – do século XIX.

John Bellamy Foster, professor de sociologia da Universidade do Oregon e editor da *Monthly Review*, é formado na Evergreen State College, tradicional instituição superior dedicada aos estudos sobre o meio ambiente. O marxismo ecológico – ou o ecossocialismo – é um tema que tem acompanhado a obra teórica e a militância política de Foster desde sua juventude. Autor de livros que versam sobre o marxismo, o ecossocialismo, a crise contemporânea do capital e os rumos existenciais da humanidade, destacando-se: *The Theory of Monopoly Capitalism* (1986); *Ecology Against Capitalism* (2002); *The Ecological Revolution* (2009); *The Ecological Rift* (2010) (com Brett Clark e Richard York); *Marx and the Earth* (2016) (com Paul Burkett); e o mais recente *The Robbery of Nature* (2020) (com Brett Clark). *The Return of Nature* complementa essa bibliografia e enriquece o debate contemporâneo sobre a dimensão ecológica, ou não, do marxismo. Nele, Foster contra-argumenta as teses que atribuem a ela um prometeanismo ecológico [*ecological Prometheanism*], como Michael Löwy (2019), de forma mais radical e decida do que Kohei Saito em *Karl Marx's Ecosocialism*, que, apesar de

* Cotrim é mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Editorial da *Revista Angelus Novus* (RAN).

¹ Ed. brasileira: Foster, 2005.

identificar interesses ecológicos na obra marxiana, a compreende como incompleta e inconclusa (Saito, 2017)².

The Return of Nature foi produto de duas décadas de pesquisas de caráter interdisciplinar e colaborativo com colegas e amigos pesquisadores em arquivos e bibliotecas nos Estados Unidos e no Reino Unido. Assim, o livro demonstra o valor do trabalho da pesquisa historiográfica de longo prazo e a importância de um sistema de universidades e arquivos devidamente financiados e autônomos. Fruto de uma virtuosa e farta bibliografia e de um rico acervo de fontes primárias, demonstrando atenção e valorização da pesquisa empírica, Foster não renunciou ao uso de bons textos publicados em blogs (*Manchester's Radical History* e *CounterPunch*) e de outros materiais publicados na internet (*Ireland's History in Maps*). No que se refere à bibliografia de referência, *The Return of Nature* se sustenta basicamente em uma literatura científica de língua inglesa – o que não significa, necessariamente, uma limitação, pois as editoras anglófonas publicam, reeditam e traduzem massivamente mais dos que nossas editoras lusófonas.

O livro está organizado em três partes e onze capítulos, com uma introdução e um epílogo nas duas pontas, e, no fim do livro, há um sempre bem-vindo índice onomástico e remissivo, que facilita a busca dos autores e dos termos citados em suas páginas.

A exposição dos capítulos segue uma estrutura uniforme: inicia-se por uma breve exposição biográfica dos autores investigados, seguida por uma análise minuciosa – por vezes cronológica, em outros casos temática – de suas obras, sustentada tanto em fontes primárias quanto em uma bibliografia de referência consolidada e atualizada.

Na parte 1 (“Beyond Marx and Darwin”), examinou-se a vida e a obra de Edwin Ray Lankester e William Morris. Na parte 2 (“Engels’s Ecology”), examinou-se a obra teórica de Friedrich Engels, tendo como fio condutor a perspectiva ecossocialista. Na parte 3 (“Toward a Critical Human Ecology”), examinou-se a vida e a obra dos cientistas e historiadores da ciência socialistas e marxistas anglófonos: J. D. Bernal, J. B. S. Haldane, Joseph Needham, Hyman Levy, Lancelot Hogben e o ensaísta inglês Christopher Caudwell. Foster os classificou de forma genérica como materialistas socialistas que produziram uma “interpretação dialética da natureza e da sociedade”, combinada às “complexas relações da evolução e emergência [*emergence*]”, precedendo as concepções contemporâneas, tais como *sistemas ecológicos* [*systems ecology*] e *análise do sistema Terra* [*Earth system analysis*] (Foster, 2020, Preface)³.

A investigação de Foster partiu de dois pressupostos: (1) considerou a pers-

² Saito, 2016; Saito, 2014.

³ Utilizei a edição digital (.pub) do livro. Sendo assim, ao fazer citações, indiquei o capítulo e não as páginas. Ademais, todas as traduções de passagens do livro são minhas.

pectiva e o método ecológico e a crítica à sociedade capitalista do pensamento socialista superiores ao pensamento liberal, em razão de sua visão materialista e dialética, de sua crítica à alienação do trabalho e à ruptura do metabolismo entre a natureza e o ser social sob o regime do capital – elementos que, segundo ele, o pensamento liberal, em razão de seus limites estruturais, carece; e (2) defendeu a dialética da natureza de Engels, a considerando complementar a de Marx. Segundo ele, Engels a estendeu para novas direções no *Anti-Dühring* e na *Dialética da natureza* (1870-1880), utilizando-a no combate ao materialismo mecânico e na defesa dos pressupostos fundamentais da dialética hegeliana sob uma forma materialista, fazendo com que ela fosse aplicável ao metabolismo natureza-ser social. Porém, apesar de suas virtudes, a crítica ecológica engelsiana ao capitalismo e sua dialética da natureza foi fortemente desqualificada durante o século XX, particularmente pelas penas dos filósofos e demais pensadores vinculados ao marxismo ocidental – que Foster criticou consistentemente no livro –, sendo indispensável, ele argumentou, recuperá-la para o movimento ecossocialista contemporâneo, a fim de que ela possa atender aos desafios teóricos e práticos da presente crise ambiental e social do capital. Esses dois pressupostos – empiricamente fundamentados – perpassam todos os capítulos do livro.

O capítulo 1 (“Ecological Materialism”) é dedicado à vida e à obra de Edwin Ray Lankester (1847-1929). Nascido em uma família de cientistas, Lankester parecia ser predestinado a se tornar um dos maiores naturalistas da Grã-Bretanha da geração pós-Darwin e pós-Thomas Huxley. Membro da Royal Society e diretor do Museu de História Natural, Lankester buscou ao longo de suas pesquisas unificar a concepção materialista da natureza (Darwin) e a concepção materialista da história (Marx e Engels). Amigo de Marx e de sua filha Eleanor, Lankester foi considerado, por Foster, como um dos fundadores da crítica ecológica e materialista ao capitalismo. Lankester rejeitou a concepção linear e progressiva da evolução das espécies, combateu ferrenhamente concepções deterministas e eugenistas de seu tempo, advogando uma concepção dialética da natureza que incluía a contradição, a degeneração e a eventual extinção das espécies.

Foi pioneiro do termo *ecology/œcology* na língua inglesa – que apareceu pela primeira vez em inglês em 1876 na tradução de *History of Creation*, do naturalista alemão Ernest Haeckel (1834-1919), supervisionada e revisada por Lankester. Da palavra *ecology*, Lankester formulou o termo *bionomics*, que se manteve influente na ciência britânica até a década de 1900 – *bionomics* é equivalente ao significado contemporâneo de ecologia, a área da biologia que investiga as relações dos organismos vivos entre si e o meio ambiente.

Um aspecto que diferenciava Lankester dos demais naturalistas de seu tempo foi ter estudado os seres vivos em seu ambiente natural, isto é, o estudo da natureza viva, ou uma “economia da natureza”, pois, para ele, o naturalista deveria ser não como um legista, mas como um biógrafo da natureza. Ademais, foi um

leitor e estudioso de *Das Kapital* (edição alemã), utilizando-se da crítica marxiana para fundamentar sua crítica ecológica ao capitalismo industrial.

Os capítulos 2 a 4 (“The Art of Labor”, “The Movement Toward Socialism” e “An Earthly Paradise”) são dedicados a vida e a obra de William Morris, e, por sua profundidade e dimensão, poderiam ser publicados como uma obra independente do restante do livro. O artista, escritor e editor socialista inglês, William Morris (1834-1896), partindo de uma crítica romântica ao universo burguês e ao capitalismo industrial, desenvolveu, de forma independente, uma crítica socialista, radical e materialista ao capitalismo. Por meio dela, formulou, também de forma independente, o conceito da alienação – então, pouco conhecido e estudado no marxismo do período⁴. Por esse motivo, Foster questionou a tradicional qualificação de Morris como um socialista romântico. Para ele, Morris foi de fato “um pensador socialista radical”, profundo conhecedor da crítica da economia política marxiana⁵ e defensor da teoria marxiana do valor perante seus antagonistas à direita e à esquerda, profundamente ocupado com a superação do capitalismo, da alienação do trabalho e da ruptura metabólica entre a natureza e o ser social.

Para Morris, o socialismo significava muito mais do que a apropriação dos meios de produção pelas classes trabalhadoras. Envolvia, também, uma nova relação da sociedade com a natureza, uma transformação subjetiva e cultural do mundo em sua integralidade, ou um “renascimento” ecológico e estético da humanidade, em que a harmonia entre natureza-sociedade e cidade-campo caminhariam juntas à harmonia trabalho-arte. Morris detestava a feiura, o enxofre e a fedentina das grandes cidades industriais britânicas, buscando na arte e na arquitetura medieval e nórdica – particularmente, islandesa – inspiração para o mundo pós-capitalista.

Um dos textos de Morris a que Foster mais dedicou atenção foi o romance utópico *News from Nowhere* (1890-1891) (Foster, 2020, cap. 4). Nesse romance, Morris narra uma Inglaterra pós-revolução socialista. Porém, contrastando dos demais livros do gênero, a Inglaterra socialista imaginada por Morris não estava livre de contradições econômicas, políticas e culturais. Essa Inglaterra não foi integralmente redimida e aperfeiçoada pelo socialismo, mas estava em processo de transição capitalismo-comunismo, em que os elementos da velha sociedade industrial de classes ainda rondavam as relações sociais e a mente de seus habitantes. Assim, Morris apresentou um romance utópico realista em que a transi-

⁴ Os *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) e *A Ideologia alemã* (1845-1846), obras em que Marx e Engels apresentaram suas considerações sobre a categoria alienação, somente foram publicadas postumamente, em 1932.

⁵ Foster mencionou no capítulo 2 a anedota de que Morris foi um dedicado e entusiasmado leitor de *Le Capital* (tradução francesa), e que, em pouco tempo, deixou seu exemplar puído, necessitando ser enviado ao livreiro para reparos.

ção capitalista-comunista seria longa, não linear, repleta de avanços, mas, também, de contratempos.

A parte 2 (“Engels’s Ecology”), que compreende os capítulos 5, 6 e 7 (“Environmental Conditions of the Working Class”, “The Dialectics of Nature” e “The Ecology of Human Labor and Social Reproduction”), é integralmente dedicada à vida e à obra de Friedrich Engels (1820-1895), e, bem como os capítulos anteriores dedicados a William Morris, tem profundidade e dimensão suficientes para ser uma obra independente.

Nela, Foster apresentou uma nova leitura das principais obras de Engels – *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), *Anti-Dühring* (1877-1878), *Dialética da natureza* (1870-1880) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) – unindo o jovem e o velho Engels a partir da perspectiva da ecologia e do ecossocialismo. Por meio dela, Foster encontrou uma unidade na obra do jovem e do velho Engels, o estabelecendo como um dos pioneiros do pensamento ecológico socialista, além de demonstrar que os problemas nos quais ele dedicou suas investigações são muito mais concernentes aos séculos XX e XXI do que ao XIX: capitalismo monopolista; imperialismo; desenvolvimento técnico-científico; crises urbanas e sanitárias; integração da concepção dialética da ciência e da natureza com a base filosófica do materialismo histórico (trabalho preliminar e incompleto) e a ruptura metabólica entre a natureza e o ser social sob o regime do capital(ismo).

Sendo assim, Foster apresentou como teses principais da parte 2 que:

Os trabalhos maduros de Engels, combinados com suas investigações juvenis sobre as condições da classe trabalhadora, são de fato melhor vistos como constituindo os elementos essenciais de uma dialética ecológica, cujo pleno significado só se torna aparente hoje ... Para Engels tudo era movimento, interconexão, contradição e mudança em espiral. O mundo exibia uma dialética natural, ou seja, do ponto de vista da razão, ela podia ser compreendida como incorporando relações dialéticas – um complexo processo evolutivo de fluxo contínuo e desenvolvimento em espiral (e às vezes retrógrado). O reconhecimento disto foi parte integrante de toda sua práxis revolucionária (Foster, 2020, cap. 5).

No capítulo 6, Foster se dedicou ao reexame de *Dialética da natureza*, obra que em razão do bicentenário de nascimento de Engels e da crise ambiental contemporânea tem sido reabilitada, recebendo reedições, novas traduções e estudos – destacando-se o recente *Friedrich Engels and the Dialectics of Nature*, de Kaan Kangal (2020). Por meio de uma investigação e exposição perspicaz e acessível, Foster historicizou e corrigiu muitas das interpretações e preconceitos dos

estudos de Engels sobre filosofia e ciências naturais empreendidos por ele nos anos 1870-1880. Com o novo impulso investigativo sobre a *Dialética da natureza*, muitas das teses que foram comuns nos anos 1960-1970 sobre ela estão se tornando velharias, como a “roca de fiar e o machado de bronze”⁶.

Sobre a perenidade da *Dialética da natureza*, Foster escreveu:

Algumas coisas que Engels havia escrito, embora perfeitamente de acordo com a ciência de seu tempo, claramente não eram mais vistas como válidas, mas o método dialético de investigação que ele havia promovido não tinha perdido nenhum de seus significados ... O leitor moderno poderia ganhar em toda parte com a maneira de pensar de Engels e suas tentativas de aplicar a investigação dialética à natureza e à ciência natural, extraídas, como sabemos, das duas primeiras subdivisões da *Lógica*, de Hegel (a “Doutrina do ser” e a “Doutrina da essência”) (Foster, 2020, cap. 9).

Na parte 3 (“Toward a Critical Human Ecology”), Foster se voltou para os cientistas socialistas e marxistas britânicos do século XX, buscando demonstrar a marcante tradição perdida da militância socialista e humanista entre a comunidade científica que os países anglófonos possuíam até meados daquele século.

O capítulo 8 (“Ecology as a System”) trata de Arthur George Tansley (1871-1955). Pupilo de Lankester – examinado no capítulo 1 –, Tansley compartilhava com seu mestre a perspectiva ecológica e o entendimento de que as formas de vida deveriam ser estudadas como sistemas dinâmicos. Cientista comprometido politicamente, Tansley se engajou em debates filosóficos sobre o materialismo *versus* o idealismo nas ciências naturais, defendeu as teses fundamentais da dialética da natureza engelsiana e formulou o conceito de *emergence*, que consistia na explicação filosófico-científica do surgimento dos seres vivos e sua evolução em diferentes níveis de complexidade, integrando a teoria da evolução darwinista às concepções dialéticas herdadas da filosofia de Hegel, Marx e Engels.

Gostaria de destacar do capítulo 8 o item “The Nature of Living Matter”, em que Foster examinou a teoria ecológica racista e eugenista de Jan Smuts (1870-1950) – estadista, filósofo e militar africânder, um dos fundadores e teóricos do *apartheid*. A obra teórica de Smuts representou uma variante reacionária, pseudocientífica e racista do pensamento ecológico no mundo anglófono. Sua teoria oferecia uma crítica reacionária ao capitalismo industrial e à decorrente devastação do meio ambiente, advogando uma (re)harmonização entre a natureza e a sociedade que compreenderia uma opressora hierarquia racial – um “racismo

⁶ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019. cap. 9, p. 218.

ecológico”. Enfim, essa teoria fornecia “justificações teleológicas, quase religiosas, para a hierarquia tanto do mundo natural como do mundo social” (Foster, 2020, cap. 8). Foster demonstrou, portanto, que a tradição ecológica não é propriedade absoluta dos socialistas marxistas. Portanto, sem um comprometimento científico, político e humanista por parte dos marxistas, ela pode produzir suas variantes – ou cepas – reacionárias.

No capítulo 9 (“The Return of Engels”), Foster investigou o pensamento científico socialista marxista britânico do século XX – os *red scientists*. Sua “certidão de nascimento” foi o II Congresso Internacional sobre História da Ciência e Tecnologia, realizado em Londres entre os dias 24 de junho a 4 de julho de 1931. O Congresso de 1931 foi marcante para a história da ciência em razão da participação de última hora da delegação soviética, formada por Bukhárin, Zavadosky, Hessen, Joffe, Vavilov, Rubinstein, Colman e Mitkewich. As conferências proferidas pela delegação soviética, posteriormente editadas e publicadas no livro *Science at the Cross Roads* (1931), “representou, para os cientistas britânicos, a primeira grande introdução às novas ideias radicais sobre ciência e filosofia desenvolvidas na revolucionária União Soviética”, e demonstrou, de forma surpreendente, o “poder das abordagens materialistas históricas sobre a evolução das relações entre a humanidade e a natureza” (Foster, 2020, cap. 9). Significou, também, a apresentação não mecanicista do materialismo dialético soviético e acendeu a faísca do interesse pela *Dialética da natureza*, de Engels, traduzida para o inglês em 1940. Os delegados soviéticos do Congresso de 1931 sofreram perseguições de ordem política pouco tempo após seu retorno à pátria dos proletários. Presos e, muitos deles, executados durante as ondas de expurgos da década de 1930, a vibrante e dialética ciência soviética foi assassinada pelo regime burocrático dirigido por Stálin.

Entretanto, as hipóteses e as teses dos delegados soviéticos do Congresso de 1931 sobreviveram e prosperaram nas obras e na militância dos *red scientist*. Porém, alertou Foster, não se tratou de uma transposição mecânica. Os *red scientists* aclimataram, ou melhor, britanizaram a filosofia da ciência soviética para seu novo habitat, incorporando a tradição empirista e romântica da ciência e do socialismo inglês, sem renunciar à dialética marxiana e engelsiana, do humanismo e da ecologia. Por meio dessa herança soviética, John Desmond Bernal (1901-1971), John Haldane (1892-1964) e Joseph Needham (1900-1995) – cientistas que Foster examinou em detalhe nesse capítulo – combateram o materialismo mecânico, o positivismo, o idealismo e as expressões conservadoras e alienadas da comunidade científica anglófona. O que unia esses cientistas socialistas marxistas era sua concepção materialista e dialética da natureza, seus valores humanistas e ecológicos, e a certeza na necessidade do restabelecimento em um novo patamar histórico do metabolismo entre a natureza e o ser social.

O capítulo 10 (“Dialectics of Art and Science”) é dedicado a Christopher

Caudwell (1907-1937), ensaísta inglês e voluntário internacionalista da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Morto em combate, o jovem Caudwell deixou como legado uma vasta, porém, incompleta obra sobre estética, que somente veio à luz postumamente. Foster investigou em detalhe a obra póstuma de Caudwell, avaliando, também, as vicissitudes de sua recepção entre a Old Left e as duas primeiras gerações da New Left.

Por meio desse exame, Foster apresentou uma renovada leitura de Caudwell, buscando restabelecê-lo entre os grandes intérpretes e críticos da modernidade, da alienação capitalista, da estética e da ciência burguesa e do pensamento dialético de raízes marxianas e engelsianas. Segundo Foster, “a obra de Caudwell foi profundamente ecológica em termos estéticos, históricos, bem como científicos” (Foster, 2020, cap. 10). Por este motivo, concluiu: “A tentativa de Caudwell de desenvolver uma dialética da arte e da ciência o conduziu, no curso de suas investigações, a uma dialética da natureza e da sociedade e a uma concepção mais profunda e ecológica do socialismo” (Foster, 2020, cap. 10).

Para Foster, Caudwell reabilitou a concepção de William Morris sobre a unidade entre a arte e a ciência como as duas formas fundamentais de apropriação e compreensão do mundo concreto pelas sociedades humanas. Porém, seguindo os passos de Morris, Caudwell afirmou que, sob a sociabilidade capitalista, a arte e a ciência eram imanentemente alienadas, resultando na ruptura do metabolismo entre a natureza e o ser social e na alienação e no estranhamento do trabalho.

O capítulo 11 (“A Science for the People”) é sobre a ascensão e queda dos *red scientists*, ou da *scientific left* britânica. Nele, Foster examinou seus debates em defesa de sua concepção dialética e social para a ciência – uma ciência popular, livre e não tecnocrática –, suas lutas políticas contra o racismo, a eugenia e o imperialismo, e sua defesa do pacifismo e da ecologia.

O pico de influência da *scientific left* na Grã-Bretanha foi durante a Segunda Guerra Mundial, quando muitos de seus membros, engajados na luta contra o fascismo e o nazismo, tiveram relevante atuação a serviço dos Aliados. Embora muitos fossem membros ou simpatizantes do Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB), foi no Labour que eles efetivamente contavam para a efetivação de suas políticas científicas e sociais.

Entre a *scientific left*, Foster destacou Bernal e seus livros *The Social Function of Science* (1939) e *Science in History* (1954), em que ele advogou uma nova relação entre a teoria e a prática científica, a necessidade de reorganizar a ciência a serviço dos interesses gerais da população e dos desafios existenciais e ecológicos da humanidade. Para tanto, Bernal considerava indispensável a superação do regime capitalista, pois, para ele – bem como para os demais *red scientists* – o capitalismo era incompatível com uma ciência voltada para o bem comum, a ecologia e para a emancipação humana.

A conscientização sobre os impactos tóxicos da energia nuclear e atômica

no meio ambiente e seu potencial uso bélico levou muitos da *scientific left* ao engajamento no movimento pacifista e antinuclear. Porém, com o início da Guerra Fria (c. 1947), a *scientific left* e sua concepção dialética, popular e emancipatória da ciência passou a sofrer forte resistência à direita e à esquerda.

À direita se formou uma “liga dos intelectuais anticomunistas (Michael Polanyi, John Baker, Friedrich Hayek, Raymond Aron, Sidney Hook e Arthur Tansley – o mais moderado entre eles) organizados no Congress for Cultural Freedom (CCF) e na Society for Freedom in Science (SFS). Apesar da forte oposição dos cientistas anticomunistas, a *scientific left* e seus aliados conseguiram implementar políticas científicas e sociais relevantes. Por exemplo, na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), tiveram papel importante na formulação antirracista e antieugenista na *Declaração sobre raça*, de 1950, na *Declaração sobre a natureza das raças e das diferenças raciais*, de 1951, e na *Declaração sobre raça e preconceito racial*, de 1967. Foster as considerou como sendo uma das grandes vitórias obtidas por eles, mesmo com todas as adversidades que lhes haviam sido impostas pelas políticas anticomunistas dos tempos de Guerra Fria.

Entretanto, acontecimentos políticos fora do controle da *scientific left* produziram seu declínio. O ônus das políticas soviéticas – stalinismo, invasão da Hungria (1956) e as políticas pseudocientíficas de Lesiénko – respingaram negativamente neles, os colocando na defensiva e – em não poucos casos – em um *dead end* político e retórico.

Contudo, o golpe mais forte sofrido pela *scientific left* partiu da própria esquerda britânica, particularmente da segunda geração da New Left, que abraçou as teses do marxismo ocidental, rejeitando a dialética da natureza e uma concepção dialética e popular para as ciências naturais, alienando o marxismo não somente das futuras gerações de cientistas, mas de sua base social entre as classes trabalhadoras britânicas, limitando-o ao terreno acadêmico das humanidades.

Assim, o fim do capítulo soa como um bom fado português sobre a morte lenta da Old Left, ou a geração de cientistas marxistas britânicos nascidos no II Congresso Internacional sobre História da Ciência e Tecnologia, de 1931.

No último capítulo (“Epilogue”), Foster expôs de forma panorâmica a presença remanescente das teses dos cientistas marxistas britânicos da Old Left em território estadunidense. Essa presença é identificável no movimento Science for the People, nascido nos protestos contra as Guerras na Indochina (1955-1975), e por meio da publicação de *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson (1907-1964) – bióloga marinha e ativista defensora do meio ambiente estadunidense –, responsável por publicizar os impactantes malefícios ecológicos dos testes nucleares em Bikini Atoll (Ilhas Marshall) dos anos 1950, a disruptura ecológica e os impactos no meio ambiente da radiação e do uso indiscriminado e predatório dos produtos químicos na agricultura e na indústria capitalista, além de lançar conceitos

importantes para o movimento ecologista: *bioaccumulation* e *biological magnification*.

Na parte final do “Epílogo”, Foster sugeriu uma nova leitura da vida e da obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993), identificando na historiografia e na militância política dele uma perspectiva ecológica e dialética em seus estudos sobre William Morris (1955), William Blake (1993) e *Costumes em comum* (1991), e em sua crítica ao conceito burguês de progresso, ao estruturalismo francês (Althusser, em particular) e ao determinismo unilateral do metabolismo natureza-ser social, priorizando a práxis social das classes expropriadas e exploradas, seus métodos de organização política e de reorganização social da produção e da relação com a natureza. Em síntese, Foster ofereceu uma nova perspectiva para a obra de Thompson, atualizada para os novos dilemas existenciais e ecológicos da humanidade.

A escrita de Foster é fluida e dinâmica, e, apesar de ser uma obra historiográfica, Foster não incorreu em nenhum vício academicista. Sua prosa tem a mesma potência dos melhores historiadores de língua inglesa dos séculos XX e XXI, como Eric Hobsbawm, Ellen Meiksins Wood e Mike Davis. Os leitores ideais do livro não serão somente estudiosos e pesquisadores profissionais da história da ciência, história intelectual e história do pensamento socialista e marxista, mas também “aquele cidadão culto e inteligente” que tem seu intelecto estimulado por aquilo “que os franceses chamam de *haute vulgarisation*” (Hobsbawm, 2012, p. 15). Ademais, a divisão dos capítulos em itens facilita e auxilia a leitura e o acompanhamento do leitor do fio traçado pelo autor.

Refletindo sobre o valor de *The Return of Nature* em terras de língua portuguesa, acredito que o livro poderá servir tanto de modelo metodológico e expositivo quanto de incentivo para pesquisas sobre a história do pensamento ecológico e ecossocialista no Brasil e nos demais países lusófonos.

Por fim, por mais que os atuais desafios existenciais e ecológicos da humanidade e do planeta Terra sejam descomunais e assombrosos, Foster demonstrou – tanto quanto Friedrich Engels, William Morris, Edwin Lankester e os *red scientists* – que “a mudança é sempre possível” (Foster, 2020, Preface), bem como, necessária.

Referências

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LÖWY, Michael. “New Contributions to the Theory and Practice of Marxist

Ecosocialism”. *Climate & Capitalism*, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://climateandcapitalism.com/2019/03/29/new-contributions-to-the-theory-and-practice-of-marxist-ecosocialism/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+climateandcapitalism%2FpEtD+%28Climate+and+Capitalism%29>.

SAITO, Kohei. *Karl Marx's Ecosocialism: Capitalism, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy*. New York: Monthly Review Press, 2017.

SAITO, “Kohei. Marx’s Ecological Notebooks”. *Monthly Review*, v. 67, n. 9, 2016, pp. 25-42.

SAITO, Kohei. “The Emergence of Marx’s Critique of Modern Agriculture: Ecological Insights from His Excerpt Notebooks”. *Monthly Review*, v. 66, n. 5, 2014, pp. 25-46.

Recebido em 2 de abril de 2021

Aprovado em 25 de novembro de 2021

Resenha

Sobre

Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas, de György Lukács

Vitor Bartoletti Sartori*

As entrevistas a que o leitor tem acesso em *Essenciais são os livros não escritos* são de enorme valor. Primeiramente, isto ocorre porque elas mostram o posicionamento concreto de um dos mais importantes intelectuais marxistas do século XX: György Lukács. Trata-se de um autor cuja história de vida, em diversos aspectos, confunde-se com a história do conturbado século XX. Saído de origem burguesa (seu pai estava ligado a bancos na Hungria), e tendo estudado com os melhores pensadores burgueses da época, como Max Weber, Lukács radicaliza-se politicamente diante da tragédia da Primeira Guerra Mundial. Tendo em vista as esperanças trazidas pela Revolução Russa, torna-se socialista. E, nas entrevistas que são apresentadas ao leitor, fica muito claro que ele apoiou esta revolução até o final de sua vida. Mesmo tendo sido atacado fortemente pelo estalinismo, o autor permanece firme em solo socialista, tendo passado pela Hungria, seu país de nascimento, pela URSS e pela Romênia em momentos diversos da política do bloco soviético. Estas diferentes localidades onde Lukács fixou residência marcaram sua vida em diferentes momentos da história do século XX, e da vida do nosso autor, como as Revoluções Húngaras de 1919 e de 1956, em que teve participação ativa. Ou seja, os relatos a que o leitor tem acesso após a cuidadosa organização de Ronaldo Vielmi Fortes, e a revisão técnica de Alexandre Árbia, expressam uma parte importante da história e das lutas da classe trabalhadora, que até hoje ainda nos tocam de diversas, e por vezes dramáticas, maneiras.

Nas entrevistas, Lukács procura esclarecer estes momentos e estas lutas, ao mesmo tempo em que o faz remetendo à situação de sua época, que ele não vê com grande otimismo no curto prazo. Embora afirme várias vezes que o pior socialismo é melhor que o melhor capitalismo, nosso autor ainda aponta a vigência do estalinismo por um bom tempo e, diriam alguns, no limite, até hoje.

Segundo Lukács, isto levaria à consequências graves para o movimento socialista: à cegueira teórica – e, portanto, na avaliação acertada das situações concretas – dos marxistas diante da realidade da época. Com isto, não haveria

* Vitor Bartoletti Sartori é professor da UFMG, mestre em história social pela PUC SP, doutor em filosofia e teoria geral do Direito pela USP. Autor de *Lukács e a crítica ontológica ao Direito e Ontologia nos extremos: o embate Heidegger-Lukács, uma introdução*.

qualquer compreensão minimamente acertada da real natureza da sociedade do final do século XX. Nesta sociedade, o setor de serviços, ao contrário da época de Marx, é proeminente na medida em que está plenamente subsumido à valorização do valor e, portanto, à reprodução do capital. Com isto, o caráter manipulatório da práxis não se atém somente ao processo imediato de produção: abrange esferas como a circulação, a distribuição, a troca e, enfoca bastante nosso autor, o consumo. Isto seria proeminente no “american way of life”, mas não deixaria de explicitar a necessidade de reformas econômicas radicais no mundo socialista. No primeiro caso, diz nosso autor, os trabalhadores poderiam até mesmo possuir tempo livre, mas este último seria marcado por atividades estranhadas e reconciliadas com a existência de uma sociedade baseada na autovalorização do valor. Já no segundo caso, tem-se, de modo mais basilar, uma produção que não é realizada pelos produtores livremente associados, mas de modo burocrático e subordinado a uma divisão do trabalho estranhamente. Tem-se também uma esfera pública estatal e sem uma perspectiva socialista estratégica. Longe de superar a oposição entre o burguês e o cidadão, como teria postulado Marx desde a década de 1840, na URSS, ter-se-ia uma espécie de elogio da cidadania, que levaria a certa incapacidade de se pensar a transformação socialista substancial da sociedade, transformação esta que precisaria daquilo que o autor chama de “democracia da vida cotidiana”.

Ou seja, os métodos estalinistas teriam dominado a vida pública mesmo depois do XX Congresso do PCURSS: a defesa taticista do interesse imediato seria elevada a um patamar de verdade de modo dogmático e acrítico. E, com isto, a estratégia socialista seria inviável e estaria completamente ausente no movimento socialista. Este último, assim, estaria em uma encruzilhada: não teria compreendido a sociedade atual, teria deixado de lado a compreensão reta da obra de Marx, não conseguiria desenvolver uma visão verdadeiramente marxista; ao mesmo tempo, colocava-se com ares de superioridade diante da decadência da teoria e do pensamento burguês. E, se o pensamento burguês não teria mais o que oferecer em termos efetivamente científicos, o dogmatismo estalinista não iria muito mais longe, colocando-se como um entrave ao próprio socialismo.

Diante deste quadro, Lukács, modestamente, diz ser necessário um renascimento do marxismo. Primeiramente, seria necessário compreender aquilo que Marx teria a oferecer, o que é muito, e que ficou oculto com os postulados simplificadores, não raro, vigentes. Nosso autor buscou realizar esta empreitada em sua obra tardia, ligada ao desenvolvimento de uma *Ontologia do ser social*. Porém, isto não bastaria, embora fosse um passo essencial e necessário. Seria preciso escrever um *O capital* do século XX (e, hoje podemos dizer, do século XXI); ou seja, o método de Marx, devidamente compreendido, teria um papel central na apreensão do movimento do próprio real. E somente com esta apreensão seria possível avançar teórica e praticamente em direção a uma estratégia socialista.

Enquanto isto não acontece, de um modo ou de outro, diz nosso autor, ainda estamos em meio ao domínio do stalinismo, de seu taticismo e de sua natureza burocrática e manipulatória. A grandiosidade da Revolução Russa, ligada ao desenvolvimento de conselhos, à participação ativa das massas, teria perdido força, sendo necessárias reformas, não só políticas, nos países do bloco soviético; principalmente, seria urgente modificar as relações econômicas da sociedade, no sentido da participação da classe trabalhadora e da constituição de indivíduos livremente associados. E isto, infelizmente, ainda estaria longe de acontecer, segundo Lukács. E, assim, em suas entrevistas, que vão de 1966 até o ano de sua morte, em 1971, nosso autor expressa-se de modo bastante direto sobre seu século, marcado tanto pelas potencialidades liberadas pelo ideário e pelas práticas socialistas, quanto pelo irracionalismo e pela reação. Ou seja, deparamo-nos com uma intervenção concreta do grande marxista húngaro, que é bastante duro diante da crise gêmea que ele enxerga, tanto nos países capitalistas, quanto nos países ligados ao bloco soviético. De um lado, traz a necessidade de uma revolução social – que ele não enxerga no futuro próximo, dados os tempos de “coexistência” – doutro, ele acredita que seria possível uma reforma radical no sistema social dos países do leste.

A história mostrou que esta reforma não foi possível, e explicitou a necessidade de uma transformação global das relações econômicas vigentes. No que também podemos destacar que estamos diante de um importante livro, porque muitos dos fantasmas que assolam até hoje parte da esquerda (como o dogmatismo stalinista e o ecletismo teórico) são duramente criticados pelo autor.

A necessidade de uma compreensão profunda da realidade social é colocada em destaque por nosso autor na medida em que o método de Marx seria ainda extremamente proveitoso, precisando ser esclarecido e popularizado, com o renascimento do marxismo. Com isto, poder-se-ia novamente compreender a realidade social sem remeter à jargões ossificados ou ao idealismo inerente a todas as formas de ecletismo. Diante de um momento em que as transformações no modo de produção capitalista saltam à vista, os alertas de Lukács podem ser bastante importantes e proveitosos.

Tentar voltar ao taticismo que caracterizou grande parte do movimento socialista do século XX é uma insensatez, sendo igualmente ilusório tentar complementar o marxismo com a filosofia e com a teoria social burguesas. De um lado, aquilo que nosso autor caracterizou como uma apreensão ingênua e ossificada da realidade, doutro, o idealismo que acredita poder mudar a própria realidade ao modificar o modo de se referir a ela, o que se dá, diz Lukács, de modo mais ou menos manipulatório. O capitalismo manipulatório, que o autor de *Essenciais são os livros não escritos* analisa, ainda marca grande parte de nossas atividades. E, assim, suas ressalvas e críticas são muito bem-vindas.

No plano teórico, nosso autor reafirma algumas posições polêmicas, como aquela segundo a qual não haveria nada realmente novo no pensamento burguês depois de Hegel. Se é verdade que a economia de um Galbraith, por exemplo, poderia fornecer um material útil às pesquisas sobre o capitalismo, e mesmo sendo preciso estudar alguns trabalhos sociológicos burgueses sérios, não se poderia dizer que o pensamento comprometido com o modo de produção capitalista fosse essencialmente científico. De modo mais ou menos apologético – com uma apologia direta ou indireta, diria nosso autor na obra *Destruição da razão* – a apreensão da realidade social teria se tornado parcelada e cega diante do real movimento das relações sociais de produção. Lukács, portanto, é muito duro: ao contrário dos autores da chamada escola de Frankfurt, não vê de modo essencialmente positivo autores como Nietzsche e Freud. Tais autores, largamente populares em parcelas da esquerda da época de nosso autor, influenciaram toda uma gama de pensadores que são centrais para o pensamento tido como crítico de hoje em dia, como Agamben, Foucault, entre outros. Ou seja, o renascimento do marxismo talvez fosse visto por Lukács como mais necessário que nunca. Isto ocorre até mesmo porque, embora nosso autor enxergue alguns avanços pontuais no campo marxista, ele não vê uma grande obra de envergadura e genuína continuação do pensamento de Marx desde *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lenin. Ou seja, o pensamento burguês seria mais anacrônico que nunca; o pensamento socialista precisaria se reerguer. O diagnóstico de Lukács, portanto, não é dos mais otimistas quanto à sua época; mas isto, diz nosso autor, não é simplesmente uma questão de vontade ou de valores, trata-se da apreensão reta da própria realidade efetiva.

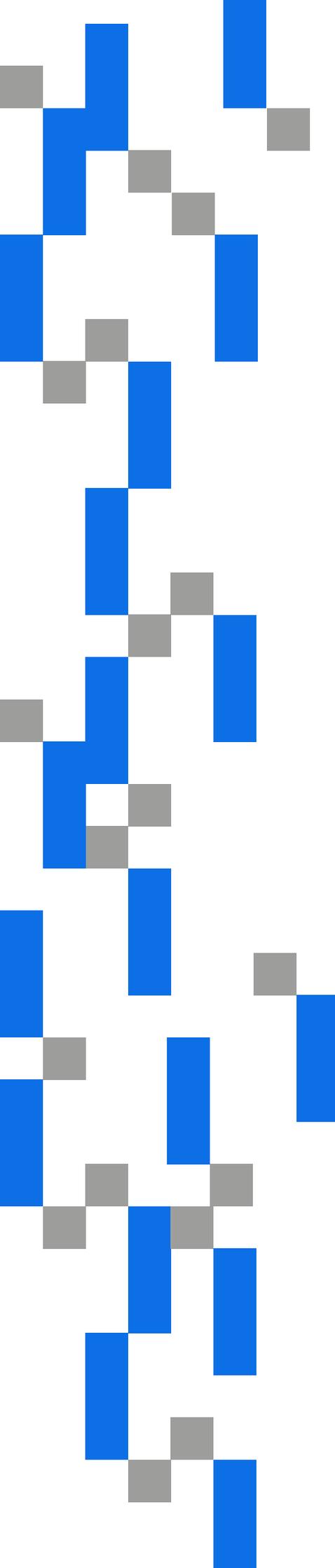
Isto, porém, nunca o leva a qualquer posição fatalista, trágica, ou algo do gênero. A sua crítica é aquela de alguém que não repousa diante das possibilidades, antigas e novas, que podem ser abertas na história e que precisam ser compreendidas de modo cuidadoso e sem ilusões. As tarefas do movimento socialista seriam gigantescas, mas, ao mesmo tempo, seriam as únicas capazes de tornar efetivas as potencialidades desenvolvidas ontem e hoje e que poderiam levar a um mundo socialista.

Referências

- LUKÁCS, György. *Aportaciones a la historia de la estética*. Trad. Manuel Sacristan. México: Ediciones Grijalbo, 1965.
- _____. *Conversando com Lukács*. Trad. Giseh Vianna. Alagoas: Instituto Lukács, 2014.
- _____. *Destruição da razão*. Trad. Rainer Patriota. Alagoas: Instituto Lukács, 2020a.
- _____. “Diálogo sobre o Pensamento Vivido”, *Revista Ensaio*. Trad. Equipe Ensaio. São Paulo, n. 15/16, 1986.

- _____. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas*. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- _____. *Estética, La peculiaridad de lo estético*. Trad. Manuel Sacristan. V. III – Questiones Preliminares y de Principio. México: Ediciones Grijalbo, 1966.
- _____. *Notas para uma ética*. Trad. Sérgio Lessa. Alagoas: Instituto Lukács, 2015.
- _____. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- _____. *O jovem Marx e outros escritos filosóficos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- _____. *Ontologia do ser social I*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. Trad. Cristina Alberta Franco. Viçosa: UFV, 1999.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. *Socialismo e democratização*. Trad. José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

Recebido em 13 de setembro de 2021
Aprovado em 21 de dezembro de 2021



LUTA e MEMÓRIA

Bordiga, o fundador esquecido*

David Broder entrevista Pietro Basso**

(Revista Jacobin Itália)

21/janeiro/2021

Na enxurrada de artigos e livros publicados por ocasião dos 100 anos da fundação do Partido Comunista da Itália (PCd'I)¹, em 1921, na cidade de Livorno, a imponente figura de Amadeo Bordiga foi apagada ou pelo menos obscurecida e – em qualquer dos casos – “oportunisticamente” vilipendiada. Não só pelas pessoas carentes de ciência histórica e desprovidas de dignidade, mas também por parte de companheiros sérios, jovens ou não, que, infelizmente, conhecem a obra política e teórica do autor mais por ouvir falar (mal) do que por qualquer outro meio. A eles é dedicada esta entrevista, realizada por David Broder e publicada pela *Jacobin Itália*, com Pietro Basso, autor do livro *Amadeo Bordiga: uma apresentação*, publicado em 2021 pelas *Edições Punto Rosso*. Uma versão mais ampla dessa entrevista também está disponível, em inglês, na *Jacobin* (EUA), veiculada na ocasião da publicação da primeira Antologia de escritos de Bordiga em língua inglesa, *The Science and Passion of Communism: Selected Writings of Amadeo Bordiga 1912-1965*, Brill, 2020.

* Esse texto foi publicado originalmente na revista “Jacobin Itália em janeiro de 2021”, disponível em <<https://jacobinitalia.it/bordiga-il-leader-dimenticato/>>. O texto foi traduzido por Giuseppina de Grazia e contou com a revisão final de Patricia Villen.

** <<https://pungolorosso.wordpress.com/2021/01/21/bordiga-il-fondatore-dimenticato-david-broder-intervista-pietro-basso-jacobin-italia/>>.

¹ N. T.: O Partido Comunista da Itália (PCd'I) foi criado em 1921 e mudou seu nome para Partido Comunista Italiano (PCI) em 1943.

Bordiga, o líder esquecido

19 de janeiro, 2021

MarxismistoriaFacebookTwitterPinterestShare

359

Embora tendo sido fundador do Partido Comunista da Itália e seu primeiro guia político nacional, em 1921, Amadeo Bordiga é pouco conhecido nos dias de hoje. No entanto, apesar de certa rigidez, seu pensamento tem ainda muito a dizer sobre o presente e o futuro.

Em agosto de 2020, a Editora Brill publicou na sua coleção “Historical Materialism” a primeira Antologia dos escritos de Amadeo Bordiga em inglês: *The science and passion of communism: selected writings of amadeo bordiga (1912-1965)*. O volume foi organizado por Pietro Basso, um militante marxista de longa data, atualmente redator da revista *Il cuneo rosso*. Sua introdução à Antologia foi publicada na Itália pelas *Edições Punto Rosso*.

Bordiga é um comunista quase desconhecido no mundo anglófono, mas em grande parte também na Itália, apesar de ter sido, pelo menos durante três anos, o líder incontestável do Partido Comunista, criado em Livorno em 21 de janeiro de 1921, há exatamente um século. A historiografia do PCI (Partido Comunista Italiano) o acusou de colaboração com o fascismo e, depois, o condenou ao silêncio após a Segunda Guerra Mundial. Como explicar tal destino?

Nos anos 1930, a difamação de Bordiga ocorreu conjuntamente com a “luta contra o trotskismo”. Sua expulsão do partido, em março de 1930, ocorreu por ter “apoiado, defendido e assumido o posicionamento da oposição trotskista”. Na década de 1940, particularmente após o fim da guerra, o grupo dirigente do PCI, conhecendo a forte influência exercida por Bordiga sobre os militantes do Partido, receava que ele retomasse a atividade política.

A punição, extremamente rígida, foi: criar um fosso físico, psicológico, ideológico e “moral” entre os quadros e os militantes do Partido, e Bordiga e as suas duras críticas à linha de colaboração nacional com os partidos burgueses e a classe capitalista unida ao PCI – uma perspectiva que, a despeito do nome “via italiana ao socialismo”, continha exatamente a renúncia ao objetivo histórico do socialismo.

A difamação e as tentativas de apagar Bordiga da história do partido foram executadas com métodos de vil falsificação. Por exemplo, nas *Cartas do cárcere*,

de Antonio Gramsci, Bordiga é mencionado 18 vezes, via de regra com simpatia. Apesar das diferenças de formação e das divergências políticas, os dois estavam de fato ligados, para além da militância em comum, por sentimentos de estima e amizade que nunca acabaram. Porém, na edição das *Cartas* organizada por Felice Platone, em 1947, o nome de Bordiga desaparece e as passagens que fazem alusão a ele foram vulgarmente adulteradas. Depois, foi colocada em circulação uma foto falsificada de um (suposto) casamento da filha de Bordiga, no qual a (suposta) esposa era homenageada por um bando de Mosqueteiros do Duce². Bordiga, certa vez, a atirou no rosto de Massimo Caprara, por longo tempo secretário de Togliatti.

Quando terminou essa operação de difamação/ocultação de Bordiga?

Começa a perder força no final dos anos 1960, quando a Itália foi sacudida por um impetuoso ressurgimento das lutas operárias e sociais, que expressava uma crítica das massas, talvez superficial e pouco efetiva, ao “partidão” reformista, cada vez mais integrado organicamente às instituições e à lógica burguesa. Nesse novo contexto social e político, nasceu o impulso para reconstruir a verdadeira história do movimento comunista na Itália, tanto entre os historiadores de esquerda mais independentes (Cortesi, Fatica, De Clementi, Merli), quanto entre os militantes. A partir disso, foi possível se deparar com a imponente figura de Amadeo Bordiga e a história do PC Italiano, naquilo que realmente rerepresentaram. De minha parte, meu encontro com Bordiga ocorreu em meados dos anos setenta, estimulado pelas inteligentes “provocações” de Silvio Serino. Posteriormente, aprofundi o estudo, seguindo o conselho de Paulo Turco, um valente internacionalista, a quem dediquei a Antologia.

Apagar Bordiga era também funcional para a construção de uma certa visão de Gramsci – o patriota, o democrata, etc. – contrapondo, talvez de forma exagerada, estes dois militantes que afinal haviam colaborado para a fundação do PCd’I, não acha?

Com certeza: a ocultação de Bordiga também ajudou o PCd’I a remover a participação de Gramsci na fundação do PCd’I enquanto partido internacionalista revolucionário; a substituir o Gramsci crítico feroz do PSI (Partido Socialista Italiano) e adepto entusiasta da Terceira Internacional, por um Gramsci útil para legitimar, por meio do frontismo³, a completa adesão do PCI aos interesses do

² Guarda de honra criada pelo governo de Benito Mussolini na Itália, em 1923, ligada à milícia voluntária para a segurança nacional.

³ Frontismo: coalizão dos partidos de esquerda.

capitalismo nacional (e internacional), o nobre pai da longa marcha do PCI nas instituições do Estado burguês. Para depois se desfazerem dele como de um velho e empoeirado boneco de pano, substituindo-o por figuras de outro tipo: os Willy Brandt, os Tony Blair, o casal Clinton.

Um dos aspectos mais conhecidos da ação e do pensamento de Amadeo Bordiga, mesmo entre aqueles que não o conhecem bem, é o seu abstencionismo eleitoral, inclusive por ter sido o motivo da polêmica de Lenin contra ele. Você, ao contrário, argumenta que é necessário redimensionar a importância que o abstencionismo teve na atividade política de Bordiga.

Eu vejo uma contradição: a rejeição da questão eleitoral em Bordiga tornou-se cada vez mais radical até o famoso artigo publicado no “*Avanti!*”, em 21 de agosto de 1919, no qual aparecia a clara alternativa: *preparação revolucionária ou preparação eleitoral*. Porém, toda vez que ele foi obrigado a escolher entre sua convicção abstencionista e a disciplina de partido, venceu a disciplina.

Isso ocorreu em 1919, no II Congresso da Internacional (1920); em 1921, quando estava à frente do PCI, defendeu que era justo participar das eleições, uma vez que se tratava de uma fase de reação política; o mesmo em 1924, quando já estava na oposição no partido. Inflexível e também esquemático na formulação de princípios, na ação política mostrava-se mais flexível.

Todavia, é um fato o progressivo endurecimento abstencionista, colocado no Pós-Guerra como questão de princípio. E remete à peculiar concepção, mais geral, da própria tática de Bordiga, que quase se dissolve na estratégia, devido à pretensão – contestada por Bucharin – de “fixar o olhar para o desconhecido”, fazendo antecipadamente “o inventário de todas as hipóteses” e elaborando “todo tipo de medidas de precaução para não cometer nenhum erro”.

Aqui, você toca em um ponto muito interessante. Normalmente, a “complexidade” dos países democráticos do Ocidente é usada para insistir sobre a necessidade de adotar táticas mais flexíveis, alianças mais amplas, e para pensar etapas intermediárias entre o capitalismo e o socialismo. Bordiga, ao contrário, considera que à “diversidade” do Ocidente e suas formas específicas de hegemonia e consenso, é necessário responder por meio de um embate frontal às instituições democráticas, posição que também adotou frente à ascensão do fascismo.

Também neste caso o balanço é claramente preto no branco. Pode-se censurar Bordiga e o jovem Pcd'I das origens por não terem sabido utilizar adequadamente a arma da tática, seja em relação às massas operárias enquadradas no reformismo, seja em relação às “classes médias”. Pode-se contestá-lo por ter erra-

do ao supor que a burguesia italiana teria preferido os “Noske” italianos aos “Mussolini”, e que o fascismo teria mantido algum formalismo liberal-democrático (o que aconteceu de fato só até 1926). Pode-se também atribuir o seu antidemocratismo de princípio mais à raiz libertária do seu próprio pensamento do que ao marxismo, e disso entender suas perigosas recaídas sobre a necessária batalha pela defesa dos direitos democráticos das classes trabalhadoras.

Mas o outro lado da moeda não é menos importante. Em primeiro lugar, o Pcd'I sob a liderança de Bordiga foi o *único* partido que enfrentou coerentemente e de forma organizada o fascismo (o que beneficiou largamente também o “novo partido” de Togliatti nos anos da Resistência). Em segundo lugar, Bordiga foi reconhecido por ter colocado (digo: colocado, *não resolvido*) a questão da particular “potência histórica do parlamentarismo burguês” no Ocidente. E por ter evidenciado que não se poderia transferir mecanicamente à Europa Ocidental a tática adotada na Rússia, subestimando o fato de que os modernos estados capitalistas liberais dispunham de uma capacidade de autodefesa e de intervenção na vida do movimento operário muito maior do que os Estados autocráticos. Além disso, do ponto de vista histórico, é incontestável sua previsão de que a burguesia democrática, após ter aplanado a estrada para o fascismo, iria usá-lo e, no momento oportuno, descartá-lo. Do mesmo modo, identificou nos estados democráticos tendências cada vez menos liberais, cada vez mais burocrático-totalitárias, e denunciou o estreito vínculo entre democracia e militarismo – cujo maior exemplo foi, e ainda é, o imperialismo estadunidense.

Bordiga se destacou por sua visão peculiar de partido, além da sua crítica à democracia.

Seu lema mais expressivo é: o partido é ao mesmo tempo um *produto* e um *criador* da história. Porém, especialmente no pós Segunda-Guerra, há um exagero, ou melhor, vários exageros desse mesmo lema a partir de uma interpretação “subjetiva”, que o leva a representar o partido quase como um *deus ex machina* do processo revolucionário, chegando a dizer que este “define a classe, luta pela classe, governa para a classe e prepara o fim dos governos e das classes”. O resultado é uma espécie de canonização metafísica do partido em detrimento do papel ativo das massas, da classe trabalhadora e dos explorados em geral, e de uma consideração adequada das pré-condições objetivas que permitem aos proletários “organizarem-se em um partido”.

Nesse sentido, ele se distingue tanto dos membros dos Conselhos e de Rosa Luxemburgo, quanto de Lenin. Esta parte é, em minha opinião, *a mais frágil do legado de Bordiga*. E também a mais *contraditória*, porque, mesmo tendo afirmado várias vezes que a degeneração do partido comunista não dependia, essencialmente, de modelos de organização equivocados, no Pós Segunda-Guerra

valorizou alguns conceitos ou medidas organizativas como se fossem, ao contrário, capazes de preservar, por si só, a integridade do partido (do centralismo orgânico à rejeição dos estatutos e regras, do absoluto anonimato ao partido como *Gemeinwesen* que antecipa a sociedade futura).

Um aspecto muito importante de toda a militância e pensamento de Bordiga é o internacionalismo. Ele sempre situou, seja os problemas russos, seja os italianos, no contexto internacional, negando a possibilidade de construir o socialismo num só país (além de tudo atrasado). Por isso sua crítica a Stalin, em 1926, no VI Executivo ampliado, e sua insistência em que todos os partidos do *Comintern* também assumissem os problemas “russos”.

O internacionalismo foi um traço marcante, do primeiro até o último dia de sua vida de militante, e essa atitude teórica e política é de uma extraordinária atualidade. Ele estava entre os dirigentes da Terceira Internacional mais radicalmente convencidos de que a batalha entre capitalismo e socialismo era uma batalha mundial, e teria um resultado unitário, de vitória ou de derrota; sem, no entanto, perder de vista – como se costuma erroneamente argumentar – a diversidade dos contextos, das situações e dos percursos do movimento revolucionário internacional. Para ele (obviamente, não só para ele), o Outubro russo era apenas o Primeiro Ato da revolução socialista internacional.

Entrou para a história seu combate no VI Executivo ampliado (Moscou, fevereiro de 1926) para asseverar que a questão russa não era simplesmente russa: o destino da revolução russa era decisivo para aquele da revolução internacional – como efetivamente foi. Daí, as decisões a serem tomadas para se desenvolver progressivamente “elementos socialistas na economia russa”, as escolhas direcionadas aos camponeses, aos *nepmen*, à pequena burguesia, à política do partido e do Estado russos, interna e externamente, eram questões vitais para o movimento comunista internacional como um todo, para os destinos do conflito, ainda aberto, em 1926, entre revolução e contrarrevolução, que deveriam, portanto, ser enfrentadas e decididas em conjunto, por toda a vanguarda comunista internacional.

Permaneceu sozinho defendendo essa tese, porque nos partidos comunistas vigorava, há anos, uma política de marginalização, intimidação e de um “voluntário” confinamento no silêncio de todos que não compartilhavam os rumos que estavam sendo tomados na Rússia e na Internacional. Sobretudo porque, há alguns anos, já tinha se iniciado o recuo do processo revolucionário diante da força da contraofensiva capitalista, também internacional (democracia + fascismo).

A crítica de Bordiga ao stalinismo evita o moralismo, o democratismo, a tentação de individualizar o “mal”, e a genérica repulsa ao burocratismo. No pós

Segunda-Guerra, talvez em polêmica com alguém, ele defende que o stalinismo, *contrarrevolucionário* na política, teve a função revolucionária de *construir o capitalismo* na Rússia.

Expulso do partido em 1930, Bordiga retira-se da vida política. Ele definiu a derrota da segunda metade de 1920 como uma derrota fundamental duradoura, depois da qual se deveria esperar uma mudança de fase histórica antes de ser possível reconstruir o partido. Não se lançou numa luta sectária dentro da Internacional, e na ocasião de uma rara entrevista antes de sua morte, quando lhe perguntaram por que não tinha ido para o exterior, a resposta foi: “não havia nada a ser feito”.

Na verdade, sua resposta sempre foi essa. E pode ser explicada também pelo fato de que o duríssimo e duplo golpe infligido pelo fascismo ao Pcd'I, em 1923 e em 1926, na prática o desarticulou. Na Itália dos anos trinta, até o Pci de Togliatti fez muito pouco ou quase nada. Gramsci, preso quando era secretário do Pcd'I, foi abandonado à própria sorte. Pode-se criticar Bordiga por ter interrompido todos os seus relacionamentos, até mesmo com os companheiros mais próximos da esquerda, que emigraram para a Bélgica, França, Estados Unidos, e com aqueles que permaneceram na Itália. Até porque, na década de 1930, na Espanha, França, China, entre outros lugares, ocorreram importantes conflitos de classe. No entanto, é preciso lembrar que o precipício contrarrevolucionário foi devastador em velocidade e profundidade e, naquele terrível turbilhão, nem mesmo o irredutível Trotsky conseguiu obter resultados relevantes.

Quando Togliatti desembarca em Nápoles, no final de março de 1944, a primeira coisa que pergunta, segundo alguns de seus companheiros, é: “O que Bordiga está fazendo?” Era um traço característico de Bordiga negar o papel do indivíduo, até mesmo a sua própria importância. Mas, é fato que durante a Primeira Guerra Mundial tinha sido um líder carismático do anti-intervencionismo e, em 1943-44, poderia ter se tornado uma referência para as várias oposições e minorias existentes na base do PCI, muito confusas, mas convictas de estar restaurando as tradições do partido de 1921...

Parece que Bordiga defendia a opinião de não apressar, e até mesmo de desaconselhar o afastamento do PCI dos quadros proletários mais ligados à experiência da década de 1920. Talvez esperasse uma evolução não de indivíduos ou pequenos grupos, mas de um setor do proletariado combativo, orientado aos posicionamentos da Esquerda. O que é certo, porém, é que foi pressionado, por diversos lados, para que voltasse a campo com os posicionamentos “de sempre”. Ele relutava, porque considerava muito prematura qualquer tentativa de reconstruir “o partido”. No entanto, do final de 1944 até 1965-66, desenvolveu, de toda maneira, uma intensa atividade, embora muito diferente daquela dos anos 1911-1926.

Pode comentar um pouco mais a respeito das diferenças da atividade de Bordiga nos dois períodos?

Não são apenas dois períodos da atividade militante de Bordiga, são *duas fases históricas radicalmente diferentes*. E essa *diferença radical* teve um impacto decisivo nas características de sua atividade. Os anos de 1912-1926 correspondem à incubação e à explosão do maior ciclo revolucionário da história contemporânea, com o protagonismo do proletariado industrial russo e europeu, e das massas camponesas pobres da Rússia. Ao contrário, os anos de 1945-1965 coincidem com as míticas décadas da paz (*na Europa*) e do desenvolvimento pós-bélico, marcados por um ritmo sem precedentes de acumulação do capital e pelo advento da “sociedade de consumo”.

Uma longa fase particularmente *desfavorável* para a ação política organizada dos revolucionários. Na Itália, houve apenas um curto período de tempo, entre março de 1943 e junho de 1947, no qual foi dada aos mais firmes revolucionários internacionalistas do PCI a oportunidade de desenvolver, enquanto Partido comunista internacionalista, um trabalho político organizado que fosse em alguma medida vinculado aos setores de massa. Após esse período, o trabalho do *Programa comunista*, o coletivo dos companheiros com os quais Bordiga trabalhou depois de 1952, foi um trabalho essencialmente teórico e em grande parte de propaganda política.

Bordiga sempre falou da importância de retornar ao marxismo clássico. Em que sentido poderíamos dizer, no entanto, que sua elaboração no Pós Segunda-Guerra foi inovadora?

Amadeo Bordiga e o coletivo de companheiros próximos a ele viram-se diante da colossal tarefa de restabelecer as pedras angulares da teoria marxista, não mais recorrendo apenas a “simples fragmentos” dela, mas *repercorrendo seu conteúdo de cima abaixo*, uma vez que nenhum de seus aspectos havia permanecido intacto após a obra de adulteração realizada pelo stalinismo e o hábil uso capitalista dessa adulteração.

Bordiga utiliza as ferramentas fornecidas pela tradição marxista, sobretudo para examinar e enquadrar a experiência da “construção do socialismo” na Rússia. Para resolver esse enigma, usa as categorias da economia política marxiana, indo direto às *relações de produção* e questionando se na Rússia de Stalin vigoravam ou não as mesmas categorias do capitalismo no Ocidente. Tratou-se de um enorme trabalho de pesquisa sobre os dados relativos à evolução social da Rússia, no qual estava empenhado e, junto com ele, todo o coletivo do *Programa comunista*.

Ele defende que o essencial não é a propriedade estatal ou privada dos

meios de produção, mas sim a extração do mais-valor e do lucro; são os critérios de fundo a partir dos quais a produção é organizada; é a centralidade, ou não, da empresa, do despotismo empresarial (“o monstro é a empresa, não o fato de ter apenas um proprietário”)⁴; é a existência ou não da produção de mercadorias, a troca mercantil, a venda e a compra da força de trabalho, o salário, a contabilidade em moeda, os preços que não são meros instrumentos técnicos, residuais, na circulação de um modo de produção já ultrapassado. Se essas categorias permanecem, o capitalismo continua existindo. E, portanto, não pode existir um verdadeiro planejamento socialista, porque este é feito com base no dimensionamento das *necessidades sociais*, determinando *ex ante* o que se deve produzir.

Poucos marxistas demonstraram com tanta clareza que uma coisa é a economia estatal, outra coisa diferente é a economia socialista. Para Bordiga, a tendência geral – já na década de 1950 – era a *redução* dos elementos estatais na economia, não o contrário. E as figuras dos clássicos empresários capitalistas privados estavam se formando no interior das redes de conexão entre as empresas e o mercado, assim como no despótico processo de extração do mais-valor dentro das empresas, estatais ou não. Ainda não se assumiam como tais, mas a “confissão” chegaria. De fato, veio em sua plenitude no período da perestroika gorbacheviana e nos anos seguintes. Ou alguém acha que os “tubarões” da era Yeltsin foram lançados de paraquedas do exterior?

Na Antologia também há uma ampla seção de escritos de Bordiga sobre os Estados Unidos, talvez sejam menos conhecidos...

De fato, no pós-Segunda Guerra, outro grande campo de aplicação da crítica bordighiana, que mobilizava as armas re-calibradas do marxismo clássico, são os Estados Unidos - o país-guia do capitalismo ocidental e mundial, que nesse período difundia por toda parte, mesmo além da cortina de ferro, a utopia de um *capitalismo opulento e popular*, capaz de superar eficazmente a polarização de classe. Selecionei uma dezena de textos do período de 1947-1957, que falam dos Estados Unidos, de seu “assalto à Europa”, sua guerra na Coréia e seu modelo de sociedade.

Já nos anos 1950, Bordiga foca a tentativa estadunidense de “promover” o proletário a *consumidor*, forçando-o a se endividar por meio de uma disciplina insana de “adesão a consumos padronizados e uniformizados, muitas vezes danosos”. A economia capitalista é enquadrada por Bordiga nos anos 1950 como

⁴ N. T.: Com esta frase, o entrevistado quer ressaltar a crítica de Bordiga à ilusão de pensar que a passagem da propriedade privada dos empresários àquela coletiva (estatal) resolveria a questão. O aspecto crucial é que a produção não deve ser organizada por empresas independentes e concorrentes entre si, mas orientada à satisfação das necessidades sociais.

uma *Disaster Economy*, com uma crítica à *economia do desperdício* que não tem paralelo em outros marxistas.

A Economia de desastres...

Sim, antes, muito antes do atual resgate da dimensão ecológica do pensamento de Marx, Bordiga mostrou que no marxismo das origens a agressão capitalista ao trabalho vivo e a agressão do capital à natureza são duas faces da mesma moeda e, utilizando esta mesma perspectiva, percebe-se no capitalismo contemporâneo “*uma fome feroz de catástrofe e ruína*”.

Ao caracterizar o capitalismo contemporâneo a partir de sua hipertrofia financeira, sua hipertrofia especulativa, sua hipertrofia de consumo e de endividamento, sua monstruosa hipertrofia militarista, sua destrutividade anti-ecológica, sua renovada opressão neocolonial sobre a população não branca, e assim por diante, Bordiga demonstrou sua capacidade de *enxergar longe*... Na sua crítica às características degenerativas do supercapitalismo norte-americano, não há nada do corriqueiro antiamericanismo com seu ranço nacionalista ou europeísta; há a crítica das *tendências gerais do modo de produção capitalista* e dos danos crescentes que provoca na vida da humanidade e da natureza. Uma crítica contundente, carregada de sarcasmo, extremamente atual, que demonstra o caráter *antiprodutivista* do marxismo de Bordiga.

Não por acaso, em 1953, ao traçar um programa das primeiras transformações revolucionárias a serem implementadas nos países capitalistas desenvolvidos, coloca no centro um *plano de subprodução*: cortar milhares de horas de produção inútil ou danosa, desinvestir, aumentar os custos de produção, erradicar o hábito do superconsumo. Em muitos aspectos, este não é mais o programa do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848... Partindo dos estudos de Marx e do marxismo, incluindo os textos esquecidos ou recém-descobertos (os *Grundrisse*, sobre os quais escreveu o primeiro comentário em italiano), chega à definição do comunismo como um *projeto de vida para a espécie humana*. Um projeto unitário e internacional de produção e consumo, fundado na satisfação das autênticas necessidades humanas. Estes temas foram colocados bem à frente de seu tempo e, no momento atual, todos eles se apresentam com uma impressionante dramaticidade.

Ainda que não achasse que estivessem construindo o socialismo, Bordiga também reconheceu a força disruptiva das revoluções anticolonialistas e repudiou qualquer visão aplainada e indiferenciada do mundo.

Nos anos 1920, Bordiga ficou perplexo frente às teses sobre a questão colonial aprovadas no II Congresso da Internacional Comunista. Mas, no pós Segunda-Guerra, tocado pelo forte movimento colonial tricontinental, conserta seu erro e adere, em essência, à visão que trinta anos antes havia hesitado em encampar.

Para Bordiga, as revoluções anticoloniais são *revoluções sociais autênticas*, revoluções agrárias, antifeudais, nacionais. Certamente limitadas ao estabelecimento de relações sociais burguesas, mas *verdadeiras* revoluções que, ao ampliar a área das relações sociais capitalistas no mundo, em confronto com as grandes potências e, ao arrastar imensas massas de explorados para o âmbito da política mundial, alargavam as bases para o renascimento de um movimento proletário internacional mais poderoso do que nunca.

Nos últimos anos, principalmente no mundo anglo-saxão, é evidente um “retorno a Marx”, que se explica pela ocorrência de uma crise do capitalismo que marca uma época. Neste novo contexto histórico crivado de eventos catastróficos como aqueles em que o capitalismo nos afundou desde o início do século, estou convencido de que o “fóssil de iguanodonte” Amadeo Bordiga será redescoberto como um marxista (*sui generis*) que tem muito a dizer sobre o presente e o futuro, enquanto aquele que assim o definiu (o ilustre Togliatti) será definitivamente relegado ao esquecimento.

Pietro Basso foi professor de sociologia nas Universidades de Nápoli (Instituto Oriental) e de Veneza (Ca' Foscari). Com a marca da crítica marxista do capitalismo, suas obras sobre o tempo de trabalho, o desemprego, as migrações internacionais, o racismo doutrinário e de Estado, a islamofobia, as lutas do proletariado, foram traduzidas em muitos idiomas.

David Broder é historiador do comunismo francês e italiano, editor europeu do Jacobin.

Recebido em 5 de julho de 2021

Aprovado em 3 de setembro de 2021

Marx e o Marxismo v.9, n.17, jul/dez 2021

nlep  marx

uff Universidade
Federal
Fluminense